

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Daniel Lopes Moreira

MEMÓRIA E LUGAR



Reflexões sobre o patrimônio cultural em áreas periféricas de Olinda



Rio de Janeiro
2009

DANIEL LOPES MOREIRA

MEMÓRIA E LUGAR: REFLEXÕES SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL EM
ÁREAS PERIFÉRICAS DE OLINDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para obtenção do Grau de Mestre em Urbanismo.

ORIENTADORA: PROFa. Dra. Lilian Fessler Vaz

RIO DE JANEIRO

2009

M838

Moreira, Daniel Lopes,

Memória e lugar: reflexões sobre o patrimônio cultural em áreas periféricas de Olinda/ Daniel Lopes Moreira. – Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2009.

121f. Il.; 30 cm.

Orientador: Lilian Fessler Vaz.

Dissertação (Mestrado) – UFRJ/PROURB/Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2009.

Referências bibliográficas: p.107-111.

1. Patrimônio cultural. 2. Espaço urbano. 3. Olinda (PE). I. Vaz, Lilian Fessler. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

CDD 363.69

DANIEL LOPES MOREIRA

MEMÓRIA E LUGAR: REFLEXÕES SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL EM
ÁREAS PERIFÉRICAS DE OLINDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para obtenção do Grau de Mestre em Urbanismo.

Aprovada em

Prof^a. Dr^a. Lilian Fessler Vaz

Programa de Pós-graduação em Urbanismo / Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Margareth da Silva Pereira

Programa de Pós-graduação em Urbanismo / Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Cláudia S. Rodrigues de Carvalho
Fundação Casa de Rui Barbosa

Prof. Dr. Claudio Antonio Lima Carlos

Departamento de Arquitetura e Urbanismo / Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho à cidade de Olinda

AGRADECIMENTOS

À Lilian Fessler Vaz, minha orientadora neste trabalho, pelas inestimáveis contribuições, compreensão e incentivo ao longo de sua realização.

Margareth, Claudia, Claudio

À minha família. À Eliana Miranda, companheira e parceira intelectual. À André Pina, pai, arquiteto, professor e profundo conhecedor da história e da realidade de Olinda.

Aos professores, colegas e funcionários do PROURB, sem os quais não se constrói o ambiente acadêmico.

Aos funcionários da SEPACCTUR e aos moradores de Olinda, pela colaboração.

Ao CNPQ, pelo apoio financeiro a este trabalho.

Um dia, estava procurando a pequena bigorna que utilizava para laminar os metais, e não se lembrou do seu nome. Seu pai lhe disse: “tás”. Aureliano escreveu o nome num papel que pregou com cola na base da bigorninha: tás. Assim, ficou certo de não esquecê-lo no futuro. Não lhe ocorreu que fosse aquela a primeira manifestação do esquecimento, porque o objeto tinha um nome difícil de lembrar. Mas poucos dias depois, descobriu que tinha dificuldade de se lembrar de quase todas as coisas do laboratório. Então, marcou-as com o nome respectivo, de modo que bastava ler a inscrição para identificá-las. Quando seu pai lhe comunicou o seu pavor por ter-se esquecido até dos fatos mais impressionantes da sua infância, Aureliano lhe explicou o seu método, e José Arcadio Buendía o pôs em prática para toda a casa e mais tarde o impôs a todo o povoado. Com um pincel cheio de tinta, marcou cada coisa com o seu nome: mesa, cadeira, relógio, porta, parede, cama, panela. Foi ao curral e marcou os animais e as plantas: vaca, cabrito, porco, galinha, aipim, taioba, bananeira. Pouco a pouco, estudando as infinitas possibilidades do esquecimento, percebeu que podia chegar um dia em que se reconhecessem as coisas pelas suas inscrições, mas não se recordasse a sua utilidade. Então foi mais explícito. O letreiro que pendurou no cachaço da vaca era uma amostra exemplar da forma pela qual os habitantes de Macondo estavam dispostos a lutar contra o esquecimento: Esta é a vaca, tem-se ordenhá-la todas as manhãs para que produza o leite e preciso ferver para misturá-lo com o café e fazer café com leite. Assim, continuaram vivendo numa realidade escorregadia momentaneamente capturada pelas palavras, mas que de fugir sem remédio quando esquecessem os valores da letra escrita.

Gabriel García Marquez, “Cem anos de solidão”

RESUMO

Este é um estudo sobre memória e lugar. Um estudo sobre as relações entre o patrimônio arquitetônico e a cidade que se constroem não só objetivamente, pela forma, mas também subjetivamente, pelos significados dados a elas. Significados estes ligados a memória, fenômeno abstrato que busca na concretude da forma as condições para materialização.

Para tanto, usou-se como objeto de estudo o patrimônio edificado em áreas periféricas de Olinda, enquanto representações da memória, e os lugares urbanos onde estão inseridos, enquanto ambiente de sua fruição. A análise realizada neste trabalho se baseou na investigação retrospectiva do surgimento dos monumentos e conjuntos tombados e do processo histórico de construção de seu entorno, confrontando com os respectivos estados atuais de conservação e apropriação, produzidos a partir de relações com os espaços urbanos.

ABSTRACT

This is a study on memory and place. A study on the relations between the built heritage and the city that are not only a objective, for the form, but also of subjective form, by the given meanings. Meanings this a memory, abstract phenomenon that find in the materiality of the form conditions for materialization.

For in such a way, as study object was used the built heritage in peripheral areas of Olinda, while the urban representations of the memory, and places where they are inserted, while surrounding of its enjoyment. The analysis carried through in this work if based on the inquiry overthrown retrospect of the sprouting of monuments and sets and the historical process of construction of its around, collated with the respective current states of conservation and appropriation, produced by relations with the urban spaces.

SUMÁRIO

Lista de tabelas

Lista de figuras

Lista de abreviaturas e siglas

Introdução	13
1 Memória, Lugar e Patrimônio	21
1.1 As memórias em questão	21
1.2 As Memórias e o espaço	25
1.3 Patrimônio, memória e culto	28
1.4 O Lugar	31
1.4.1 Lugares de memória	35
1.5 Lugaridades do patrimônio	37
2 Olinda: Formação urbana e construção dos <i>loci</i>	42
2.1 O <i>locus</i> colonial	43
2.2 Deslocamento: A urbanização periférica	48
2.2.1 Os loteamentos litorâneos	52
2.2.2 As vilas e conjuntos habitacionais	54
2.2.3 Desenvolvimento rodoviário e crescimento urbano	57
2.3 Lugares de memória: A formação dos sistemas de preservação do Patrimônio Cultural em Olinda	59
2.3.1 Os monumentos e conjuntos históricos em áreas periféricas de Olinda	64
3 Recortes: O patrimônio e os lugares	72
3.1 Os <i>loci</i> de Olinda: Sítio Histórico e Periferia	72
3.2 A escolha dos bens a serem pesquisados	75
3.3. Áreas envoltórias	79
4 Memórias e lugares	84
4.1 Resignificações	85
4.2 A memória como diferencial	91
4.3 Não-monumentos	96
5 Considerações Finais	102
Bibliografia	107
Apêndices	112
Anexos	117

LISTA DE TABELAS

CAP 4

01	Reconhecimento do patrimônio em Olinda, por bairro	84
02	Reconhecimento do patrimônio de cada bairro	85

LISTA DE FIGURAS

CAPITULO 2

01	Mapa com a localização do Recife e de Olinda na Região Metropolitana. Fonte: Do autor, sobre mapa do IBGE.	42
02	“Perspectiva do Ressife e Vila de Olinda”, de 1616, por João Albernaz. Fonte: REIS FILHO, 2000.	45
03	“CIVITAS OLINDA”, planta da vila de Olinda em 1644, autor desconhecido. Fonte: REIS FILHO, 2000.	46
04	Mapa de Olinda e Recife em 1648, por Cornélis Golyath. Fonte: MELLO, 1976.	47
05	Evolução da ocupação de Olinda, 1630-1914. Fonte: MENEZES, 1998.	50
06	Recife e os seus tentáculos de crescimento. Do autor sobre imagem do Google Earth, visitado em outubro de 2009	51
07	Evolução da mancha urbana de Olinda, 1950-1970. Fonte: MENEZES, op cit.	52
08	Planta de modificação do Loteamento do Sítio do Rio Tapado. s/d. Fonte: Arquivo da SEPACCTUR.	53
09	Partes do Bairro Novo de Casa Caiada, Olinda-PE, 2009. Fonte: Google Earth, visitado em março de 2009.	54
10	Planta da vila de Ouro Preto – SSCM. Fonte: Arquivo da SEPACCTUR	56
11	Conjuntos habitacionais em Rio Doce. Fonte: Google Maps, visitado em março de 2009.	57
12	Complexo de Salgadinho. Fonte: Google Maps, visitado em março de 2009.	58
13	Localização dos bens tombados em Olinda. Do autor sobre mapa da prefeitura de Olinda, 2005.	64
14	Capela de Santana de Rio Doce em 2008. Foto do autor	65
15	Casarão na Cidade Tabajara em 2008. Foto do autor	66
16	Ruínas da Capela de Santa do Frágoso em 2008. Foto do autor	67
17	Ruínas do Convento de Santo Amaro em 2008. Foto do autor	68
18	Ruínas da casa da pólvora em 2008. Foto do Autor	69
19	Convento de Santa Tereza e arredores. Arquivo da SEPACCTUR	70
20	Casarão da Tacaruna. Arquivo da SEPACCTUR	71
21	Ruína do Forte do Buraco. Arquivo da SEPACCTUR	71

CAPÍTULO 3

22	Mapa do Nível de Renda. Fonte: Do autor sobre mapa da Prefeitura de Olinda, 2005.	74
23	Mapa de densidades demográficas. Fonte: Do autor sobre mapa da Prefeitura de Olinda, 2005	75
24	Localização dos bens tombados selecionados. Fonte: Do autor sobre mapa de Prefeitura de Olinda (2005)	78
25	Área de estudo no bairro de Santa Tereza. Fonte: Do autor sobre imagem do Google Earth, visitado em março de 2009	81
26	Área de estudo no bairro de Rio Doce. Fonte: Do autor sobre imagem do Google Earth, visitado em março de 2009	81
27	Área de estudo no bairro de Jardim Frágoso. Fonte: Do autor sobre	82

	imagem do Google Earth, visitado em março de 2009	
28	Área de estudo no bairro de Ouro Preto. Fonte: Do autor sobre imagem do Google Earth, visitado em março de 2009	83
29	Área de estudo no bairro de Jardim Brasil. Fonte: Do autor sobre imagem do Google Earth, visitado em março de 2009	83

CAPÍTULO 4

30	Capela de Santana de Rio Doce antes da ocupação do bairro. Acervo digital da SEPACCTUR	86
31	Capela de Santana de Rio Doce e seu entorno. Foto do autor, 2008	87
32	Platô do Santuário da Mãe Rainha. Foto do autor, 2008.	89
33	Vista do bairro a partir do Santuário da Mãe Rainha. Foto do autor, 2008.	89
34	A pedra angular. Foto do autor, 2008.	90
35	Convento de Santa Tereza. Foto do autor	91
36	Rua Duarte Coelho. Foto do autor, 2008	92
37	Rua de Santa Tereza. Foto do autor, 2008	93
38	Avenida Olinda. Foto do autor, 2008	94
39	Ruína da Capela de Santana e entorno. Foto do autor, 2008	97
40	Escavação ao pé da ruína da Capela de Santana. Foto do autor, 2008	98
41	Ruína da Casa da Pólvora. Foto do autor, 2008.	99
42	Entorno da Ruína da Casa da Pólvora. Foto do autor, 2008.	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	Banco Nacional da Habitação
COHAB-PE	Companhia de Habitação Popular do estado de Pernambuco
FCPSHO	Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
FIDEM	Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife
FUNDARPE	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PMO	Prefeitura Municipal de Olinda
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
SEPACCTUR	Secretaria do Patrimônio, Ciência, Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Olinda
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SSCM	Serviço Social Contra o Mocambo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
PPSH	Plano de Preservação dos Sítios Históricos
ZEPC	Zonas Especial de Proteção Cultural

INTRODUÇÃO

Olinda abriga em seu território, além de seu Sítio Histórico mundialmente reconhecido, um conjunto de bens arquitetônicos tombados espalhados em seus bairros periféricos. Outrora pontos avançados de ocupação, de defesa, de produção e fluxo de riquezas, os mesmos se encontram hoje secundarizados dentro da política de preservação local e, em alguns casos, em processo de degradação, associado à decadência dos bairros que cresceram em volta deles.

Remanescentes da ocupação iniciada no século XVI, monumentos, ruínas e conjuntos históricos encontram-se isolados em porções da cidade cujo crescimento e consolidação se mostram antagônicos a sua preservação, padecendo assim como lugares comuns, alienados das raízes históricas e de valores culturais que as distiguam da condição de meros dormitórios das centralidades econômicas e culturais atribuídas ao Recife e a Olinda.

Estes bens culturais e suas respectivas áreas envoltórias são objetos de estudo deste trabalho, no qual se buscou analisar o processo de transformação destes bens e lugares, marcado pelas práticas de preservação e de urbanização e suas atuais condições de conservação e apropriação. Entendeu-se que abordar o patrimônio a partir de áreas periféricas oferece componentes diferenciados, não só pela marginalidade cultural e econômica associada a estas partes da cidade, mas também pela conseqüente necessidade de buscar um referencial diferenciado para sua realização.

Não seria possível abordar tais áreas se não buscássemos superar a condição institucional do Patrimônio, propondo um retorno à raiz do tema, a memória – individual e coletiva – como matriz de identidades. Exploramos nesse sentido autores como HALBWACHS (2006), LOWENTHAL (1998), RICOEUR e LE GOFF(2003), que em seus trabalhos contribuíram significativamente para o entendimento das relações da memória e a sociedade, seus espaços e suas disputas.

Espaços e disputas que foram estudados à luz dos processos de significação e construção do patrimônio, descritos por RUSKIN (2008), RIEGL (2006), GIOVANNONI (1998) e também as aproximações urbanísticas de ROSSI (2001) e LYNCH (1972 e 1999), este último pouco associado ao tema.

Buscamos também, para atender a especificidade do tema e o deslocamento da idéia de cidade ao tratar de periferização, uma matriz espacial que nos aproximasse do bem cultural e da cidade. Procurou-se definir um recorte que permitisse tratar da especificidade a partir de sua forma e seus significados: o lugar, em sua riqueza conceitual e suas contradições.

As contribuições interdisciplinares de TUAN (1980 e 1983), HAYDEN (1995), SANTOS (2007 e 2008) e NORBERG-SCHULZ (1995) e outros estudados por DUARTE (2002) e CASTELLO (2007) se amalgamaram aos já citados HALBWACHS e LYNCH e posteriormente a NORA (1993), na construção de uma noção de lugar e de lugar de memória que nos permitisse nos aproximar dos nossos objetos de estudo.

Os bens culturais estudados tomados como ponto de partida deste trabalho, correspondem a parte dos monumentos e conjuntos arquitetônicos protegidos pela Lei Municipal nº 4849/92¹ que não se encontra em seu sítio histórico principal, também tutelado por outras esferas governamentais e reconhecido pela UNESCO, desde 1982, como Patrimônio da Humanidade. Estes bens culturais selecionados se encontram em áreas que podem ser entendidas como ‘periféricas’, dentro do que MAUTNER (1999) define como espaço marginal para os que dominam as condições econômicas de produção do espaço e por MILET (1988) como intencionalmente desprovida de valor estético.

MAUTNER considera também que os espaços periféricos são espaços mutantes, ou seja, abertos a novas reorganizações sociais e espaciais, sendo assim um espaço de sobreposição de histórias e de identidades flexíveis, em contraposição ao centro considerado pela autora como algo razoavelmente estruturado e acabado. Segundo MILET a “estaticidade” do centro é fruto da constante reafirmação de seus signos, posto que estes são representativos do grupos dominantes e que sua permanência legitima o espaço urbano no processo produtivo.

CHAUI (2006) caracteriza essa atitude continua de legitimação do centro como uma forma de controle social e instiga a pensar a cultura e a memória como múltiplas, ativas e socialmente construídas podendo, portanto, abranger novos espaços urbanos e relações diversificadas entre estes e os grupos sociais.

¹ Legislação Municipal que dita as regras urbanísticas e de proteção do patrimônio construído em Olinda.

Assim, ao longo do trabalho nos esforçamos em contingenciar o que estamos chamando de “áreas periféricas”. Evitamos adotar o termo periferia, que além de estigmatizado, se mostrou durante a pesquisa um termo inconsistente. Primeiramente porque entendemos que ‘periferia’, designa um não-lugar, uma idéia abstrata de não-cidade cuja existência decorre de sua construção e sua evocação como tal. Segundo, porque a idéia de ‘periferia’ presume a existência de um centro, cuja construção conceitual também se deu ao longo da pesquisa.

Preferimos, portanto, falar em “áreas periféricas”, no plural, dando oportunidade ao florescimento de especificidades locais. Assim, definiu-se “Áreas periféricas ao Sítio Histórico de Olinda”, contingenciando assim a que centralidade se vinculam, que, como veremos ao longo do trabalho, se caracteriza pelo seu caráter cultural ao mesmo tempo em que vincula-se a outra centralidade, de natureza econômica e política.

Este é um trabalho sobre memória e lugar, através da idéia de patrimônio construído, que é apenas uma parte de um conjunto de outros artefatos e referenciais culturais que compõem o que se entende hoje como patrimônio cultural (LEMOS, 1981). Patrimônio, que tem na memória a matriz de sua valoração original (CHOAY, 2001) e, portanto, no fundamento do processo identitário do qual faz parte como suporte material.

A idéia de que o papel da memória é “lembrar-nos de alguma coisa”, evocado por RICOUER (2007, p. 41) abre, nosso caminho em torno de questões mais complexas a cerca deste fenômeno individual e coletivo: o que lembramos? Como lembramos? Por que lembramos?

Ainda que não subsista sem sua forma individual, é a memória coletiva o nosso foco, pois é partir dela que se constrói o fundamento do patrimônio cultural, como parte de um processo de disputas pelo controle dos instrumentos e lugares de memória e história, que segundo LE GOFF (2003), faz partes das sociedades desde seus primórdios.

Memória coletiva que estabelece uma relação mútua com o espaço, segundo HALBWACHS (2006): não há memória que não se desenvolva num contexto espacial; e não há espaço que não se impregne das memórias dos grupos para existir. Relações que segundo o próprio HALBWACHS acontecem em espaços

específicos, definidos por ele, em função dos significados construídos nesse processo, como *lugar*.

A “porção significada do espaço” ou o lugar, na concepção preliminar de DUARTE é o pressuposto da relação entre memória e construído, conduzindo-nos a um duplo enfoque da relação patrimônio-lugar: o bem cultural como lugar em si, sobre o qual se atribuem significados; e o lugar onde o patrimônio está como meio de sua fruição.

Sobre a atribuição de significados relacionados à memória, ao bem cultural, veremos que RIEGL (2006) distingue três possibilidades: a primeira relacionada à intenção de tornar uma construção um símbolo de memórias; a segundo à possibilidade de se atribuir *a posteriori* um significado patrimonial pelas associações histórica feitas à uma construção; e por fim pelo reconhecimento dos sinais da passagem do tempo numa obra arquitetônica.

A idéia de lugar nos leva ao entendimento de que os bens culturais arquitetônicos, como elementos urbanos, não podem ser tratados como destacados dos espaços onde se inserem. O que se desdobra no entendimento de que sua significação e preservação não estão dissociadas da transformação do espaço urbano onde estão e do qual fazem parte. É o solo onde este foi construído, que, como suporte físico da atividade urbana, é também elemento estratégico do seu desenvolvimento, sendo, portanto determinante nas condições de conservação e transformação do espaço urbano (MILET, 1988). Cada uso imposto ao solo implica em uma nova condição de valoração de outros elementos vinculados ao mesmo solo, alterando assim sua condição de permanência, levando a conservação, transformação ou substituição.

A relação bem cultural x área envoltória é discutida a partir das proposições de MENEZES (2006), que encontra no localismo a matriz de fruição do patrimônio, pela valorização do cotidiano e pela primazia do habitante na significação e apropriação. Idéias que vão ao encontro de atuais percepções dos problemas patrimoniais, como a necessidade de reversão da visão restrita do planejamento (BRITO, 1996) que tende a isolar o bem cultural da cidade; e a revisão da relação hierárquica entre globalismo e localismo nas escalas de importância do patrimônio (LACERDA, 2002).

O entendimento sobre a relação entre a cidade e seus elementos pré-existentes passou por várias modificações, amadurecendo da noção de monumento

para a de conjuntos arquitetônicos e, posteriormente, para a cidade histórica, incluindo aí sua ligação com os elementos naturais e ampliando o conjunto de valores a serem considerados em um artefato para além de seu valor artístico. (CURY, 2000; JOKILEHTO, 2002).

No mesmo corpo teórico é perceptível também uma maturação paralela da preocupação com a qualidade de vida e dos espaços urbanos. As inspirações higienistas que pautaram a ação Haussmaniana e que influenciaram o pensamento presente na carta do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, em 1933, foram paulatinamente alteradas, particularmente a partir da década de 1960, com a emergência de movimentos sociais e com a ampliação da preocupação ambiental nas décadas seguintes.

Outro aspecto importante deste período foi o desenvolvimento do conceito de Estado-Nação como matriz da política de preservação. Desse conceito derivam as idéias de *passado comum* e de *identidade nacional* que irão nortear a institucionalização da memória e os critérios de escolha daquilo que deveria ou não ser preservado. Posteriormente, se desenvolvem também as noções de *patrimônio mundial*, que implica em novos modos de fruição e também no alinhamento internacional das ações de preservação e de *patrimônio local* baseado na criação, em âmbito municipal, de atrativos de natureza cultural, ambos não superando a conceituação anterior.

Esse período de evolução conceitual foi, ao mesmo tempo, um período de grande transformação urbana, com grande pressão por mudanças e ações de preservação restritas (MILET, 1988). Esse contexto foi responsável pela predominância de modelos de urbanização baseados na expansão urbana e na *tabula rasa* (BRITO 1996) que tiveram um papel decisivo na construção da imagem de nossas cidades, particularmente das áreas não-centrais e na degradação dos núcleos históricos da cidade.

Segundo o mesmo autor, o crescimento desordenado da cidade, aliado ao precário planejamento e o inadequado zoneamento funcional são os principais motivos da degradação, caracterizada pela desconexão urbana, arruinamento ou substituição do parque habitacional, marginalidade social e desvitalidade econômica, contribuindo para o esgarçamento da relação centro-periferia. O autor conclui apontando a urgência na superação do enfoque setorial ainda vigente como

condição para restabelecimento da relação entre a cidade e o seu patrimônio cultural.

Estudar, dentro desta perspectiva, o patrimônio cultural de Olinda, constituiu-se ao longo da pesquisa num desafio, não só pela abrangência metodológica, mas também pela dificuldade de se encontrar dados consistentes sobre as origens das construções que compõem esse patrimônio, levando a inconsistência de sua caracterização; sobre o processo histórico de formação da cidade, incluindo datas e informações sobre as formas urbanas e seus agentes; e sobre o próprio processo de construções do sistema de preservação.

Por fim, alertamos, que apesar de ser um trabalho sobre patrimônio, este não trata diretamente de sua conservação ou de suas políticas, sendo estas abordadas apenas como fatores quem compõem os processos de preservação e de urbanização.

Objetivos

Este trabalho teve como objetivo investigar as relações entre o patrimônio cultural edificado e os lugares urbanos onde estes se inserem, a partir do estudo das relações entre os bens culturais e as áreas periféricas ao sítio histórico de Olinda, dentro de uma perspectiva temporal de construção de ambos e da avaliação de sua situação atual.

Objetivos específicos:

- Analisar o impacto do processo de urbanização na conservação do patrimônio cultural edificado local, a partir da análise das transformações das construções e dos espaços urbanos onde se inserem;
- Identificação dos modos de apropriação e usos do referido patrimônio, relativamente à construção de identidades locais;
- Identificação dos significados atribuídos às construções e aos espaços urbanos;

Metodologia

Na construção metodológica deste trabalho buscou-se atender a complexidade criada pelos conceitos chave – memória e lugar – e pelos campos abertos de pesquisa que estes estabelecem. É possível, porém, considerar que as

metodologias de estudos urbanos de natureza patrimonial e análise do espaço apresentam pontos de contato uma vez que a dimensão cultural já está incorporada a esta última.

Metodologias propostas por BRITO (1996), por DEL RIO (1991) e por CARNEIRO (2002) se apropriam dos instrumentais formulados por LYNCH, por CULLEN, por KOLSFDORF e por outros para construir um conjunto de procedimentos que abranjam as dimensões formais, históricas e também o componente humano na paisagem. Conjunto que reúne análises visuais, observação comportamental, além de entrevistas e processos retrospectivos, a partir de bibliografia e documentos.

Buscamos neste trabalho responder uma série de perguntas não abarcáveis numa única metodologia, sendo, portanto necessário extrair das proposições os procedimentos que nos direcionasse nos encontro das respostas, considerando que os lugares são construções no tempo e que pertencem ao presente, momento a partir do qual são estudados. Neste sentido, a metodologia deste trabalho foi composta por um estudo retrospectivo da formação da cidade desde o período colonial até sua história recente, voltada à identificação e caracterização dos diversos momentos da construção do espaço urbano. Como resposta ao entendimento do presente dos bens culturais e lugares, buscou-se identificar a partir de análises das formas de apropriação dos elementos do espaço – historicizados ou não – identificar práticas relacionadas ao patrimônio. Por fim, ainda sobre seu presente, buscou-se a partir de entrevistas extrair a significação dada pelos que fazem parte da cidade em estudo.

Estrutura da dissertação

Esta dissertação é composta de cinco capítulos. No primeiro, buscamos estabelecer uma conexão entre memória, lugar e patrimônio, abordando aspectos conceituais de cada termo e as relações entre eles.

O segundo capítulo é dedicado à história urbana de Olinda, em três recortes: a criação do *locus* colonial, o deslocamento da forma da cidade e a instituição dos lugares de memória. Foram abordados desde sua formação colonial à urbanização recente, enfocando os aspectos urbanísticos que caracterizaram a ocupação do território em cada período, particularmente aqueles referentes à formação das áreas

periféricas. Na abordagem do último período de crescimento da cidade, buscou-se estabelecer a diferenciação entre as morfologias que predominam na constituição do território municipal e, também, que interagem com os bens culturais. Por fim, são recuperados os processos de formação do patrimônio a partir das políticas federais e municipal de preservação.

No terceiro capítulo é apresentada a delimitação do objeto de estudo, tomando-se como ponto de partida a diferenciação entre o Sítio Histórico e as áreas periféricas e a localização dos monumentos e conjuntos históricos. Os bens foram selecionados em função do contexto urbano em que estão inseridos, sendo-lhes definidas áreas envoltórias que possibilitassem seu estudo. As mesmas foram delimitadas a partir da discussão entre possíveis recortes, como o bairro, os zoneamentos urbanísticos e de preservação, as diferenciações morfológicas e as condições de acesso e percurso.

No capítulo 4 são discutidos, dentro do recorte definido os aspectos elucidados ao longo desta pesquisa no que diz respeito a conservação do bens e sua ambiência e também a percepção e apropriação por parte dos moradores e usuários.

Por fim, são apresentadas a considerações finais em relação aos aspectos discutidos.

1. MEMÓRIA, LUGAR E PATRIMÔNIO

Nesse capítulo abordamos conceitualmente o patrimônio através das noções de **memória** e de **lugar**. Tratamos inicialmente da memória, como fenômeno individual e coletivo, que conecta o homem ao seu passado e que tem na sua significação no espaço e nos objetos a matriz da idéia de patrimônio.

É inerente também, ao patrimônio, a noção de lugar, em duas acepções: o patrimônio como lugar, marco físico revestido de significado, e o lugar onde o patrimônio está, enquanto *locus* da fruição e também de sua preservação. Acepções que dentro da perspectiva do culto patrimonial se desdobram dentro das suas escalas de significação em disputas entre localismos e universalidades por sua valoração, apropriação e fruição.

1.1 AS MEMÓRIAS EM QUESTÃO

A essência da memória é “lembrar-nos de alguma coisa” (RICOEUR, 2007, p. 41). Lembramo-nos das pessoas, dos lugares onde passamos, das coisas que tem de ser feitas. Lembramos também de momentos importantes da vida, como conquistas, celebrações, despedidas e falecimentos. Somos também levados a lembrar de fatos que mesmo não vivenciados individualmente, fazem parte da memória de um grupo ou de uma sociedade. Sem a memória não se comprova uma existência anterior ao presente, não se distingue o ontem do hoje, nem se toma consciência da causalidade que nos faz quem somos (LOWENTHAL, 1998).

A memória enquanto capacidade de conservar e atualizar informações associadas ao passado (LE GOFF, 2003) é um fenômeno ao mesmo tempo individual e coletivo, cujo conhecimento atual decorre do desenvolvimento da psicologia, das neurociências e da ciência da informação. Desenvolvimento que permitiu a superação de mitos como a noção mecânica da memória ou da superioridade da memória em sociedades primitivas sem escrita. (LOWENTHAL, op cit., p.76-77).

A consciência do passado e da continuidade temporal se funda na memória individual (SANTO AGOSTINHO apud RICOEUR, 2007). As lembranças fornecidas pela memória permitem recompor acontecimentos anteriores e assim restituir uma idéia de passagem de tempo. Segundo BERGSON (apud BOSI, 1994), revivemos o

passado a partir de imagens mentais construídas no presente, formadas pela fusão da percepção pura com a lembrança fornecida pela memória. “Na realidade”, BERGSON afirma “não há percepção que não esteja impregnada de lembranças” (BOSI, op cit, P.46), ou seja, a própria percepção do presente não prescinde da memória.

A rememoração e a percepção são atos presentes e estão associadas à divisão da memória em memória – hábito e memória – evento (lembrança pura). BERGSON associa a primeira a sua recuperação inconsciente, à memória de formação lenta, ligada à repetição e à rotina, à assimilação de hábitos, linguagens e códigos. A memória-evento se refere à lembrança do momento único, o que existe de irreversível na vivência do indivíduo.

A associação entre a lembrança e a percepção faz da memória algo intransferível. “Sou em quem lembro, eu o espírito” destacou Santo Agostinho (RICOEUR, op cit. p.109) afirmando a interioridade e a individualidade da memória. É possível, entretanto falar em compartilhar memórias, mesmo que nunca por completo.

Segundo HALBWACHS (2006) e LOWENTHAL (op cit.) é no compartilhamento da memória que se obtém maior confiança na própria lembrança. Confrontar a memória com a de outro, além de confirmar informações, estimula sua emergência ampliando sua importância na imagem do presente. “Quando queremos nos recordar do que aconteceu nos primeiros tempos de nossa infância, confundimos seguidamente o que escutamos dos outros com nossas próprias lembranças”, afirmou GOETHE (apud BOSI, op cit. p. 435).

Para HALBWACHS, entretanto, a memória coletiva não se restringe a uma mera condição para o reconhecimento de lembranças particulares. Ele lembra que muitas vezes a informação alheia servirá também para por o sujeito em constrangimento com a própria memória, incapaz de lembrar um evento relatado. A citação de GOETHE ilustra a situação: por não conseguirmos nos lembrar, substituímos uma lembrança por outra compartilhada, ou seja, criamos uma lembrança a partir da lembrança alheia. HALBWACHS vai além, para ele a memória individual se baseia em uma memória coletiva, pois é através dela que vai construir o conjunto de representações que conformarão a memória do indivíduo.

Desta forma, a memória não seria formada no par lembrança-percepção, mas sim no contexto social do indivíduo, que HALBWACHS chama “quadro social da

memória” e que seria composto por diversos elementos que provocariam modificações incessantes nas condições de relação interpessoal: as convenções sociais de espaço, tempo e causalidade. Convenções sociais que definem onde, quando e por que o indivíduo pode e deve, agir, pensar e sentir. Para o autor é a rede social que determina o comportamento do indivíduo e, portanto, também sua memória. O indivíduo lembra das coisas que foi ensinado a lembrar e da forma que lhe foi permitido, com os elementos que lhe foram dados.

Aparentemente, não é possível falar em memória coletiva sem que se fale nos mecanismos e disputas por seu controle, na qual sem dúvida se incluem o patrimônio e as práticas de preservação. O próprio HALBWACHS afirmou o caráter opressor do que ele chama memória histórica¹, ao sentenciar que existem várias memórias, mas apenas uma história (op cit., p.105).

Memória e história, para HALBWACHS, são opostas (ibid., p.100), não só quanto à multiplicidade, mas por que a história seria uma compilação de fatos que objetivam criar uma ponte entre o passado descontinuado e o presente, enquanto a memória seria uma:

corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial pois só retém do passado o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. (ibid. p.102)

Passado mais de meio século², esse impasse não parece resolvido. NORA (1993) alerta para a distorção no uso dos termos: “tudo que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já é história” (op cit., p.14). Não há mais, segundo ele, continuidade da memória e que por isso é preciso organizá-la em *lugares*. O autor reafirma assim o papel da história frente ao ocaso da memória.

O segundo aspecto desse impasse diz respeito à escala de significação da memória, ou seja, ao grupo a que esta se refere. Vimos que a memória pertence ao indivíduo, que este pode compartilhá-la e que o faz como integrante de um grupo. A memória coletiva não é, porém, o somatório das memórias compartilhadas, mas uma memória que se apropria das memórias individuais para criar uma própria da coletividade. A memória histórica, ao contrário, não se baseia no compartilhamento, mas na idéia de instituição de uma memória. HALBWACHS a associa diretamente com história oficial, como um instrumento de Estado, um serviço da nação.

¹ “Seqüência de eventos cuja lembrança a memória conserva”. HALBWACHS, 2006.p. 99

² A primeira edição de “A memória coletiva” foi publicado em 1950.

A memória coletiva diferentemente está atrelada às idéias de tradição e de convívio – social e temporal. Mesmo não estipulando um tamanho restrito de grupo, é possível perceber uma aproximação desta forma de memória com a idéia de comunidade ou mesmo de uma etnia.

Para que se entenda essa condição, o compartilhamento da memória não pode se entendido como um simples repasse de informações, mas como um “lembrar junto”. Reconhece-se que é possível confrontar lembranças entre indivíduos, o que, aliás, ajuda a confirmá-las e fortalecê-las. Porém, entender esse compartilhamento exige que se reconheça que a forma subjetiva de memória – memória hábito – é também compartilhável, o que explica a reprodução dos hábitos, códigos e crenças dentro de um grupo.

É possível dar diversos exemplos disso: as diferentes gerações reproduzem hábitos dentro de seus grupos familiares; os grupos religiosos transmitem seus hábitos de forma a perpetuar a mensagem de fé. Existem, de fato, tantas memórias quanto grupos para construí-las e abrigá-las e estes existem não só em função de categorias sociais definidas, mas também do contato com diferentes grupos.

Reconhecer o papel da subjetividade na construção da memória coletiva não satisfaz, entretanto, a idéia de memória como prática coletiva. A criação de uma memória subjetiva, não prescinde na verdade das formas objetivas de compartilhamento da memória. Reconhecemo-nos num grupo familiar através de nossas fisionomias e modos de falar, mas também pela presença no passado familiar confirmado por fotografias, souvenirs ou pelas lembranças comuns. A tradição católica, outro exemplo, é ao mesmo tempo um *modus vivendi* e uma instituição das quais derivam a liturgia do culto e as orações, que refletem a mensagem de fé. São artefatos e construções que dão forma e organizam o fenômeno abstrato da memória.

LE GOFF (2003) afirma que a memória ao mesmo tempo em que é essência de identidades, é também instrumento e objeto de poder, em sua forma de culto público. A análise empreendida em seu verbete “Memória”³ revela os esforços das sociedades em organizar e controlar o conhecimento do passado através das instituições memoriais. Ações que refletem as idéias de ALBERTO MAGNO (apud

³ Publicado originalmente na Enciclopédia Einaudi, vol.1, “Memória-História” e resgatado no livro “Historia e Memória” que reúne os verbetes deste volume da enciclopédia de autoria de Jacques Le Goff.

LE GOFF, op cit., p. 449 e 450) que afirmou ser necessário encontrar “simulacros adequados das coisas que se deseja recordar” e “dispor numa ordem adequada as coisas que se desejam recordar”.

Retornamos, nesse ponto, a idéia de memória fragmentada e restrita que, apesar de repudiada por HALWACHS, não pode ser considerada inválida. As formas coletivas de memória não estão livres de fato das disputas que as constroem, nem dos objetos que as recupera. A própria noção halbwachiana de memória coletiva tem no encontro das memórias de grupo e na concretude do espaço, elementos de sua constituição, como veremos a seguir.

1.2 AS MEMÓRIAS E O ESPAÇO

O espaço é, juntamente com o tempo, elemento fundamental na construção da memória. A concretude e a duração das formas espaciais dão à memória a condição de se materializar e assim permanecer no tempo. “O espaço é uma realidade que dura” diria HALBWACHS (2006), que completa:

Nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. (op.cit, p.170)

O tempo absorvido pelo espaço dá, através da percepção das mudanças e das permanências, a idéia de duração explicitada na acumulação dos tempos num mesmo espaço (LYNCH, 1972). Os monumentos, a permanência de construções antigas e sua pátina, os acréscimos, reformas e as restaurações exprimem a presença do passado e revelam a relação mútua entre memória e espaço.

Autores como LYNCH (op cit.) e HALBWACHS (op. cit.) defendem que a estabilidade do espaço é um fator positivo ao bem estar humano. Só temos certeza de onde estamos se reconhecemos o espaço e os objetos nele contido. Não poderíamos, por exemplo, destruir ruas ou construções sem que isso implicasse na perda de referências para aqueles que vivem ou utilizam aquela parte da cidade.

Com auxílio da memória, não só reconhecemos como também construímos o espaço. HALBWACHS descreve assim uma moradia recém ocupada:

Nossa casa, nossos móveis e a maneira como são arrumados nos lembram nossa família e os amigos que vemos frequentemente nesse contexto (...) nossa cultura e nossos gostos aparentes na

escolha e na disposição desses objetos em grande medida se explicam pelos laços que sempre nos ligam a um número enorme de sociedades sensíveis e invisíveis (op cit, p.158).

Os objetos novos inseridos no espaço, além de função estética, substituem elementos antes presentes e tem o papel de lembrar os costumes e as distinções sociais do novo morador. Mesmo uma nova casa não prescinde da imagem de uma moradia anterior, onde foram criadas as referências domésticas de espaço do indivíduo. A memória responde pelo reconhecimento funcional e simbólico dos objetos, a partir de imagens de outras casas.

Transpondo para o espaço urbano é possível identificar que não o indivíduo, mas os grupos atuam sobre os espaços deixando suas marcas. Para afirmar isso HALBWACHS se baseia na idéia que todo grupo busca construir uma imagem própria de estabilidade, para si e para os outros grupos, ao mesmo tempo em que o espaço molda os grupos que o freqüentam.

“Não há memória coletiva que não aconteça num contexto espacial” (HALBWACHS, id., p.170). A memória não passaria de um fenômeno abstrato, sujeito a padecer dentro da mente do indivíduo ou sucumbir junto com o grupo que a construiu e que se perdeu no tempo, se não encontrasse meios concretos de se fixar (ibid.) Como realidade duradoura, o espaço permite a conservação de informações nem sempre guardadas na memória individual. Mais, torna a memória acessível e vivenciada coletivamente.

Assimila-se a memória no espaço reconhecendo nele a presença do passado. LYNCH (op cit.), neste sentido, descreve que é possível, através do espaço, se identificar de forma diversa a passagem tempo. Acompanhar a construção de um edifício, por exemplo, dá uma percepção diferentemente da mudança das folhas de uma árvore ou do movimento dos carros nas ruas. Certamente construir ao longo de toda uma rua ou mesmo de um bairro dará uma outra idéia, não só pelo tempo que leva para se concretizar – o que pode levar décadas e ser observado por diferentes gerações – mas pela mistura de tempos que estarão envolvidos nesse processo.

Ao longo do crescimento do bairro, novas construções surgem e se justapõem ou substituem às construções anteriores dando, ao mesmo tempo, a idéia de renovação daquele espaço e de caducidade das construções precedentes. Eventos cíclicos – festividades ou estações do ano – se repetirão ao longo do período e irão

interagir com os espaços temporariamente estabelecidos. As ações do cotidiano interagem também com os diferentes tempos do espaço, criando um tempo próprio.

Às construções impregnam-se as marcas da passagem do tempo. Sinais da modificação das formas e da matéria, defendida por RUSKIN (2008) e outros, como elemento de afirmação da antiguidade – almejada – de um edifício. Se por um lado, a presença do passado, fornecida pelo envelhecimento de um imóvel ou seu arruinamento, pode não ser vista de forma positiva, sendo associada à obsolescência daquela construção e mesmo à perda de valor de um lugar, por outro ela é reconhecida como “beleza involuntária”, conformada na conjunção da arte com o tempo (YOUENAR, 1996).

É possível falar também em mudanças bruscas, porém as mesmas são consideradas por ROSSI (2001, p. 210) como uma subversão à lógica normal de desenvolvimento da cidade, decorrente de processos econômicos e políticos. Ao analisar a mudança da cidade, ROSSI prefere dar ênfase àquilo que chama de “teoria das expropriações”, definida por Halbwachs⁴ e que indica que as modificações da cidade refletem as ações sucessivas de especulação e iniciativas personificadas que modificam as feições de uma cidade, com grande influência sobre as ações especulativas. Em ambos os casos, o mecanismo operativo consiste da demolição e construção de ruas, infraestrutura e edificações, levando em maior ou menor grau a um diferente espaço urbano e conseqüentemente a uma nova leitura da presença temporal.

O projeto de reordenamento de Roma, promovido pelo papa Sixto V e elaborado por Domenico Fontana, ao estabelecer uma rede de percursos que conectavam os principais marcos da cidade, redefiniu o papel desses elementos, possibilitando o resgate do passado dentro de uma nova dimensão da urbanidade (HILF, 2008). Os elementos memoriais, antes dispersos no espaço urbano, foram conectados, sendo convertidos em elementos focais dos novos desenhos das ruas, transformando a retificação do traçado numa reconstrução simbólica da cidade que ultrapassou o caráter utilitário. Ao trazer a tona tais símbolos, legitimou-se a intervenção e fez da memória o elo de ligação entre os habitantes e o espaço remodelado da cidade.

⁴ Segundo Rossi, as características das expropriações foram descritas por Halbwachs em 1925 na sua obra “Os contextos sociais da memória”, obra não contemplada nesse trabalho.

A memória, portanto, não se restringe ao “passado reconhecível”, sendo através de ações, como a acima descrita, objeto de culto, condição na qual reconhecemos um edifício como monumento⁵ (RIEGL, 2006). Noção que, entretanto, não nos basta para entender a relação memória – espaço. Pode, decerto, servir de base espacial à memória e ao mesmo tempo, ter na memória a essência do seu significado. Entretanto, na idéia de monumento, pressupõe-se a adoção de um lugar restrito, de uma forma de rememoração sacralizada, senão alienada, diferente do que HALBWACHS define como um espaço onde a memória acontece:

O espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir. (ibid, p.170)

Embora a sua análise enfoque o espaço urbano é possível reconhecer a diferença que existe entre o monumento e as porções específicas do espaço as quais ele considera detentora de memória e que o autor chama de **lugar**.

1.3 PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E CULTO

A noção de patrimônio está ligada à memória. Sua origem está no monumento⁶, construção dedicada à lembrança de alguma coisa, primitivamente, “acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (CHOAY, 2001, p. 18) e que tem na sua natureza material a propriedade de estabelecer o marco físico de uma memória, permanecendo no tempo e transmitindo às gerações seguintes seu testemunho e sua simbologia. A noção atual de monumento, entretanto, abarca e extrapola sua noção primitiva, embotando ao longo do seu desenvolvimento o seu sentido memorial, particularmente em função da importância crescente da arte e do desenvolvimento de outras formas de acumulação da memória e de sua historicização (CHOAY, op.cit.).

É na diferenciação entre o monumento e o monumento histórico, teorizados por RIEGL em 1903, onde se pode perceber esse desdobramento do termo. Sua

⁵ Veremos adiante como as formas de reconhecimento e valorização da presença da memória, citadas anteriormente correspondem aos chamados “valores de rememoração”, atribuídos aos edifícios e que lhes confere em parte o *status* monumental, segundo o sentido enunciado por RIEGL (2006, p.43)

⁶ A palavra monumento se origina do latim *monumenten*, derivada do verbo *monere*, que significa “fazer recordar”, mas também “iluminar” e “instruir”. (LE GOFF, 2003, p.526)

abordagem, baseada na possibilidade de atribuição de valores aos objetos, abrange aspectos que correspondem à valoração e ao desejo de se preservar, cuja origem e desenvolvimento remontam, segundo CHOAY, ao século XVI, a partir do que os monumentos e os vestígios do passado se tornaram paulatinamente objeto de culto.

É na construção como tal, que um monumento é valorado ou não como *histórico*. RIEGL (2006) define a partir da valoração do passado do monumento que este pode ser concebido segundo um desejo original de manter um fato na memória ou pode ser posteriormente admitido como historicamente relevante, por sua excepcionalidade histórica ou artística. Ou seja, é a intenção original de atribuir caráter memorial à construção que define a natureza do monumento. Ao primeiro está associado, pode se afirmar, o sentido de comemoração, celebrativo para aqueles que lembram. Ao monumento histórico, o sentido é de rememoração, baseada numa perspectiva histórica.

Dentro da valoração relacionada ao passado, RIEGL ainda distingue uma terceira categoria de valor relacionada à apreciação da *antiguidade* do monumento. Refere-se ao reconhecimento da passagem do tempo e do pertencimento ao passado de uma construção, que contemporaneamente são identificados nas suas técnicas e imprecisão construtiva, pátina e nos elementos estilísticos e tipológicos que permitem situar temporalmente as construções (LACERDA, 2002). É um valor ligado à nostalgia e à valorização romântica do pitoresco e tem na imagem da ruína uma de suas referências.

Anteriormente, destacamos RUSKIN como um dos pensadores que defendeu esta forma de apreciação da arquitetura. Em “A lâmpada da memória” (2008), RUSKIN afirma:

A maior glória de um edifício não está em suas pedras ou em seu ouro. Sua glória está na sua idade (...) está no seu testemunho duradouro diante dos homens e no seu sereno contraste com o caráter transitório das coisas (p.68).

Testemunho em cujas marcas, ainda segundo RUSKIN, “há real beleza” (id. p. 69) e que esta deve ser buscada numa construção⁷, evidenciado seu caráter histórico, dado pelo reconhecimento da sua duração. Assimilar a pátina não é

⁷ RUSKIN distingue a ação do tempo que arruína a construção e a ação que agrega valor, afirmando que são bem vindas as marcas compatíveis com o caráter da arquitetura, diferentes das marcas que aproximam a arquitetura da natureza e fazem desaparecer as características arquitetônicas, arruinando-a.

apenas regozijar-se do passado, mas permitir que a história da construção continue a ser escrita, permitindo que uma nova geração “se reconheça” nela.

São, portanto, três formas diferentes de se relacionar com o passado e com a memória: O monumento intencional abstrai-se da passagem do tempo e mantém latente no presente o fato do passado ao qual está associado, sendo assimilado dentro de um sentido memorial socialmente vivo. O monumento histórico, vinculado à noção de documento⁸, está ligado ao passado histórico que o revelou e do qual só é resgatado pelo valor artístico que porventura tenha. As antiguidades, por sua vez, revelam a assimilação da passagem natural do tempo como aspecto positivo que admite apreciação de viés artístico – a construção esculpida pelo tempo.

Consideremos que esta estruturação da valoração não é estanque, podendo um monumento intencional passar a ter um significado histórico – não mais memorial. Além do que, o valor de antiguidade pode ser atribuído a qualquer uma das categorias, uma vez que ele é o reconhecimento de um objeto como pertencente a passado.

É preciso considerar também que a tríplice valoração do passado elencada por RIEGL, não está, no entanto, desvinculada de sua valoração artística, que de fato participa da valoração histórica em suas três condições, não só como aspecto inerente à construção como obra, que influi positivamente na sua apreciação, mas também como fator de reconhecimento histórico através da noção de estilo. Sem isso:

“todas as obras de arte do passado (...) deveriam, aos nossos olhos, possuir o mesmo valor ou adquirir um sobrevalor relativo graças à sua raridade ou superior antiguidade. (...) Ao lado do valor para a história da arte (...) há manifesto um valor puramente artístico, independente do lugar ocupado pela obra no desenvolvimento da história.” (2006, p.46).

Os critérios históricos e artísticos permanecem válidos, enquanto elementos de valoração, ainda que a oposição entre o passado e o presente tenha se alterado ao longo do tempo. Mesmo a posição de Ruskin de supervalorizar a pátina – caracterizadora de uma historicidade específica da construção – não diminuiu a

⁸ Do latim *documentum*, derivado do verbo *docere*, que primitivamente significava “ensinar” e mais recentemente “provar” (LE GOFF, 2003, p.526).

importância dos estilos no desenvolvimento da arquitetura. Ao contrário, exigia, sem esconder suas predileções pelo passadismo, a escolha de um estilo.

É contrário ao pensamento nostálgico de Ruskin que se posiciona Gustavo Giovannoni (2008) ao buscar, nas primeiras décadas do século XX, diferenciar as cidades velhas das cidades novas emergentes e estabelecer um possível estatuto de conciliação entre elas. A idéia de oposição entre dois mundos – passado e presente/futuro – seja por negação do progresso ou pela ruptura entre as cidades pré-existentes e novas, foi retrabalhada por Giovannoni, que buscou na coexistência e compatibilidade um caminho, adotando a cidade velha e a cidade nova como estruturas complementares com exigências contraditórias (CHOAY in GIOVANNONI, op.cit.). Giovannoni se opunha a “museificação do tecido antigo, isolado da vida contemporânea e embalsamados com fins históricos, estéticos e turísticos”⁹.

O culto ao passado e a memória através das formas urbanas e arquitetônicas está, portanto, circunstanciado por um necessário distanciamento entre o bem patrimonializado e que o aprecia, ainda que a apropriação dos elementos pré-existentes se modifique. Não se pode reconhecer o “testemunho histórico de uma civilização” (Carta de Veneza, 1964, art 1º) se esta ainda se encontra envolta pelo momento evolutivo.

1.4 O LUGAR

Viu-se anteriormente que existem porções do espaço que podem ser diferenciadas por seu significado. Locais onde as interações entre as pessoas e o ambiente fazem com que estes sejam percebidos como detentores de qualidades e lhes sejam atribuídos valores que permitem sua distinção na totalidade do espaço, sendo assim entendidos como *lugares* (CASTELLO, 2007).

O que é afinal um *lugar*? HALBWACHS esboça o lugar como “o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso” (2006, p.170) para estabelecer a relação entre o espaço e a memória. É possível perceber em suas palavras a definição de um marco físico, mas também a condição experiencial e de pertencimento na relação espaços – grupos na construção do lugar.

⁹ Tradução livre de “muséification du tissu ancien, isole de la vie contemporaine et embaumé a des fin historique” (CHOAY in GIOVANNONI, 2008, P.13).

São dimensões do conceito, cuja interpretação urbanística deriva das interpretações de diversas disciplinas, tais como a geografia, a psicologia, a antropologia, a sociologia e a filosofia, fazendo deste um conceito transdisciplinar e polissêmico, além de controverso (CASTELLO, id. p.38).

Polissêmico porque o termo lugar pode abarcar desde um sentido físico, locacional, topológico, até um sentido imaterial, mais próximo da idéia de “campo de significação”, como faz Pierre Nora (1993) ao falar de lugares de memória. É controverso, uma vez que admite compreensões opostas: TUAN afirma que a cidade é por excelência um lugar, enquanto Ana Fani Carlos afirma que uma cidade não pode ser um lugar, pois por sua escala não é “apropriável para a vida” (DUARTE, 2002, p.69).

Interessa-nos neste trabalho, o lugar urbano, ou seja, cujo suporte material é o espaço urbano. Espaço ao qual são atribuídos significados que “refletem a cultura de uma pessoa ou grupo” (DUARTE, op.cit p.65), fazendo com que *lugar* não seja simplesmente uma posição espacial, mas principalmente uma posição cultural. “A apropriação de porções do espaço, a construção de lugares, revela-nos aos outros e, sobretudo, a nós mesmos” (id., p.74) a medida em que as escolhas e os usos das formas dependem de um filtro cultural para acontecer. Quando se fala em *lugar* se fala no lugar de alguém ou de alguma coisa (HAYDEN, 1995) que define o caráter de um determinado domínio espacial.

Assumimos assim admitir, que a cidade não é um lugar em si, mas é onde existem lugares, ou se constroem lugares, e que estes fazem das cidades porções distinguíveis do espaço, em sua totalidade abstrata ou em um território. Lugares nos quais a humanidade escolheu e persiste em viver, e que, para tanto, são construídos e reconstruídos física e simbolicamente (RYKWERT, 2004).

Lugar é diferente de *espaço*. Para FERRARA (apud DUARTE) a diferença entre eles estaria no fato de que o primeiro é dado pela percepção e o segundo pelo juízo que se faz do que é percebido. Assim, “a qualidade do objeto passa a ser o elemento que o distingue entre outros da mesma espécie, e pelo qual assume um valor” (op cit, p.66). É através do processo de significação que selecionamos e hierarquizamos os objetos a nossa volta e, portanto, como diferenciamos os espaços dos lugares.

Esse mecanismo de organização dos significados é apropriado por LYNCH, no que DUARTE chama de “operações de transformação de um espaço em lugar”

(op cit., p. 66). No seu livro “A imagem da cidade”, LYNCH propõe o esmiuçamento da cidade em elementos imagéticos que permitem identificar como as pessoas percebem o espaço urbano e de alguma forma o vivenciam.

TUAN (1983), no mesmo sentido, afirma que a diferença entre *espaço* e *lugar* se dá pelo sentido extraído da sua experiência. Tomando como referência a criança, o autor defende que o mesmo campo físico pode gerar diferentes sensações nas pessoas. Cada um é capaz de perceber o mundo que o cerca de uma maneira diferente em função de imagem que tem do seu corpo e do interesse que lhe é despertado. Para Tuan, o *espaço* remete à amplidão, à ameaça e ao movimento, enquanto o *lugar*, à segurança, à estabilidade e à pausa.

TUAN afirma, assim, que “*quando um espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar*” (1983, p.83), ou seja, torna-se lugar quando é conhecido (assimilado) e dele são selecionados os caminhos e marcos que o definem. Não obstante, o uso de exemplos que dão conta apenas de experiências individuais, o autor expõe o conhecimento como condição para elaboração de juízo de valor sobre o ambiente e afirma que tanto o conhecimento e o juízo são dados individuais, o que significa que a um lugar será atribuída uma infinidade de significados¹⁰.

Lugar difere também de *território*. Ainda que ambos sejam porções significadas do espaço, o território não se compõe de objetos, mas de organização e hierarquia, que submetem os elementos nele inseridos a sua lógica (DUARTE, 2002, pp. 76-77). O território é antes um sistema que uma forma. Nele não há necessariamente limites definidos, mas o domínio do espaço a partir de uma lógica particular.

Neste sentido, a territorialidade permite a contigüidade e a sobreposição de territórios dentro de um mesmo espaço ou lugar. Uma praça pode, por exemplo, conter diferentes grupos sociais que espacializam suas atividades, que se sobrepõem e justapõem às atividades alheias, como os vendedores misturados com os que estão relaxando ou se exercitando.

Inversamente, um ou mais lugares também podem estar inseridos num território. O mercado financeiro, por exemplo, tem como território todo o planeta - ou pelo menos o conjunto de países inseridos em suas trocas - mas sua realização depende de um conjunto de operações realizadas em lugares específicos.

¹⁰ Confrontada com a teoria de HALBWACHS, a validade do pensamento individual vai encontrar limite na sua legitimação pela coletividade.

Neste sentido, o lugar é também uma oposição à idéia de totalidade (SANTOS, 2008b). Ainda que uma não se realize sem a outra, são instâncias contrapostas, uma vez que a primeira pressupõe a diferenciação – racionalidade particular (SANTOS, op. Cit.) e a segunda, a homogeneização – a racionalidade única, segundo SANTOS (id.).

CASTELLO (op cit) defende que na Arquitetura e no Urbanismo o *lugar* está associado à idéia de percepção, tomada da psicologia ambiental e da filosofia. Vimos que LYNCH se vale de instrumentos de percepção para construir uma imagem da cidade baseada no reconhecimento dos seus elementos. Entretanto, não há na percepção pura um compromisso com o significado, senão como condicionante da percepção.

É na fenomenologia, através da figura de NOBERG-SCHULZ, que a noção de *lugar* se constrói de forma mais próxima da arquitetura. Lugar é uma porção do espaço de *cuja totalidade se pode inferir uma forma e um caráter e em que ambos se determinam* (NOBERG-SCHULZ apud NESBITT, 1995, p. 445). Ao definir o lugar desta forma, NOBERG-SCHULZ reafirma inicialmente o caráter topológico presente na noção de lugar, presente desde o pensamento aristotélico (THORNBERG,1998), da qual decorre que o lugar não é uma simples localização, mas um *dar lugar* finito e que não prescinde de corpos em sua constituição.

Outro aspecto levantado por NOBERG-SCHULZ é o caráter indiviso do *lugar* enquanto fenômeno, não podendo o mesmo ser reduzido a uma de suas propriedades. O lugar não poderia, portanto, ser analisado segundo métodos estritamente científicos.

A *forma* e o *caráter* enunciados por ele como elementos do lugar, apesar de indivisíveis, dão conta de dimensões distintas do mesmo. A forma seria a dimensão tridimensional que fornece o material, a textura e a cor que vão determinar o caráter do lugar. O caráter, por sua vez, refere-se à idéia de “atmosfera” que envolve a atribuição de significados às formas.

NOBERG-SCHULZ recupera a idéia de *Genius loci*, o espírito guardião do lugar que definia o caráter dos ambientes na Roma Antiga (op. cit, p. 454). A presença do *Genius loci* é simbólica na relação dos homens com os lugares e corresponderia a um estado de compromisso daqueles que os habitam com o lugar habitado. Compromisso que se constitui na relação entre o habitar e o construir o lugar (HEIDEGGER, 2008).

Tem-se, portanto, um conjunto de características que compõem o lugar. Primeiramente, o lugar não é uma simples localização como o senso apenas comum do termo leva a pensar, nem somente um espaço apreendido ou o uso, nem o conteúdo social nele inscrito. O lugar é uma construção, cuja intencionalidade se dá na origem, na definição do lócus. É também composto por uma materialidade e uma espacialidade específica, com as quais se determina o caráter do lugar. A materialidade e a espacialidade definem a experiência do lugar, juntamente com o seu papel político no território – as relações de pertencimento dos grupos sociais – e as condições biológicas do indivíduo, dando a esta uma condição temporária.

1.4.1 Lugares de Memória

O que faz um lugar “de memória”? Em sua categorização dos lugares, CASTELLO (2007, p. 17) afirma que é possível diferenciá-los em função do destaque dado a uma de suas dimensões. Quando em um lugar se destaca o seu aspecto físico, material, o autor o denomina “lugar de aura”, e aquele marcado por interações pessoais diversas, denomina “lugar da pluralidade”. “Lugar de memória” é, por sua vez, aquele em que se vivencia a dimensão temporal.

Dimensão que segundo o autor se realiza nos trabalhos de memória que se realizam no lugar, seja a partir da presença do patrimônio construído, seja pela acumulação de memórias individuais e compartilhadas, relacionadas àquela porção do espaço urbano. Assim o caráter da memória pode estar associado tanto a história, expressando a construção de uma nação ou de uma localidade, como também pode estar ligado ao cotidiano das pessoas, ao tradicional e ao sentido de vida comunitária.

A materialidade das construções que conservam o passado em suas formas não é, segundo o autor, condição suficiente para a caracterização de um lugar como “de memória”. São as pessoas e o uso que elas fazem dos espaços que conferem a estes uma diferenciação, pois é através de suas memórias que se estabelecem as conexões entre o construído e os fatos que constroem os mitos e tradições da vida urbana.

Percebe-se nessa definição o limite da categorização pretendida por CASTELLO: é através da relação entre os elementos materiais e as interações pessoais que se consolida uma idéia de memória de um lugar, estando assim ligada às idéias de *aura* e de *pluralidade* associadas a outros tipos de lugares.

Diferentemente, NORA (1993) coloca os lugares de memória como o último recurso da sociedade em face da aceleração do tempo e da história. “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos que lhe consagrar lugares”. As rupturas históricas levaram as sociedades ao rompimento com o passado, corroendo valores tradicionais e sua transmissão, e conseqüentemente as instituições ligadas a eles, assim os lugares de memória não seriam através dos quais se vive, mas apenas se lembra.

Fruto do deslocamento do discurso histórico do Estado/Nação para a sociedade/indivíduo, que fez da memória “um fenômeno puramente privado” (op cit. p. 12) e extinguiu os rituais, o *lugar de memória* é definido por NORA como um resto. As sociedades, mais interessadas na valorização do novo e do futuro, transformam sua relação com o passado em algo não natural, obrigando-se a construí-lo a partir de instituições memoriais, sejam monumentos, arquivos, cemitérios, documentos, ou festas.

A memória torna-se assim um fato localizado, reproduzindo-se em condições específicas que a defendem das ameaças da aceleração da história. *Lugares de memória* são assim sempre materiais, simbólicos e funcionais:

Mesmo um lugar de aparência material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como uma manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. (...)
(NORA, 1993, pp. 21-22)

Em outras palavras, não basta criar um acervo memorial, tem-se que assimilá-lo dentro de alguma prática, através da qual lhe será atribuído um significado. Pode-se neste sentido, falar em lugares onde as práticas permanecem no tempo e outros em que novas práticas estabelecem seu estatuto memorial.

No primeiro caso, é exatamente a permanência da prática que confere significado ao espaço. Uma feira tradicional, como a de Caruaru¹¹, é um lugar não só de troca comercial, mas também de “continuidade de saberes, fazeres, produtos e expressões artísticas que sem sua dinâmica certamente já teriam desaparecido” (SANT’ANNA, 2006).

O segundo caso refere-se aos artefatos do passado que sofreram processos de resignificação, como a exposição museológica de coleções ou a restauração de

¹¹ Registrada em 2006 como patrimônio imaterial pelo IPHAN na categoria “Lugar”.

monumentos, práticas que estabelecem conexões entre o passado e o presente dos mesmos.

1.5 LUGARIDADE DO PATRIMÔNIO

É possível relacionar o patrimônio com duas acepções de lugar: o bem cultural como lugar em si e o lugar em que o bem cultural está. Este primeiro sentido refere-se à própria noção de qual elemento urbano é culturalmente significado, desde monumento isolado até a paisagem¹². O segundo, ao pressuposto de que a significação do bem cultural não se restringe à construção, mas a situação, isto é, ao contexto urbano em que se encontra (MILET, 1988; MENEZES, 2006).

O bem cultural é, enquanto porção significada do espaço da cidade, um lugar. Quando se fala em patrimônio, se fala em um conjunto de elementos selecionados dentro do processo histórico de construção do espaço urbano para permanecerem como significantes deste processo, sendo disponibilizados às novas possibilidades de significação.

Caberia, neste sentido, considerar o monumento isolado, a construção excepcional à qual são atribuídos valores, em função de sua relevância histórica e artística, como um lugar.

A postura adotada, por exemplo, na carta do CIAM, de 1933, propõe a valorização das antigas construções monumentais, que deveriam ser destacadas do seu contexto, sugerindo inclusive a demolição do entorno do monumento e seu isolamento em áreas verdes. Neste sentido, atribui-se ao monumento toda carga simbólica referente ao passado, cuja ruptura com o presente se formaliza no destacamento da construção do tecido circundante.

Embora o destaque do monumento no tecido urbano com abertura de vias e espaços livres já fosse um recurso utilizado, esta não é, no entanto, uma atitude preservacionista, mas sim uma iniciativa de cunho sanitaria, na qual a permanência do monumento é antes uma concessão do que uma premissa.

Não se pode esquecer que antes mesmo da elaboração da referida carta, já existiam críticas as posturas modernizadoras, como por exemplo, o estudo sobre desenho urbano publicado por CAMILLO SITTE (1992), em 1889, no qual destacou

¹² HAYDEN afirma que a paisagem não é um lugar, embora guarda em sua combinação de elementos naturais e culturais o caráter essencial dos lugares(1995, p.16).

a importância da relação entre a rua, a praça e as construções singulares, na constituição dos espaços urbanos, em oposição à rigidez e a funcionalidade das concepções modernas, já em voga naquele período.

Decerto, não se poderia ter uma leitura completa do monumento se não fossem preservadas as fisionomias das cidades e os entornos das construções singulares, garantindo assim a preservação das visuais historicamente construídas (GIOVANNONI, 1998) e das relações simbólicas e funcionais dos espaços. Assim, a cidade como um todo, e não apenas os monumentos, é portadora da história e da memória e tem nos seus elementos que permanecem o fio condutor de sua existência (ROSSI, 2001).

Neste sentido, a Carta de Veneza, de 1964, traz uma definição ampliada de patrimônio construído, incluindo não só os monumentos, mas também qualquer “sítio, urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, uma evolução significativa e de um acontecimento histórico” (artigo 1º). São lugares de interesse histórico-cultural cujos elementos isoladamente não seriam merecedores de tratamento monumental (Normas de Quito, 1967), mas cuja reunião em um determinado contexto possibilita sua significação cultural.

São definições ainda ligadas à atribuição de valores através da forma, diferentes da noção de lugar construído através da continuidade de práticas sociais, conforme já antecipamos ao falar dos *lugares de memória*. Lugares que, independente de suas qualidades arquitetônicas e ambientais, são significativos para a realização e a preservação de práticas tradicionais.

A Feira de Caruaru que, por exemplo, não tem, a partir de suas formas ou materialidade, valores que se reconheçam como patrimoniais, tem, porém em sua dinâmica, a possibilidade de suportar diversas expressões que demandam aquele espaço específico para se realizar. É na reunião de diversas expressões tipicamente locais, sejam objetos artesanalmente elaborados para uso cotidiano, decorativo ou religioso, sejam as formas particulares de trocas comerciais, que o local ganha significado. Um lugar como a Feira de Caruaru é um tipo de “espaço caracterizado por uma identidade singular” (ICOMOS, 2008, p.1) constituído pela interação entre

os componentes materiais e imateriais e que o faz portador do *espírito do lugar*, sem o qual a comunidade perde seu caráter, sua identidade¹³.

Se para algumas expressões imateriais, o lugar suporta sua existência, as formas materiais – as construções, especificamente – dependem também de um suporte, a cidade. É sobre o solo urbano que as construções são implantadas, e é através dele que ganham ou mantêm significados (MILET, 1988).

Ao mesmo tempo em que são fixas em relação ao solo, as construções se desgastam e tem sua duração condicionada pelas necessidades sociais e as relações que estas têm com o espaço. No contexto da cidade capitalista, cada momento do seu crescimento corresponde a um modo de aplicação do capital sobre o espaço, a partir de regras específicas que dele decorrem. O solo urbano, desta forma, tem valor de uso, enquanto suporte do sistema produtivo, mas também valor de troca, à medida que é apropriado como mercadoria. (op cit, p.44).

Ainda que busque subordinar ideológica e politicamente todo o espaço da cidade, os processos de transformação não o atingem de modo homogêneo e simultâneo, resultando na coexistência de ordenamentos espaciais e tempos distintos dentro da cidade. Áreas antigas das cidades permanecem ou se depreciam, enquanto outras se expandem dependendo da capacidade encontrada nelas de se adequarem ao sistema produtivo, podendo ocorrer: a preservação do uso do solo e de suas construções; modificação do uso do solo e permanência dos elementos construídos, resignificados.; e substituição total dos usos e das construções.

São muitas as variáveis materiais, ideológicas e econômicas que condicionam a transformação do espaço urbano, porém observa-se que transversalmente a estas está o significado, ou, em termos práticos, a possibilidade de significação e resignificação que se constituem a partir das lógicas de apropriação dos elementos construídos.

Um local simbólico, por exemplo, pode não se encontrar valorizado dentro da cidade, por se encontrar numa zona de difícil acesso, seja por falta de infraestrutura, seja pela transformação daquele local numa área segregada da cidade, como bairros portuários e industriais decadentes. Enquanto elementos de menor

¹³ A Declaração de Foz do Iguaçu, apesar de dedicada ao espírito do lugar, não se constitui em um documento sobre a dimensão imaterial do lugar e do patrimônio enfatiza as ameaças ao ambiente construído como agressões a estrutura social que determinam o caráter local.

relevância podem estar sendo mais cultuados, por estarem melhor inseridos nas dinâmicas sociais, como nos centros vivos ou em áreas em recuperação.

Embora sejam processos de natureza econômica globalizada, degradação e recuperação de áreas urbanas são desdobramentos em escala local, que invariavelmente correspondem a alterações no tecido urbano (forma) e no tecido social (habitantes/usuários), o que modifica significativamente as relações entre os elementos preexistentes, as cidades e seus habitantes, mudando assim as condições de apropriação do bem cultural.

É com base na prevalência das modificações de natureza local na conservação de elementos urbanos, que ULPIANO MENESES (2006) defende o papel da municipalidade e do habitante local na conservação dos bens culturais urbanos. A posição de MENESES inverte a lógica estabelecida que prevê uma hierarquização entre as esferas de proteção ao patrimônio que privilegia as instâncias mundiais e nacionais¹⁴, em detrimento de interesses localizados na valoração e apropriação do patrimônio.

Meneses alerta para o distanciamento que as políticas de preservação do patrimônio, particularmente aquele mundialmente reconhecido, tem gerado entre os bens culturais e as populações mais próximas. Exemplos como o de Alcântara, no Maranhão, onde a conservação das ruínas da cidade privilegia o uso turístico e o acadêmico, são considerados pelo autor como emblemáticos dessa situação. “Como algo que pode ser bom para a humanidade e não ser para o morador?” questiona.

Ele defende ainda que, considerando a idéia de bem cultural positiva, a única forma de estender suas qualificações para toda a cidade é entender o local como a matriz social da fruição do patrimônio. “O habitante é o principal sujeito da cultura” e deve ser através dele, do lugar com que interage e da valorização de seu cotidiano – trabalho e moradia – que deve ser construída a valoração e fruição dos bens culturais.

Do ponto de vista do planejamento, o localismo já alcança projeção, ainda que numa perspectiva estratégica de sobrevivências das economias e das identidades, face ao caráter homogeneizador da globalização. Segundo LACERDA (2002, p.93):

¹⁴ Sobre o “Princípio do maior interesse” vide Sônia Rabello de Castro, “O Estado na preservação de bens culturais”, 1991.

O local surge como o lugar privilegiado em que experiências alternativas podem surgir de modo a criar condições para um maior equilíbrio e integração das relações entre o econômico, a produção de laços sociais e a cultura.

‘O lugar onde o patrimônio está’ não é, portanto, apenas uma característica ambiental de seu entorno. O lugar enquanto posição cultural – culturalmente construída – define o estatuto daquele bem e condiciona sua conservação. As áreas envoltórias não são extensões naturais dos valores patrimoniais, mas antes elementos da construção do quadro em que estes acontecem. Como contextos materiais urbanos, abrigam e interagem com grupos sociais, dando suporte físico a suas atividades e dando condições concretas ao desenvolvimento de especificidades identitárias.

2. OLINDA: FORMAÇÃO URBANA E CONSTRUÇÃO DOS LOCI

Olinda localiza-se ao norte do Recife, integrando sua região metropolitana, e limita-se ao norte com Paulista e a leste com o Oceano Atlântico. Seu atual território constitui-se em apenas uma fração do original, descrito no seu termo de fundação, do qual foram desmembrados os municípios circundantes, que ao longo dos séculos tiveram desenvolvimentos independentes do núcleo original.

Seu desenvolvimento pode ser dividido em duas grandes fases (MENEZES, 1993): a fase de ocupação colonial e a fase de urbanização, com relativo hiato de desenvolvimento a partir do fim da ocupação holandesa até o século XX. Na primeira, deu-se a origem do assentamento e seu desenvolvimento inicial baseado na produção e comércio de açúcar, encerrando-se com a ocupação holandesa, que priorizou o Recife, condenando Olinda à estagnação nos séculos seguintes. Quando em meio às constantes disputas de poder com Recife, Olinda foi sendo paulatinamente reconstruída, não apresentando crescimento significativo. O quadro só veio a mudar no decorrer do século XX, o que seria a segunda fase, com a urbanização provocada pela difusão do veraneio e das políticas habitacionais de Estado, que a transformou em cidade-dormitório.

Este período de maior urbanização foi também o de surgimento e desenvolvimento de ações de preservação do Patrimônio Cultural na cidade, iniciando-se com os primeiros tombamentos de monumentos isolados e culminando



Figura 1 Localização de Olinda e Recife na Região Metropolitana

com o reconhecimento do seu Centro Histórico como Patrimônio da Humanidade e o paralelo desenvolvimento de um sistema municipal de preservação.

No atual momento, a cidade vive a dualidade de abrigar, ao mesmo tempo, um centro cultural em escala mundial e uma periferia empobrecida e mal assistida, onde também se encontra parte de seu patrimônio cultural.

2.1 O *LOCUS* COLONIAL

Como era comum às vilas e cidades criadas no Brasil no período colonial (REIS FILHO, 1968, p.112), a ocupação de Olinda tem origem no seu termo de fundação, a Carta Foral de 1537, cuja existência revela a intenção do donatário da capitania, Duarte Coelho Pereira, de fugir da espontaneidade na ocupação do território, dotando-a de um mínimo de planejamento, ao estabelecer o tripé formado pela sede, porto e terras cultiváveis como princípio de ocupação. (MENEZES, s.d.).

O sítio escolhido, além de abastecido por água doce dos diversos rios e riachos locais e também por fatura de madeira proveniente das matas existentes, se apresentava facilmente defensável segundo os princípios da época e com área para instalação de um porto abrigado a pouca distância do núcleo.

Assim, a vila se desenvolveu em dois níveis: a ocupação da colina, com o núcleo urbano principal, onde se instalaram os principais edifícios administrativos e ordens religiosas; e a planície circundante, onde foram erguidos, no decorrer dos séculos, o porto, engenhos, fortes e igrejas ao longo dos caminhos que levavam a outros pontos do território (NOVAES, 1990). Mesmo não tendo se desenvolvido na mesma velocidade, foram dois processos que obedeceram à mesma lógica estratégica e tinham como objetivo a dominação do território, então ocupado por índios e a expansão da vila. (MENEZES, op cit, CAVALCANTI, 1986)

A Carta Foral definia um zoneamento rudimentar do território, estabelecia a doação das terras e os pagamentos e obrigações dos moradores da Vila, porém, a mesma não impunha um desenho a ser seguido para construção do assentamento. Desta forma, as ruas eram abertas de forma intuitiva, acompanhando as declividades do relevo e de modo geral ligando uma igreja a outra (OMEGNA, 1971).

Da sede, erguida no ponto mais alto das colinas, emanava-se o poder e a ocupação do núcleo partia deste ponto em direção à planície circundante, seguindo os caminhos que levavam aos pontos estratégicos situados fora da vila: o porto e os

engenhos. O porto, construído longe da vila, em trecho protegido por arrecifes naturais, servia para escoamento da produção das terras da planície. Por ser muito importante economicamente e ao mesmo tempo vulnerável a ataques, sempre esteve protegido por fortificações.

As terras férteis da planície se dedicariam ao cultivo, para subsistência e principalmente o comércio e foram ocupadas esparsamente por engenhos e conventos interligados por caminhos. Este modelo de ocupação não se prestava a conformar uma vila, mas para expandir o domínio do território, o aproveitamento dos recursos naturais existentes e evitar invasões. (MENEZES, s.d.)

O registro feito por João Teixeira Albernaz (REIS FILHO, 2000) ilustra as diferenças entre as três partes do sistema de ocupação (figura 2). Vê-se a presença de dois núcleos, o maior à direita – Olinda – e o menor – a nucleação do porto – cercado de navios numa alusão ao seu intenso movimento. No restante do território, vê-se uma ocupação esparsa no entorno dos corpos hídricos, importantes para a irrigação e para o transporte da produção. Note-se também, a presença de fortificações entre os dois núcleos.

Foram dois os engenhos a iniciarem suas atividades ainda em 1542: o engenho do Salvador, de propriedade do donatário da capitania e o engenho da Ajuda, de Jerônimo de Albuquerque, seu cunhado. Em 1633 já eram 60 engenhos, sinal da prosperidade da capitania e conseqüentemente da vila de Olinda (SANTOS, 2008).

Até a chegada dos flamengos, a povoação do porto se resumia às poucas casas de pescadores e funcionários da ribeira. Segundo SANTOS (op cit, p. 111), no final do século XVI, os homens livres da povoação não passavam de 20, enquanto a sede contava com mais de 2000. A planta da vila, elaborada por Gaspar Barlaeus (figura 3), já nos primeiros anos da presença holandesa, confirma o estágio de desenvolvimento local. Nela é possível já identificar os principais templos e o traçado das ruas já consolidado e que permanece até os dias atuais.



Figura 2 "Perspectiva do Ressife e Vila de Olinda, ca.1616, de João Teixeira Albernaz.

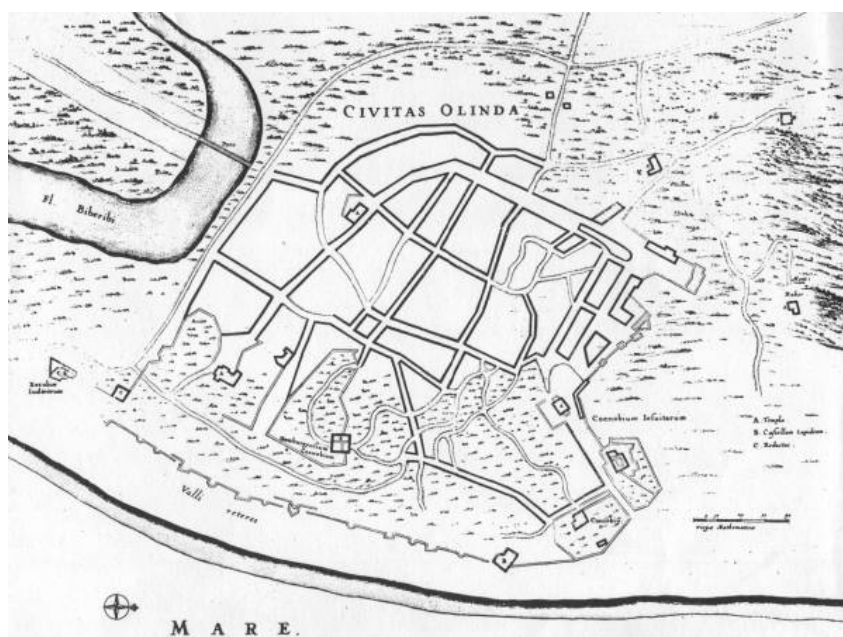


Figura 2 Civitas Olinda, de Gaspar Barlaeus

Entretanto, Olinda foi preterida pelos invasores que ocuparam e urbanizaram o local onde viria a ser o Recife. Com a invasão, ficava clara a obsolescência do modelo de defesa local, já há muito tempo em desuso na escolha dos sítios para ocupação, como se pode verificar no caso do Rio de Janeiro, fundado em 1565 e João Pessoa, em 1585, que foram erguidas afastadas do mar aberto (SANTOS, op cit). Um dos aspectos que foi revisto como fator de escolha para ocupar o que hoje é o Recife, foi a inutilidade do afastamento entre a povoação e o porto, bem como do mar, como previa a orientação defensiva vigente quando da ocupação original (id., p.112). Outro fator considerado importante na escolha do local pelos holandeses, foi a semelhança encontrada no sítio, onde ficava o porto, com a terra de origem dos invasores (id. Ibid.). Instalados ao redor do porto, os holandeses fizeram inúmeras benfeitorias que visaram dotar a área de infra-estrutura, defensiva, viária e sanitária, além de inédito paisagismo (NOVAES, 1977, p.12).

A planta de 1648 (figura 4), elaborada por Golyath (MELLO,1976), mostra o grau de desenvolvimento da chamada Cidade Maurícia – atual centro do Recife – cujo urbanismo foi considerado erudito por SANTOS, por conjugar a praça comercial e a praça fortificada sob um mesmo desenho¹.

¹ BALTAR (1951, p. 43) descreve o Recife holandês como um reflexo da “mentalidade urbana européia” por seu arruamento geométrico e profusão de jardins, além dos serviços de saneamento e abastecimento d’água.

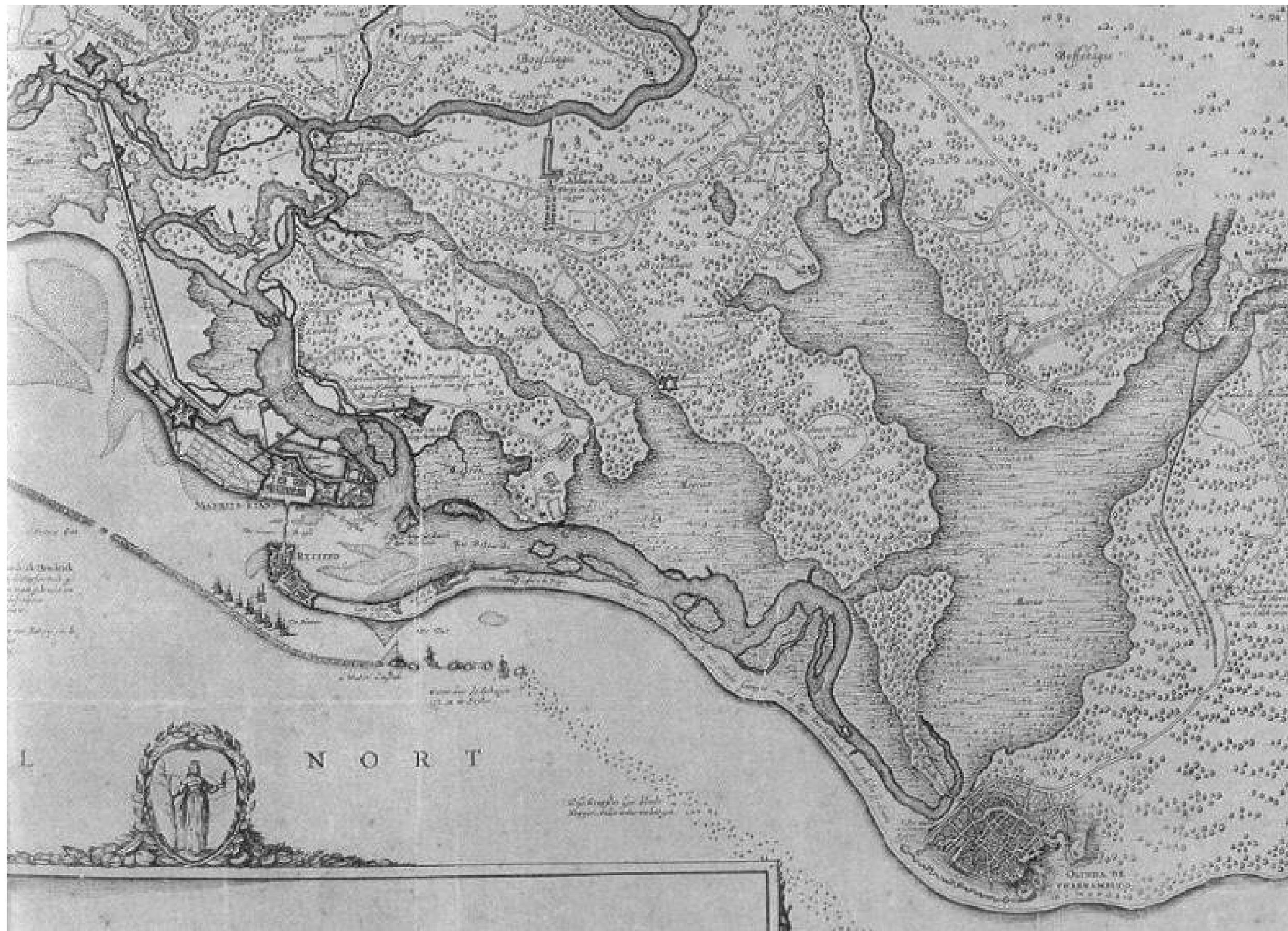


Figura 4 Olinda e Recife em 1648

Com a saída dos holandeses em 1654, a disparidade entre Olinda e o Recife ficara evidente. Enquanto foram realizadas inúmeras obras no novo núcleo, a vila original ia sendo reconstruída do incêndio provocado pelos holandeses em 1631 e do conseqüente abandono, o que perdurou até 1664.

Recife era um povoado maior, mais organizado urbanisticamente e detinha o porto, mas Olinda era a capital e gozava de prestígio junto à corte portuguesa, que passara a governar a província, o que levou às disputas marcadas pela elevação de Olinda à condição de cidade em 1676, e à separação do Recife, em 1709, com a criação do termo da Vila de Santo Antônio do Recife.

Durante o século XVIII, Olinda passou por melhorias que buscaram restabelecer seus *status*: melhorias no abastecimento d'água – que não era problema no Recife – com a implantação de bicas no Varadouro; a construção de igrejas e nichos, o que durou até o início do século XIX; e a criação de um Jardim Botânico nos limites da cidade, que funcionou apenas de 1798 a 1826.

Entretanto, a decadência da economia açucareira, fez com que Olinda, morada de Senhores de engenhos falidos, fosse suplantada por Recife, que manteve sua força comercial, baseada no porto e avançou sua ocupação em direção ao continente, destino do novo caminho aberto em Olinda em 1821, pelo aterro da Tacaruna. Mas foi em 1827 que selou-se a mudança de hierarquia entre as duas cidades, com a transferência da capital, transformando Olinda definitivamente em arrabalde do Recife.

Embora os historiadores dediquem-se à disputa polarizada entre os dois núcleos urbanos, é possível perceber através da cartografia de época, mais desenvolvida a partir da ocupação holandesa, o estado do desenvolvimento da planície de entorno, particularmente entre os dois núcleos. Distingue-se facilmente nos trabalhos de Albernaz e de Golyath os espaços ocupados e as áreas agrícolas – entremeadas pelos cursos d'água – marcadas no primeiro por pequenas e esparsas construções e no segundo pelos diversos caminhos entre os núcleos urbanos e os engenhos, porém ainda sem assentamentos.

2.2. A URBANIZAÇÃO PERIFÉRICA

Entre a perda da sede do governo e a urbanização mais intensa, foram poucos os fatos significativos para a formação urbana de Olinda. O crescimento da cidade se

resumiu a alguns fatos isolados, que indicavam mais a dependência do Recife do que propriamente um processo sólido de crescimento.

Mais significativas foram, talvez, as modificações dos limites de seu território. O IBGE (s.d.) relata que entre 1850 e 1938 os limites municipais foram sucessivamente modificados, reduzindo-o aos 44km² que tem hoje, levando a perda de parte da estrutura produtiva abrigada nos distritos emancipados.

O primeiro deles foi Nazaré, ainda no século XIX. Em 1911, Olinda era composta, além da sede, pelos distritos do Paulista e Beberibe, que seriam, em 1928, emancipados e anexados ao Recife. Em 1931, Paulista é novamente lembrado à Olinda, passando esta a ser composta por seis distritos, que seriam desmembrados em 1935, formando novamente o município do Paulista, ficando Olinda apenas com o distrito sede. Os fatores que levaram a tais desmembramentos não estão relatados no documento do IBGE, o que dificulta o entendimento sobre a dinâmica desses distritos, cujo papel no desenvolvimento de Olinda não fica claro, se for tomada como referência à historiografia da Cidade.

Quanto ao crescimento do núcleo principal, NOVAES (1990) identifica um momento de transição caracterizada pela busca de uma nova direção para seu desenvolvimento na passagem do século XIX para o XX. A conclusão das obras, em 1863, do Convento de Santa Tereza, em meio ao alagado por onde passava o caminho para o Recife, local até então desabitado, é ainda um resquício da forma tradicional de crescimento baseada na presença de uma ordem religiosa. Entretanto, neste mesmo caminho, foi instalado em 1866 a maxambomba² ligando o Recife até o Carmo em Olinda, marcando um dos sinais de modernidade, e assim mostrando a ambigüidade do crescimento local.

O chamado “surto industrial”, ocorrido com a criação da Usina Beltrão (depois Fábrica Tacaruna), em 1895, seguida da Fábrica de Doces Leão e o Curtume Santa Maria, além das indústrias no distrito do Paulista, revela, ainda segundo NOVAES (op cit), um novo perfil da cidade que não teve continuidade no decorrer do século XX.

MENESES (1993), por sua vez, destaca que a partir do final do século XIX também se iniciam as primeiras expansões habitacionais, desta vez na direção do mar – relegando a Cidade Alta a segundo plano – e em muito influenciada pela

² Corruptela de ‘Machine Pump’ como fora popularmente chamado o bonde a vapor.

implantação do bonde, que atendia a orla pelos bairros dos Milagres e Carmo, se desdobrando com o surgimento do Bairro Novo no século seguinte (figura 5).

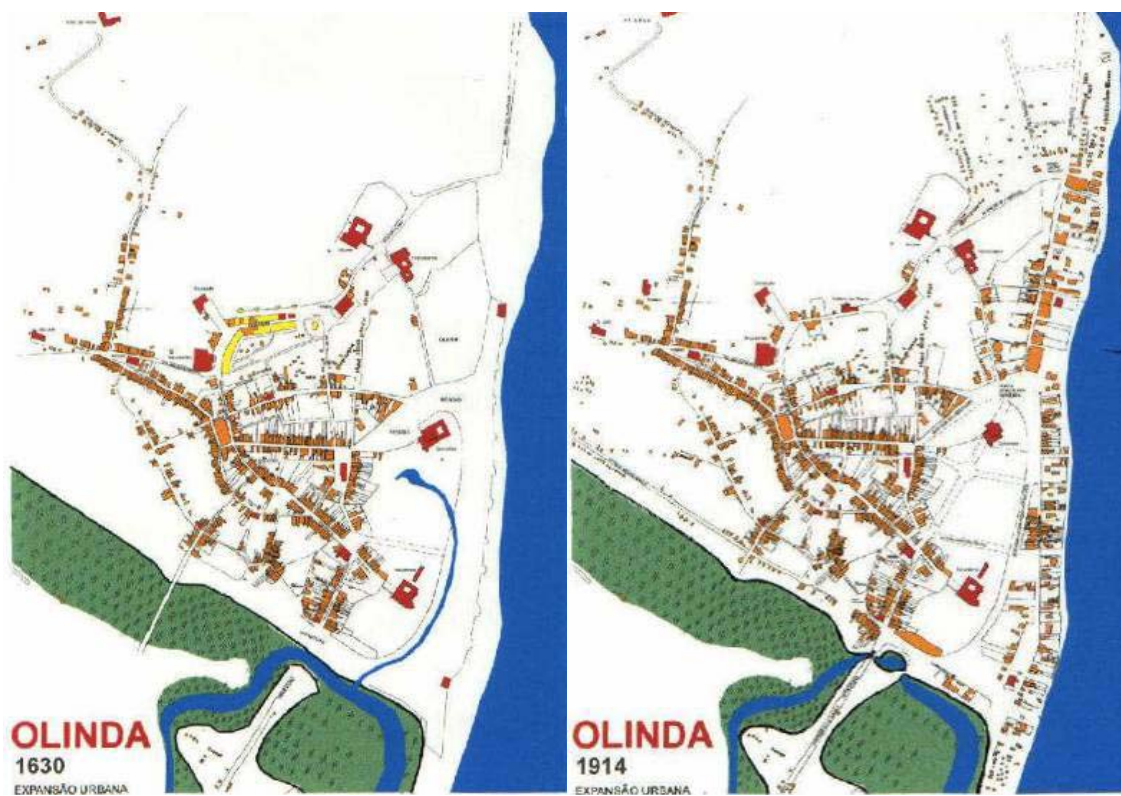


Figura 4 Evolução Urbana de Olinda entre 1630 e 1914

Ainda que a expansão da mancha urbana tenha guardado relações com o núcleo original, a ocupação de Olinda ao longo do século XX se dá em boa parte como uma extensão do crescimento do Recife cuja expansão, a partir do centro, desenvolvia-se de forma tentacular³ seguindo os principais eixos viários radiais (figura 6), e posteriormente se desdobrando em mancha, ocupando os espaços entre as avenidas (PONTUAL, 2001).

³ BALTAR (op. Cit) compara o desenho do crescimento do Recife com os dos dedos da mão, aludindo ao desenho de Le Corbusier para o Rio e Janeiro. Neste esquema os dedos seriam terra firme e os vazios as áreas alagadas.



Figura 5 Recife e os seus tentáculos de crescimento

Nesta retomada, as áreas foram ocupadas inicialmente por loteamentos de veraneio e pelo investimento maciço em vilas e conjuntos habitacionais, levando ao crescimento populacional e a conurbação. Culminou na necessidade de investimentos maciços em estrutura viária, a qual acompanhou o processo de metropolização, mudando as áreas envoltórias do Sítio Histórico e incentivando a ocupação espontânea de áreas livres, provocando assim a acentuada redução das áreas rurais e verdes do município. (NOVAES, 1977, p.20)

No mesmo estudo citado acima, MENESES demonstra o rápido crescimento por que passou a mancha urbana de Olinda, particularmente no período de 1950 a 1997, data de conclusão do estudo e data a partir da qual não se verifica avanço significativo da área ocupada. O conjunto de figuras abaixo mostra que até 1950, além do Sítio Histórico (em vermelho, na figura 7) e do Bairro novo (em laranja, na figura 7), a ocupação do município se limitava às localidades esparsas ao longo do litoral e em menor número a sul. Entre 1950 e 1970, percebe-se o crescimento da ocupação próxima ao litoral e também na bacia do Rio Beberibe, com a parte central do território ainda desocupado, com atividades rurais. O terceiro mapa, mostra a evolução após

1970, quando a cidade foi preenchida restando desocupada uma parte alagadiça próxima ao Sítio Histórico e à Zona Rural a oeste.

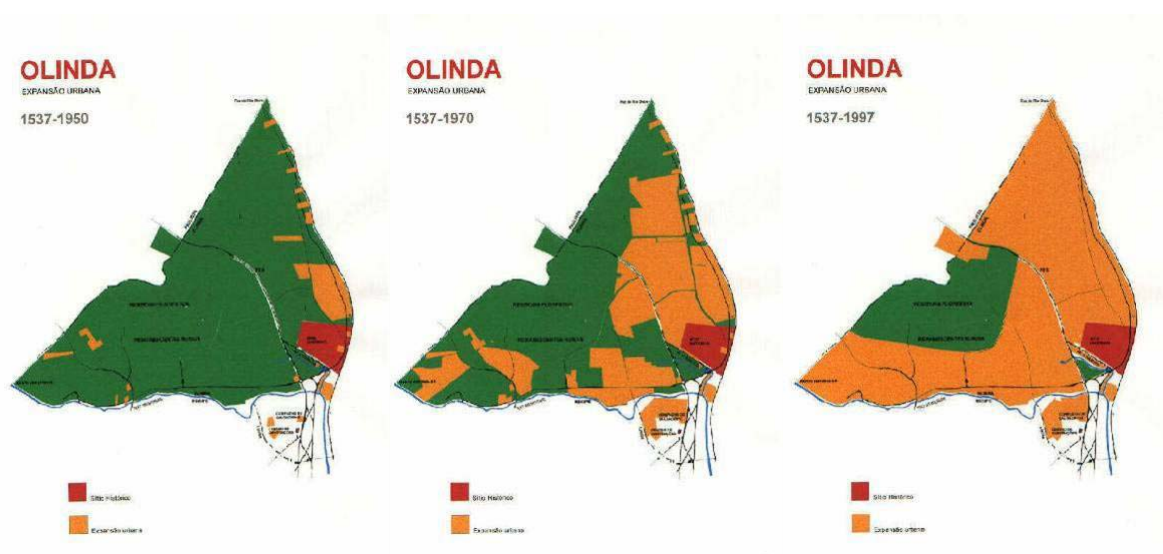


Figura 6 Evolução da mancha urbana de Olinda

Assim, a ocupação do território olindense se caracteriza pelo crescimento descontínuo⁴, derivado do desenvolvimento autônomo e não simultâneos de dois pólos: o núcleo original da própria cidade, hoje Sítio Histórico; e o Recife. Mesmo no seu período de maior intensidade, o crescimento, ainda que direcionado por um eixo, não apresentou linearidade em seu processo.

2.2.1 Os loteamentos litorâneos

Estudo realizado por MOTA MENEZES (1998) aponta que até 1914 a mancha urbana de Olinda pouco havia mudado se comparada àquela deixada pelos holandeses. Salvo pequenos avanços no Varadouro e na praia dos Milagres em direção ao Carmo, até o retorno do bonde, os limites do núcleo original permaneceram inalterados, particularmente em seus lados norte e oeste.

Além do bonde a vapor, o crescimento da parte baixa entre a colina e o mar fora influenciado pela industrialização pontual ocorrida no final do século XIX (NOVAES, 1990) e pela difusão das benesses dos banhos de mar. Olinda retoma seu crescimento nas praias próximas ao Sítio Histórico, que acabaram ocupadas pela classe média e algumas mansões. As construções já não correspondiam ao modo

⁴ Sobre o crescimento descontínuo e pólo, ver PANERAI (2006).

tradicional de ocupação com casas justapostas em terrenos compridos, pois já era comum a construção de chalés, dentro dos novos preceitos de salubridade.

Entretanto, foi com o loteamento do Bairro Novo⁵ que a ocupação do litoral ganhou força. Construído na década de 1940, o loteamento que deu origem a todo o bairro ocupou grande área plana ao pé da colina histórica e foi composto por quadras retangulares paralelas ao mar, privilegiando parte dos lotes com melhor orientação. A racionalidade do traçado e a escassez de áreas livres revelam a intenção de se maximizar a ocupação do local, além de estabelecerem o distanciamento formal entre a modernidade do “Bairro Novo” e o obsoleto núcleo original.

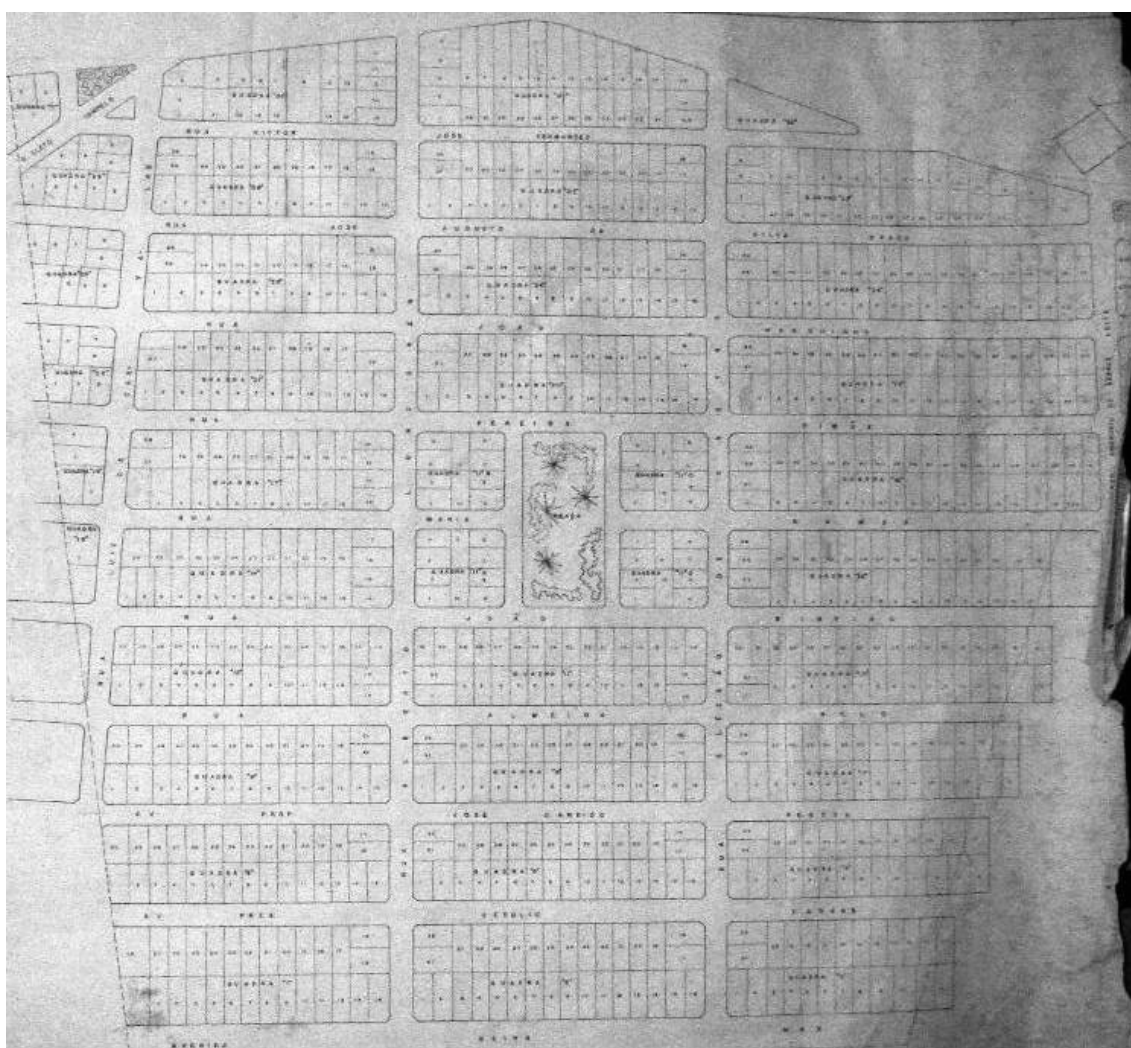


Figura 7 Planta do Bairro Novo

⁵ O loteamento chamava-se originalmente Marim, porém foi popularizado como Bairro Novo, em oposição à cidade “velha”.

O traçado gerou também um sistema de vias contínuas, no sentido norte-sul, conectando o bairro à parte plana já ocupada ao sul e aos bairros subseqüentes. Assim, o Bairro Novo foi sucedido pelos bairros de Casa Caiada e de Rio Doce (parte litorânea) cujos traçados revelam a solução de continuidade na dotação das áreas litorâneas de estrutura fundiária para sua ocupação. Permanece em ambos, o princípio do desenho regular das quadras, ainda que o estreitamento da faixa de terra firme pelo contorno da orla e pelo curso do canal que os margeia no interior, não permitisse que o traçado se mantivesse tão regular quanto no Bairro Novo.



Figura 8 Partes do Bairro Novo e de Casa Caiada

A criação dos bairros para veraneio previa também, em seu desenho de quadra regular, o desenho dos lotes diverso do tradicional, muito estreito e comprido. Os lotes propostos, além de acompanhar a regularidade das quadras, apresentavam proporção mais adequada à ocupação urbana, sem grandes concessões aos quintais que marcam as casas do Sítio Histórico. As construções neles contidas apresentavam, em boa parte, afastamentos para pelo menos uma das divisas laterais, apesar de em vários casos permanecerem no alinhamento da calçada.

2.2.2 As vilas e os conjuntos habitacionais

Parte significativa da ocupação periférica em Olinda, particularmente em bairros afastados do mar, foi baseada na construção de vilas e conjuntos habitacionais voltados à provisão da moradia para as classes trabalhadoras, buscando reverter o quadro de precariedade das moradias existentes e atendendo a demanda de mão-de-obra do Recife (NOVAES, 1990). É possível identificar a implantação de vilas e conjunto no município por diversos momentos das políticas habitacionais, transformando assim a habitação numa alternativa à incipiente produção industrial local e convertendo Olinda em cidade-dormitório.

As primeiras habitações foram implantadas durante o Estado Novo, por ação da Liga Social Contra o Mocambo⁶, que promoveu em Olinda a construção de vilas para relocação de população removida de áreas insalubres do Recife. Apesar da forte influência sanitarista na ação da Liga, a produção da habitação durante o governo Vargas tinha outros objetivos estratégicos dentro do contexto de modernização do país. A habitação era vista como forma de reprodução da força de trabalho e também como “elemento de formação ideológica política e moral do trabalhador” (BONDUKI, 2004, p.73).

Assim, a construção das vilas permitiu que ao mesmo tempo fosse reduzido o número de mocambos no Recife e fossem isoladas as camadas populares em bairros mais distantes, respondendo aos anseios velados das elites (BONDUKI, op cit). Ainda neste sentido, a moradia produzida neste período baseou-se na unidade isolada – a casa – pois esta correspondia ao desejo de individualidade ao mesmo tempo em que permitia o isolamento da família do corpo social, o que não ocorreria em cortiços e habitações coletivas.

Não foram encontrados dados sobre o número de unidades nas vilas construídas pela SSCM, porém, verifica-se que estas deram origem a bairros e deles ocupam quase toda extensão. Os terrenos onde foram implantadas as vilas não eram planos. Apresentavam morros argilosos, tendo suas declividades respeitadas na medida do possível, o que resultou em um desenho curvilíneo de ruas, acompanhando as curvas de nível e deixando livres os pontos mais altos dos morros (NOVAES, op. Cit.). A topografia interferiu na regularidade da forma das quadras, que apesar de ter acompanhado as curvas, mantiveram o padrão dimensional. Os lotes refletem a regularidade das quadras, reproduzindo o ideal de equidade entre os moradores, em cujas moradias, verificou-se em vários casos, era seguido um modelo⁷.

⁶ A Liga Social Contra o Mocambo (depois Serviço Social contra o Mocambo) foi uma das iniciativas do governo de Agamenon Magalhães, nomeado por Getúlio Vargas. Instituiu também a repressão à mendicância e vigilância dos costumes, na tentativa de modernizar a ruas e casas do Recife e, por conseguinte o cidadão recifense (FELDHUS, 2008, p. 05).

⁷ Percebeu-se no local, a repetição de um modelo de construção, porém não foi possível verificar se ocorria na totalidade dos lotes, pois várias casas apresentavam muros e outras passaram por significativas reformas que alteraram suas feições.



Figura 9 Planta da vila de Ouro Preto

Posteriormente, o problema da habitação passou a ser gerido pela COHAB, que teve em Olinda sua principal área de atuação (NOVAES, op. cit.). Atuando nos bairros de Jatobá, Rio Doce e Peixinhos, realizou a construção de habitações em alvenaria, em regime de mutirão, substituindo os mocambos e casas de taipas existentes, sem prévio investimentos em infraestrutura. Foi somente com a ação do BNH, a partir de 1972, que os construtores passaram a ser obrigados a sanear, calçar e eletrificar os bairros antes de construir as casas, evitando a transferência do ônus para o morador ou para o poder público, como no caso da Cidade Tabajara⁸, cujo construtor havia falido.

Ficou à cargo da COHAB-PE também a ocupação de grandes glebas em Rio Doce onde foram erguidos conjuntos habitacionais formados por prédios de apartamentos. Diferentemente das vilas do SSCM, os conjuntos construídos pela COHAB e pelo INOCOOP exigiam grandes movimentos de terra para adequação à tipologia dos prédios e melhor aproveitamento do terreno, posto que havia problemas também financiá-los.

⁸ Bairro popular construído na divisa entre Olinda e Paulista.

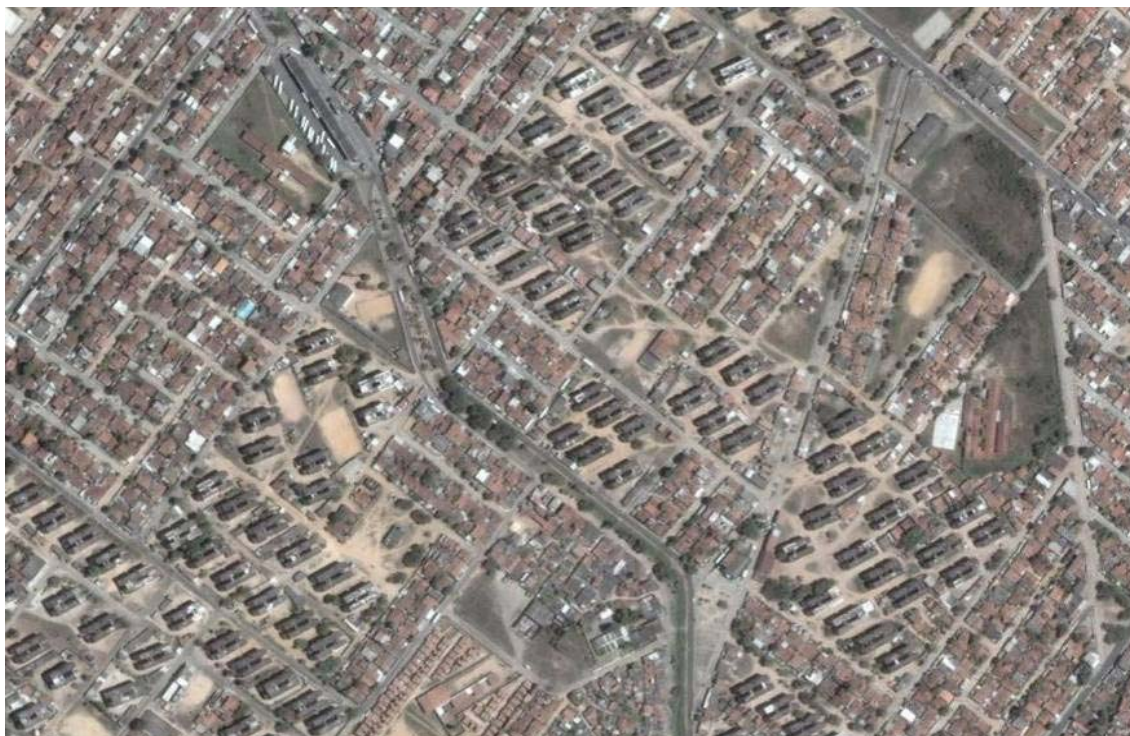


Figura 10 Conjuntos habitacionais em Rio Doce

Neste caso, a estrutura rua-quadra-lote fora substituída pela ocupação de grandes áreas por blocos repetidos de apartamentos, dispostos segundo a mesma orientação, supostamente para melhor aproveitamento da insolação e da ventilação, porém sem qualquer nexos com o tecido urbano do entorno.

2.2.3 Desenvolvimento rodoviário e crescimento urbano

As ações urbanizadoras citadas anteriormente estão intimamente vinculadas ao desenvolvimento do sistema viário local, particularmente a abertura e ampliação das Avenidas Olinda e Presidente Kennedy e da rodovia PE-15, que se constituem hoje nas principais vias de acesso à cidade e a parte norte da Região Metropolitana.

Os três mapas de MENEZES apresentados anteriormente (figura 7) ilustram o vínculo entre o crescimento da cidade e a implantação do sistema viário. O primeiro deles, como maior ocupação do litoral revela a importância da Avenida Olinda, aberta em 1933 (CAVALCANTI, 1986), possibilitando a ligação do centro do Recife com a orla de Olinda e urbanizando parte do percurso do bonde. A via foi, por outro lado, responsável por dividir o bairro de Santa Tereza, entrada da cidade, separando o Convento de parte do casario.

O segundo mapa elaborado por Menezes mostra a ocupação levada pela melhoria da Avenida Presidente Kennedy (parte inferior do mesmo mapa), com recursos do BNH, possibilitando o crescimento ao longo do Rio Beberibe e ligando ao ainda hoje precário bairro de Peixinhos. Já é visível também a ocupação do antigo caminho para o norte (em diagonal na parte central do mapa) que nesse período é utilizado para dar acesso a Paulista e demais municípios ao norte.

Esta via teve crescimento mais significativo a partir de meados da década de 1970, quando se inicia oficialmente a metropolização⁹ e é implantado pelo governo estadual o Complexo Viário de Salgadinho, que cria um novo acesso à cidade e ao norte da região metropolitana, ligando os três eixos viários da cidade. Crescimento este que reflete a intensiva ocupação de seu entorno, como mostra o terceiro mapa da figura 7, com a construção das vilas e conjuntos habitacionais já citados.

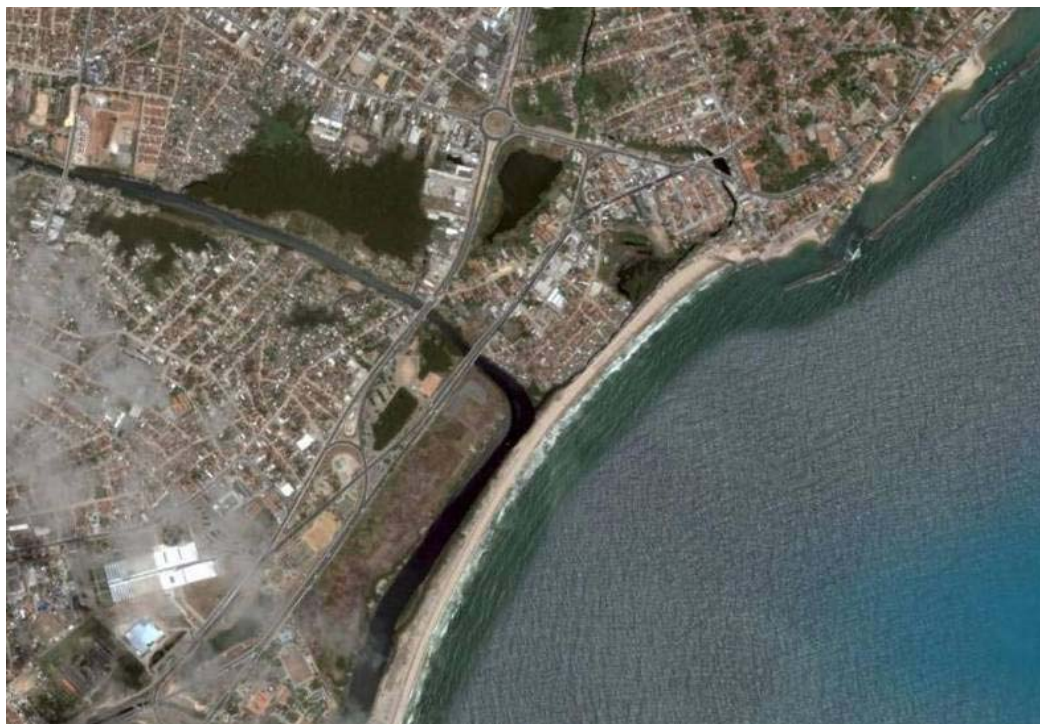


Figura 11 Complexo de Salgadinho

2.3 LUGARES DE MEMÓRIA: A FORMAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM OLINDA

A formação do Patrimônio Cultural em Olinda se inicia com as primeiras ações de tombamento realizadas no Brasil, instituídos por força do Decreto-Lei nº 25 de

⁹ Apesar de a Região metropolitana ter sido criada apenas em 1973, antes desta data já era notória, segundo BALTAR (1951), a conurbação Recife-Olinda.

1937, que contemplou, de forma isolada, oito monumentos em Olinda. Foram inscritos no Livro do Tombo Histórico e Artístico Nacional: o Convento de São Francisco; o Antigo Palácio Episcopal; as Igrejas da Misericórdia, N. Sra. Do Monte e Carmo, Igreja e Mosteiro de São Bento, além da Igreja de Santa Teresa; e o Forte do Buraco, sendo esses dois últimos, os únicos exemplares fora do atual Sítio Histórico. Em 1939, foram realizados os tombamentos das duas casas com muxarabi, situadas dentro do atual Sítio Histórico.

Foi previsto que os bens não poderiam “ser destruídos, demolidos ou mutilados, sem a prévia autorização especial (...) ser reparados, pintados ou restaurados” (art. 17). A proteção abrangia a coisa tombada e sua vizinhança, onde não se poderia fazer construção que “lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes”.

Porém, ainda em 1941, foi atribuído ao Presidente da República o poder de revogar tombamentos (Decreto-lei 3866/1941), desde que por “motivos de interesse público”. Com base nesse Decreto-Lei foi destombado o Forte do Buraco, parcialmente demolido a pretexto de construção de uma base naval e um dique de reparos de navios, completando instalações da Escola de Aprendizes Marinheiros que viria se transferir para área vizinha ao Forte em 1948. NOVAES (1990, p. 43) relata que a possibilidade de se alterar o projeto e evitar a derrubada do forte provocou manifestações contrárias que acabaram por impedir a conclusão da tarefa. As novas instalações se tornaram inúteis com a paralisação da obra da base, cujo projeto havia se tornado obsoleto e considerado agressivo ao meio-ambiente, pois exigiu grande dragagem e construção de enrocamentos para conter a força do mar.

Em 1966 foram tombados, ainda de forma isolada, o Antigo Aljube e a Capela de São Pedro Advícula, também situadas no Sítio Histórico, integrando o conjunto urbanístico da Rua 13 de Maio. A inclusão dos monumentos antecedeu a criação do perímetro de tombamento em 1968 que correspondia a seguinte descrição:

Partindo da orla marítima, pelas ruas Santos Dummont e Joaquim Nabuco, até encontrar o prolongamento do rumo que passa pelas Igrejas de Nossa Senhora do Monte e São João Batista, por esse rumo, seguindo até a citada Igreja do Monte; daí, por um segundo rumo passando-se pelo Farol até a orla marítima; por essa orla até o início da Rua Santos Dummont, por onde se principiou. (NOVAES, id, P.60)

A definição deste polígono previa a manutenção dos gabaritos e elementos plásticos das construções, como sua volumetria, fachadas e telhados, além da

vegetação da cidade, inclusive os quintais particulares. Os terrenos passíveis de construção deveriam respeitar o limite de 20% de ocupação e o gabarito de um pavimento para áreas na colina e dois para a parte plana. O cumprimento de tais determinações é objeto de ação, em parceria, do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN e a Prefeitura Municipal de Olinda – PMO, que realizaram em conjunto as tarefas de controle urbano.

O Plano de Desenvolvimento Local Integrado - PDLI, de 1972, estabelece em seu zoneamento destaque ao Sítio Histórico e sugere a criação de órgãos locais para sua gestão. O plano serviu de base para a legislação urbanística aprovada no ano seguinte (Lei 3.826/73), que trazia normas específicas para essa parte da cidade. Serviu também para a Notificação nº1155/79 do IPHAN, que dava nova configuração ao zoneamento de preservação existente desde 1968, ampliando-o de 1,2km² para aproximadamente 10,4km²¹⁰. Entretanto, foram identificados conflitos entre as duas legislações o que só foi revisto na década seguinte.

As criações deste novo zoneamento e do Sistema Municipal de Preservação, através da Lei Municipal nº 4119/79, antecederam a atribuição do título de Cidade Monumento Nacional, que ocorreu no ano de 1980, sendo requisito à candidatura ao título de Patrimônio da Humanidade, concedido pela UNESCO. O Sistema era composto pela Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda – FCPSHO e pelo Conselho de Preservação dos Sítios Históricos, Instituto do Tombamento e Fundo de Preservação, cuja operação nunca foi concretizada.

Os frutos das ações conjuntas entre os governos federal e municipal vieram em 1982, com a concessão do título de Patrimônio da Humanidade pelo “valor universal excepcional” do Sítio Histórico de Olinda (SILVA, 2003, p. 101), observados os critérios II e IV usados pelo Comitê do Patrimônio Mundial, assim descritos:

“(ii) – exerce grande influência, por um período de tempo ou dentro de uma área cultural específica do mundo, a respeito do desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, do planejamento de cidades ou do modelo de paisagens, ou; (...)

¹⁰ Segundo o texto da Lei 4849/92, neste período a área do município era considerada 29km², sendo a área protegida equivalente a cerca de 1/3 do total.

(iv) – é um excepcional exemplo de um tipo de construção ou conjunto arquitetônico ou paisagem que ilustre significativos(s) estágio(s) da história humana, ou; “ (id, pp. 93-94)

Cumprе ressaltar que esta qualificação contempla uma área contínua de apenas 1,4 km², que representa o trecho mais significativo do Sítio Histórico, não contemplando o todo do mesmo ou qualquer área de entorno. Em contrapartida, foram tombados, no âmbito municipal, ao todo 16 monumentos, em sua maioria já protegidos pelo polígono do tombamento federal, como os quatro Passos¹¹ remanescentes e algumas igrejas que não tinha tombamento individualizado, como a Igreja de São Sebastião.

Passaram a ter proteção inédita, a Casa da Pólvora, as ruínas do Convento de Santo Amaro, a Capela de Santana de Rio Doce e a Capela de Santana do Frágoso, localizados fora do Sítio Histórico. Esta última, apesar de não se encontrar em uso e mal conservada, até então não havia iniciado seu arruinamento.

Não obstante o reconhecimento como Patrimônio Mundial, os conflitos entre as legislações federal e municipal permaneceram até 1985, quando o grupo de trabalho do escritório técnico do DPHAN/FNPM e da FCPSHO elaborou a correção da notificação nº 1155/79, com a aprovação da “Rerratificação do Polígono de Tombamento do Município de Olinda e seu entorno”.

Neste documento foi recriado o polígono de tombamento, que restringiria à chamada colina histórica e definida a área de entorno. Os mesmos foram subdivididos em setores aos quais foram atribuídos parâmetros urbanísticos, limitando gabarito, taxa de ocupação e de solo virgem. O zoneamento era de um modo geral restritivo às novas construções e ampliações, proibidas no setor referente ao casario mais antigo¹².

O primeiro, subdividido em quatro setores, compreendia os trechos mais significativos do casario cuja proteção era consequentemente mais rigorosa. Neste setor ficaram proibidas, novas construções e ampliações – salvo para o caso de

¹¹ Edículas que correspondem a Passos da Paixão de Cristo, reconstituída nas ruas da cidade.

¹² Eram permitidas construções e ampliações destinadas a melhorar as condições sanitárias das habitações, posto que muitas não contavam com banheiros e cantinas adequados. (PINA MOREIRA, 2006).

adequações sanitárias – o corte de árvores e as movimentações de terra, além de orientar as obras de recuperação à restauração da originalidade e à eliminação de “anexos sem mérito arquitetônico”. Os demais setores eram menos restritivos e seus parâmetros buscavam a preservação das áreas verdes e da visibilidade dos monumentos.

O título internacional, que parecia uma saída para a economia da cidade, por seu chamariz turístico, se converteu num fator de atração de novos moradores, levando a crescente modificação dos imóveis, e de usos incompatíveis com a área (PINA MOREIRA, 2006), contra o que, o governo local sancionou emergencialmente a Lei nº 4821/85, proibindo a instalação de novos bares e restaurantes dentro do polígono de tombamento.

Apenas em 1992 foi criada uma nova legislação urbanística para o Sítio Histórico e demais monumentos de município. A lei municipal nº 4849/92, veio substituir a lei nº 3826/73 no que esta se referente à parte histórica da cidade, tomando como referência o zoneamento da notificação federal, ainda hoje em vigor, da qual herdou o macro-zoneamento.

Trata-se, entretanto, de uma legislação mais complexa, pois inclui o zoneamento específico para os monumentos tombados em 1982 pelo município, além de exigências para obras, para instalação de publicidade, procedimentos para elaboração de projetos e atualiza aspectos da dinâmica econômica do Sítio e seu entorno.

As Zonas Especiais de Proteção Cultural – ZEPC foram classificadas em três: ZEPC 1, correspondente ao Sítio Histórico principal; ZEPC 2, que inclui os monumentos e conjuntos isolados; e a ZEPC 3, que abrange as ruínas. Foram acrescentados na lista de bens tombados o chamado Casarão Rosa e parte da Fábrica Tacaruna, no limite com o Recife, que abriga a parte mais significativa do imóvel. A lista de tombamentos municipais foi ampliada em 1993, quando incluiu o Casarão da Cidade Tabajara, cuja demolição para ampliação de uma rodovia estadual foi evitada tempos depois. O Forte do Buraco, então protegido pelo município e pelo estado, tornou-se novamente em 2000, bem tombado pelo IPHAN.

Apesar das ações conjuntas entre os governos federal e municipal, não é claro o papel do governo estadual, no que diz respeito a preservação em Olinda. O órgão

estadual para promoção e preservação cultural – FUNDARPE – fora fundado em 1973, porém, não foi encontrada menção a sua atuação na campanha pelo título de Patrimônio da Humanidade. Na lista de bens tombados desta Instituição, inclusive, não constam construções em Olinda, apenas ratifica os tombamentos federais.

Uma importante ação do Governo do Estado partiu não da FUNDARPE, mas da Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – FIDEM, que realizou extenso inventário dos sítios históricos da Região Metropolitana do Recife, em 1978. O Plano de Preservação dos Sítios Históricos – PPSH, além de mapear e levantar os monumentos, conjuntos, sítios urbanos e povoados rurais, forneceu subsídios para futuras intervenções nos mesmos.

Em Olinda, o PPSH contemplou o Sítio Histórico, o Forte do Buraco e a Capela de Santana de Rio Doce, para os quais forem elaborados zoneamentos visando restringir construções e manter a paisagem natural, particularmente as áreas de mangue ameaçadas pelo crescimento da cidade.

Apesar de bastante extenso e complexo, o PPSH pouco influenciou na preservação em Olinda, permanecendo o já estabelecido, posto que o PDLI, único plano existente entre os municípios da região, já abrangia aspectos da preservação que foram desenvolvidos ao longo dos anos 1970 e 1980, até 1995. Foi neste ano que se inicia a reformulação do sistema de preservação municipal, extinguindo a FCPSHO, cujas atribuições passaram em parte para a Secretaria de Patrimônio, Ciência, Cultura e Turismo - SEPACCTUR, ficando o controle urbano na Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente - SEPLAMA.

Segundo estudos de ZANCHETTI e MILET (2007) esse período foi marcado pela ineficiência do controle urbano e o conseqüente aumento das ocupações irregulares, construções fora dos parâmetros, remembramentos incompatíveis, substituição dos materiais tradicionais, levando à indicação do Sítio Histórico a lista do patrimônio ameaçado. Período também, de total dependência de Recursos Federais canalizados basicamente através do PRODETUR, da Lei Rouanet e do programa Monumenta, condicionando às intervenções aos interesses do Governo Federal em detrimento do municipal.

2.3.1 Os monumentos e conjuntos históricos em áreas periféricas de Olinda

Na lei nº 4849/92, as zonas de proteção ao Patrimônio Cultural são divididas em Zona Especial de Proteção ao Patrimônio Cultural – ZEPC e Zona de Entorno – ZE, esta última com o papel de proteger a visibilidade e macro-ambiência do Sítio Histórico. A primeira é subdividida em três, correspondendo respectivamente ao Sítio Histórico, monumentos isolados e ruínas, contemplando bens tombados apenas em nível municipal, além dos protegidos por legislação federal e estadual.

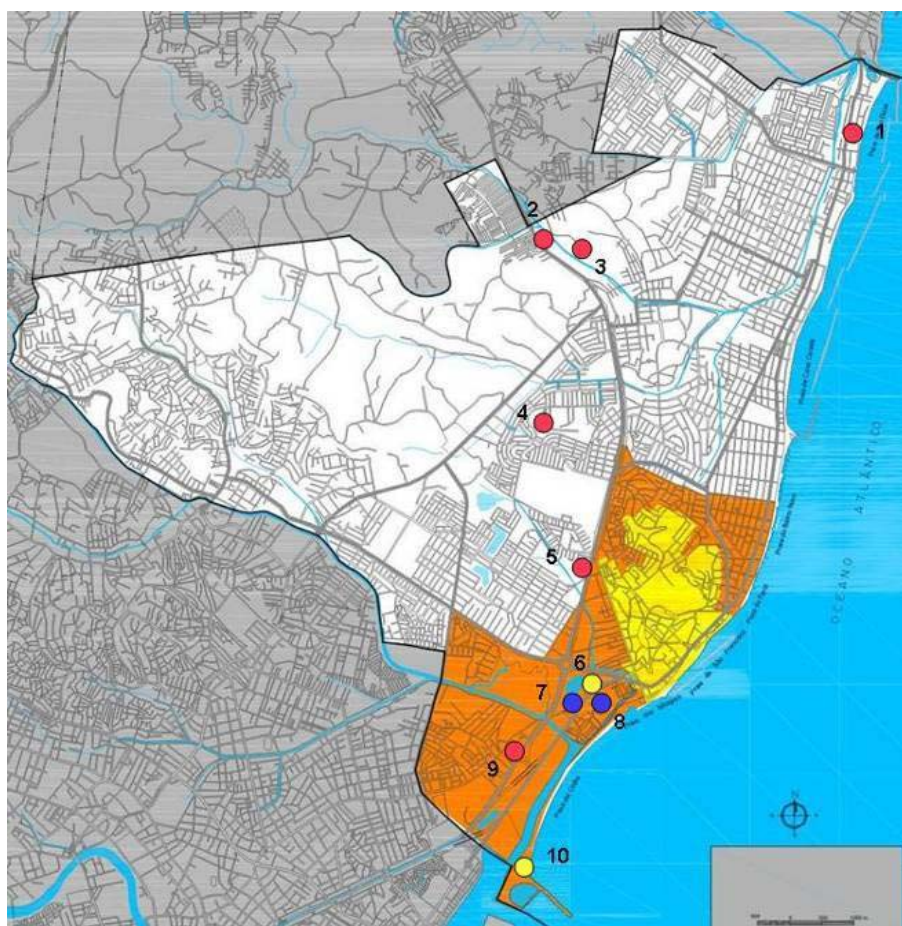


Figura 12 Localização dos bens tombados em Olinda

A ZEPC1, por corresponder ao próprio Sítio Histórico e áreas de proteção, não vai interessar diretamente ao desenvolvimento desta pesquisa, senão para compreensão da totalidade do patrimônio local. Esta área corresponde ao núcleo urbano original cuja importância histórica e cultural é reconhecida nacional e mundialmente, sendo alvo de maior atenção turística e de investimentos na preservação e cuja proteção apresenta critérios mais rigorosos, havendo sobreposição das legislações local e nacional. A zona é composta pelos setores de

preservação rigorosa¹³ e ambiental, de uso predominantemente residencial, além das zonas de proteção de entorno, de interesse turístico, comercial e ecológico.

Diferentemente das ZEPC 1, as ZEPCs 2 e 3 não formam um conjunto único, pois delimitam a proteção de bens culturais e conjuntos isolados, espalhados pelo município. O conjunto é formado por bens de diferentes épocas, tipologias e estados de conservação, representativos das diversas etapas de desenvolvimento do território.

a) Capela de Santana de Rio Doce

Construída no fim do século XVIII, em um então sítio de coqueiros, a capela remonta à ocupação local, por pescadores. Seu entorno era ocupado de modo esparso até meados do século XX, quando a cidade se expande ao longo do litoral. Foi restaurada em 1991 pela FCPSHO, no programa Volantes de Preservação “Ayrton de Carvalho”, com apoio dos Franciscanos e da comunidade.



Figura 13 Capela de Santana de Rio Doce

b) Casarão na Cidade Tabajara

¹³ Corresponde ao trecho do sítio histórico reconhecido pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade.

Imóvel supostamente integrante do antigo Engenho Fragoso. Está localizado atualmente no canteiro central da rodovia PE-15, próximo ao limite com o município do Paulista e funcionava como posto da polícia rodoviária até 1990. O projeto original de ampliação da rodovia sugeria a sua demolição, evitada pela atuação da SEPACCTUR e do Conselho de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, que o tombou em 1993, como monumento isolado. Encontra-se abandonado, entretanto ainda mantém suas características arquitetônicas externas.



Figura 14 Casarão da Cidade Tabajara

c) Capela de Santana de Fragoso (ruína)

Integrava o antigo Engenho Fragoso, do qual só se tem notícia a partir do século XVIII. Foi erguida provavelmente já no século XIX e encontrava-se em processo inicial de arruinamento quando do seu tombamento em 1982. Nela foi realizada prospecção em 1983, quando não possuía mais cobertura. Naquele mesmo ano foi solicitada pela comunidade local, ação do poder público para seu salvamento. Entre 1986 e 1989 deu-se o arruinamento da sua fachada. Em 1990, seu entorno foi loteado e com os cortes realizados das encostas circundantes, ocupadas irregularmente, corre risco de desabar definitivamente.



Figura 15 Capela de Santana de Fragoso

d) Convento de Santo Amaro (ruína)

Construído pelos Oratorianos da Congregação de São Felipe Nery, entre os séculos XVI e XVII, para funcionar como um hospício possuía, além da igreja e do convento, uma horta e oficinas que o tornavam auto-suficientes, condição importante, visto que o seu entorno era então um alagado, dificultando o acesso à vila. Serviu, durante o período de ocupação holandesa, como quartel. Foi desativado quando da inauguração da Igreja da Madre de Deus, em Recife, no século XVIII.

Suas ruínas foram descobertas por ocasião da construção da Vila de Ouro Preto, pelo Serviço Social Contra o Mocambo e teve o terreno onde se localiza adquirido na década de 1990, pelo grupo religioso Mãe Rainha Três Vezes Admirável, que não possui vínculo com a ordem religiosa original. Embora considerada área *non aedificandi*, foi permitida a construção do santuário, pois foi julgado que seu uso seria adequado e permitiria a urbanização e proteção do monumento.



Figura 16 Ruína do Convento de Santo Amaro

e) Casa da Pólvora (ruína)

Construção de origem pouco conhecida, foi erguida em um promontório cercado por um alagadiço. Encontra-se em ruínas e não tem seu uso original confirmado nem possui registro completo de sua arquitetura. Presume-se, pelo nome que trouxe até hoje e pela sua implantação, que tenha sido um paiol. Tombada pelo município em 1982, encontra-se em terreno próximo a rodovia PE-15, sob tutela do exército, que possui projetos para ocupar a área com conjuntos habitacionais. Sua vizinhança é formada por vila construída pela COHAB-PE.



Figura 17 Ruína da Casa da Pólvora

f) Convento de Santa Tereza

Erguido a partir de 1660 em graças às primeiras vitórias pernambucanas contras os holandeses, passou ainda no século XVII ao controle dos Terésios, em gratidão a atuação da ordem no combate a peste que atacou Olinda. No século XIX, com a expulsão dos Terésios, o convento passou ao controle dos Oratorianos.

Construído no meio do alagado, cercado por manguezais e as margens de um caminho secundário para o Recife, o Convento se encontra hoje completamente urbanizado a sua volta, sem mais a ambiência bucólica que o cercava, na atual Avenida Olinda, hoje principal acesso aos bairros da orla da cidade. Foi tombado em 1938 pelo SPHAN, juntamente com a Igreja de Nossa Senhora do Desterro que completa seu conjunto.

g) Rua Duarte Coelho

Conjunto erguido a partir do século XIX, quando da mudança do acesso entre Recife e Olinda para o Varadouro e da conclusão do Convento de Santa Tereza. Servia de caminho para passagem do trem urbano, transformando-se em porta de entrada da cidade. Em 1933, com a abertura da Avenida Olinda, que passa a ser passagem do bonde, começa a se desvalorizar até a demolição da ponte sobre o rio Beberibe e a construção do Complexo Rodoviário de Salgadinho na década de 1970,

retirando todo seu fluxo. Além da importância na história urbana, a rua possui casario representativo da ocupação fora das colinas históricas.

h) Rua de Santa Tereza

Descrita como antiga rua de residência dos escravos pescadores do Convento de Santa Teresa, pertenceu a ordem até sua expulsão, quando foi desapropriada. Com a abertura da Avenida Olinda, em 1933, e a ocupação das propriedades circundantes, ficou obstruída visualmente e se desvincula do seu contexto original. Seu entorno antes um grande manguezal, hoje é ocupado por uma comunidade de baixa renda e mantém um casario parcialmente conservado, ainda com seus viveiros.



Figura 18 Convento de Santa Tereza e Arredores

i) Casarão da Tacaruna

Antiga residência do chamado Barão da Tacaruna, é um precioso registro da habitação patriarcal do século XIX. Encontra-se hoje, à margem de uma via expressa, do Complexo de Salgadinho, tendo perdido sua ambiência bucólica. Abriga o Centro de Criatividade Musical de Olinda – CEMO, mantido pela prefeitura.



Figura 19 Casação da Tacaruna

j) Forte do Buraco (ruína)

Construído onde antes havia uma fortificação holandesa implantada para barrar o acesso português ao porto, foi reconstruído e passou a fazer parte da defesa litorânea após a retirada dos invasores. Ao longo dos séculos, o forte foi danificado pelo avanço do mar e pela ação humana e atualmente se encontra isolado, não sofrendo pressões demográficas, porém servindo de espaço para atividades criminosas.



Figura 20 Ruína do Forte do Buraco

3. RECORTES: O PATRIMONIO E OS LUGARES

É possível observar, considerando o processo histórico de formação da cidade, que apesar do seu reduzido território, Olinda apresenta morfologias bastante heterogêneas, parte correspondendo ao núcleo urbano de origem colonial, parte às áreas loteadas, às vilas e conjuntos habitacionais, ocupações irregulares e parte rural ainda pouco adensada. Apesar de não haver um estudo sistematizado das morfologias locais, é possível identificar que a divisão de seus bairros periféricos corresponde de forma geral às delimitações dos empreendimentos habitacionais que os deram origem, tornando mais nítidas as diferenças entre as unidades territoriais.

Outra característica da área urbana é a presença de três eixos viários, um deles de escala metropolitana, cortando a cidade ao longo de parte dos bairros e onde são distribuídos os grandes empreendimentos localizados no município, que concorrem em escala com os bairros circundantes, além de obstruir a visibilidade do Sítio Histórico.

É a partir desse contexto que são definidos neste capítulo os recortes espaciais que foram utilizados nessa pesquisa. Inicialmente, se buscou caracterizar as áreas periféricas do Sítio Histórico, abordando elementos que os caracterizam como unidades específicas do tecido urbano e levando em consideração a ambigüidade do território na construção da centralidade e da periferização. A partir da caracterização do território, se buscou selecionar entre os bens tombados, quais deveriam ser estudados, e em seguida, o recorte de suas respectivas áreas envoltórias na perspectiva de identificação de lugares.

3.1 OS *LOC*/DE OLINDA: SÍTIO HISTÓRICO E ÁREA PERIFERICAS

Antes de se realizar qualquer distinção entre Sítio Histórico e áreas periféricas é preciso levar em conta que Olinda é periférica em relação ao Recife, e que a centralidade do seu Sítio Histórico é relativa ao seu valor cultural. Assim, aquilo que neste trabalho é chamado área periférica são os bairros que não compõem o Sítio Histórico principal e que são ao mesmo tempo periféricos à centralidade cultural deste e também ao Recife, na escala metropolitana.

Assim, o termo *área periférica*, da forma como é aqui tratado, é designado para os bairros que não compõem o reconhecido Sítio Histórico, considerando ainda

que podem ser ao mesmo tempo periféricos à centralidade cultural do Sítio Histórico, na escala do município e também ao Recife, em escala metropolitana.

Aquilo que se convencionou neste trabalho chamar Sítio Histórico, em Olinda, como já foi dito, corresponde à área do núcleo urbano de origem colonial, cujo reconhecimento como patrimônio cultural mundial e a hierarquia nas legislações nacional e municipal revelam a importância para a preservação e para a cultura que esta parte da cidade alcança, e que dá a ela uma condição de centralidade cultural em relação a outras partes de Olinda e até de municípios vizinhos.

Esta condição dá ao Sítio Histórico uma ambivalência em relação a outras áreas do município e ao Recife, pois, apesar de sua centralidade cultural, Olinda é periférica em relação à capital e, como tal, foi construída ao longo do século XX¹. Desta forma, os bairros que se formaram em seu território são periféricos, para as duas cidades ao mesmo tempo e de formas diferentes. Cabe ratificar, o critério de relevância cultural nessa afirmação, pois do ponto de vista do comércio, os bairros olindenses de Casa Caiada e Bairro Novo, por exemplo, apresentam maior expressão do que o Sítio Histórico, porém não estabelecem uma centralidade em relação ao Recife.

Por ser a capital e concentrar as atividades econômicas locais e regionais, Recife submeteu o território olindense não só a sua demanda habitacional, como também a sua forma, perceptível na penetração tentacular da mancha urbana a partir de eixos rodoviários. O crescimento de Olinda a partir do século XVII é em parte explicado por esta situação: até o século XX o Recife não necessitava dos territórios vizinhos para satisfazer suas necessidades habitacionais, o que passou a fazer inicialmente transferindo contingentes populacionais para Olinda e posteriormente submetendo seu território ao deslocamento da sua forma. Assim, a cidade que crescia na direção do mar, aos pés do núcleo original, passou a crescer ao longo do eixo viário metropolitano.

Falar em áreas periféricas em Olinda, portanto, significa falar na sobreposição do crescimento do domínio de uma cidade sobre um território cuja ocupação original foi descontinuada e que sempre esteve subordinado a um núcleo principal, que também passara a subordinado. O processo de ocupação destas áreas evidencia a

¹ Não só as áreas de expansão, mas também o Sítio Histórico era assimilado como um arrabalde do Recife até assumir uma posição estratégica dentro do planejamento urbano local a partir do PDLI e mais recentemente com o Projeto Recife-Olinda, no qual fica clara a importância desta área para construção da imagem urbana local e para a recuperação do centro metropolitano.

diferença entre elas e o Sítio Histórico, não só no que diz respeito a sua forma, mas também ao conjunto de agentes envolvidos na construção do espaço urbano.

São áreas que apresentam entre si alguma similaridade, apesar da heterogeneidade morfológica. São áreas onde os padrões de vida não diferenciam por completo, com de níveis de renda e densidades demográficas aproximados, reflexos da reprodução espacial da divisão social.

As áreas onde se encontram os bens culturais em estudo, caracterizam-se por estarem em faixa intermediária de nível de renda, que segundo a Prefeitura de Olinda (2005) varia de 1 a mais de 10 salários mínimos, o que revela uma desigualdade interna, considerando-se todo o território municipal.

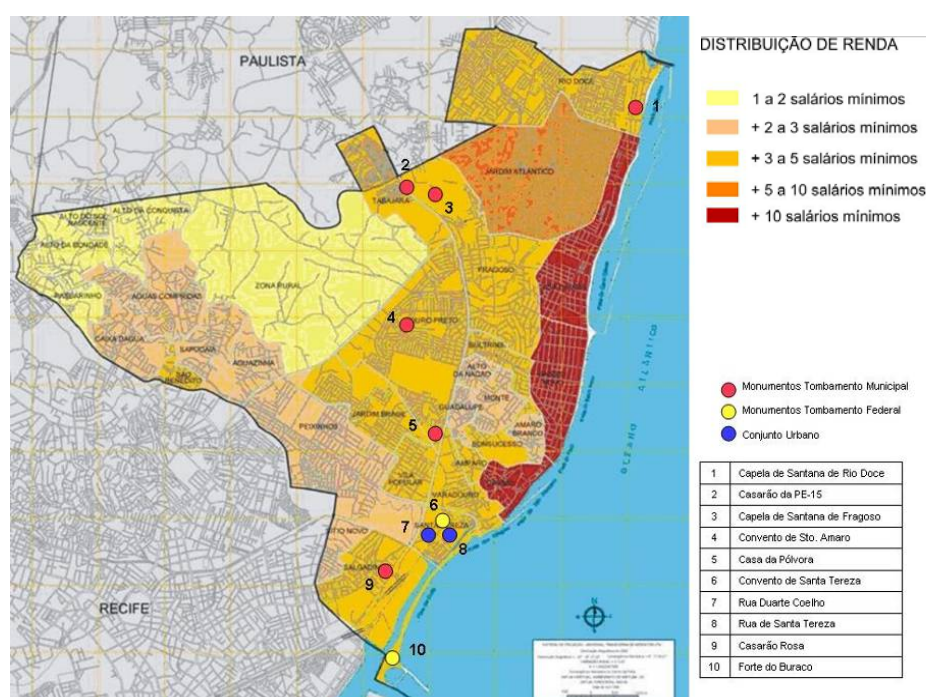


Figura 22 Mapa de nível de renda

Esta lógica reproduz-se em boa parte na distribuição demográfica municipal: excetuando a zona rural, os bairros mais pobres são também os mais povoados. Morfológicamente diversas, as áreas periféricas de Olinda apresentam diferentes densidades demográficas, variando de 1000 a 20.000 hab/km² (Prefeitura Municipal de Olinda, 2005), predominando zonas entre 5000 e 10.000 hab/km², número que caracteriza todas as áreas onde se localizam os monumento e conjuntos em estudo. Pode-se se afirmar que a faixa predominante de densidade corresponde aos

² Em 2001 a densidade média do município era de 8.361,41 hab/km² (FIDEM, 2008).

loteamentos litorâneos e às vilas e loteamentos populares ao longo da PE-15³, tornando mais densos os bairros situados nos extremos do território municipal⁴.

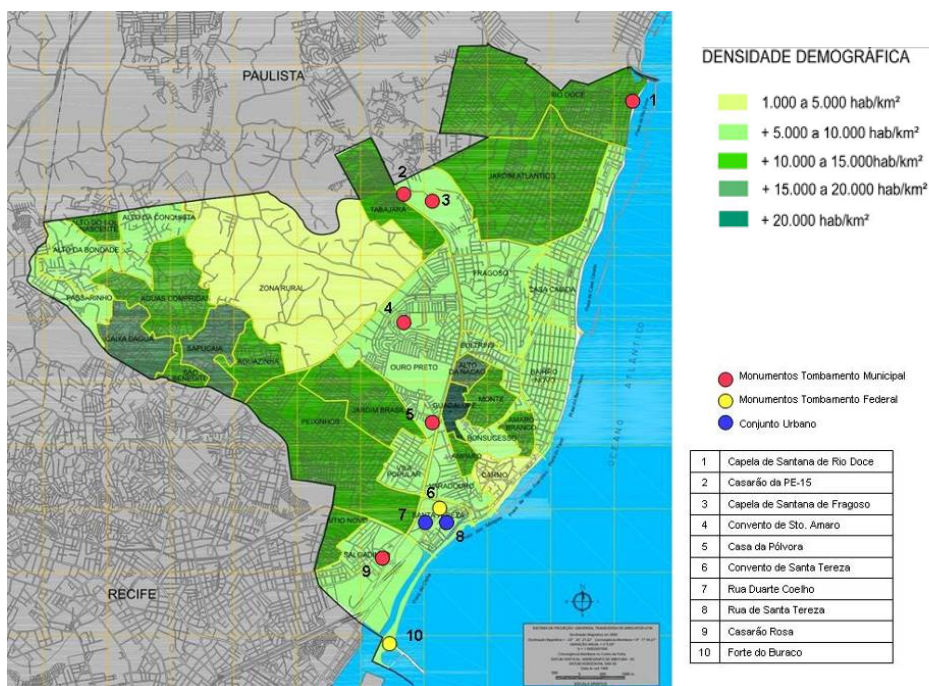


Figura 23 Mapa de densidade

3.2 A ESCOLHA DOS BENS A SEREM PESQUISADOS

O ponto de partida deste trabalho é o patrimônio formado pelos monumentos e conjuntos históricos das áreas periféricas de Olinda, inseridos nas ZEPC 2 e 3 da Legislação Urbanística para os Sítios Históricos do município, que abrangem os tombamentos das ruínas, conjuntos arquitetônicos e monumentos isolados, integrantes ou não do Polígono de Proteção definido pela Rerratificação da Notificação Federal nº 1155/79⁵.

Integram as ZEPC 2 os conjuntos arquitetônico da Rua de Santa Tereza e Rua Duarte Coelho, a Capela de Santana de Rio Doce, o Casarão Rosa e parte da Fábrica Tacaruna. As ZEPC 3 contemplam as ruínas do Forte do Buraco, da Casa da Pólvora, do Convento de Santo Amaro e da Capela de Santana do Engenho Frágoso. O Casarão da Cidade Tabajara, por ter sido tombado posteriormente à Lei 4849/92 não possui zoneamento descrito na mesma. Porém, consta como tombado

³ As outras áreas nessa faixa de densidade estariam no Sítio Histórico e no extremo oeste da cidade, em área de urbanização pouco consolidada.

⁴ As faixas inferiores de densidade ficam restritas à zona rural e ao bairro do Carmo que concentra as áreas públicas arborizadas.

⁵ Documento base das normativas de proteção do Sítio Histórico de Olinda, elaborado conjuntamente pela 4ª DR do SPHAN e a FCPSHO em 1985.

e se encontra em faixa de domínio de rodovia, não apresentando ocupação ao seu redor.

A priori todos os bens se encontram dentro do município, porém, o caso particular da Fábrica Tacaruna cria uma exceção. Ela se encontra no limite dos dois municípios, modificado após a Lei 4849/92, portanto ficando dividida, com a parte considerada mais significativa⁶ dentro do Recife. Atualmente se encontra sob tutela do Governo Estadual e funciona como centro cultural, diante do que, optou-se por não incluí-lo nesta pesquisa.

A escolha entre os demais bens se baseou na condição de urbanização das áreas onde os bens foram inseridos. Não se poderia afirmar, antes do estudo dessas áreas, que os monumentos estariam inseridos ou não em um *lugar* social e culturalmente construído e assimilado, entretanto, foi preciso assumir a condição da existência de um *espaço vivido* como dado para uma aproximação preliminar. Deste modo, buscou-se escolher aqueles que se encontravam em áreas cuja urbanização cria uma condição de vivência do espaço, dentro da idéia de HALBWACHS que enunciamos no início deste trabalho.

Considerando o conjunto de bens, à exceção feita ao Forte do Buraco, todos se encontram em áreas que de alguma forma foram urbanizadas. O Forte, contudo, encontra-se no limite do istmo que ligava Olinda ao seu porto – e que era, na época de sua construção, uma zona fortificada – que interrompido no século XX e permanece até hoje inabitado⁷.

O Forte, que na época de sua construção era uma zona fortificada, encontra-se no limite do istmo que um dia ligou Olinda ao seu porto. Foi parcialmente destruído no século XX e até hoje o local é inabitado.

Os critérios estabelecidos visaram uma aproximação preliminar no sentido de identificar a possibilidade de haver um *lugar* onde se encontram os monumentos. Um lugar desabitado pode ser de alguma forma um *lugar*, porém não se enquadraria dentro da perspectiva do lugar construído ao longo de uma urbanização ou um lugar que possa ser abordado como *espaço vivido*. No caso do Istmo, só se identifica um significado quando posto na escala da cidade, ou melhor, das duas cidades, cujas

⁶ O Prédio da Fábrica foi objeto de concurso de idéias no qual estava previsto a demolição dos galpões, permanecendo apenas o bloco principal.

⁷ O seu abandono propicia práticas criminosas no local

origens estão ligadas a esta faixa de terra e a elas servia não só funcionalmente, mas também simbolicamente⁸.

Sobre o conjunto restante, é preciso também considerar em que condições de urbanização se encontram, pois se verifica que os mesmos se encontram em situações diversas: alguns dentro dos bairros; outros lindeiros ao sistema viário como nos casos do Casarão Rosa, situado no Complexo Rodoviário de Salgadinho e o Casarão da Cidade Tabajara às margens da PE-15; além do Convento de Santa Tereza e dos conjuntos arquitetônicos das Ruas de Santa Tereza e Rua Duarte Coelho, acessíveis pela Avenida Olinda e neste último, também pela PE-15.

Nos dois primeiros casos citados acima, os bens encontram-se fortemente ligados às vias que lhes dão acesso e dissociados dos bairros em volta. Nestes casos, a via passa a ser o espaço de vivência dos bens, de onde são vistos e acessados. Adotá-la como *espaço vivido* seria, no entanto, controverso. Ao mesmo tempo em que AUGÉ (2003) afirma que uma estrada não poderia ser considerada um *lugar*, HEIDDEGER (2008, p.125) afirma que a estrada é o lugar do caminhoneiro, ao considerar a naturalidade com que este se relaciona com o ambiente, e como a presença do caminhoneiro faz parte da construção do significado da estrada.

No caso do Casarão Rosa, é possível verificar historicamente a ligação entre sua existência e a existência da via, porém sua escala atual, associada ao tipo de ocupação do entorno, faz com que o Casarão se isole mais do que se integre ao local. Neste sentido, não deixaria de ser ele próprio um lugar de memória, mas não permite que o mesmo seja abordado como um patrimônio localmente apropriado.

O caso do Casarão da Tabajara apresenta-se mais acentuado, pois se encontra ilhado no canteiro central da rodovia. O que faz uma velha construção numa estrada cuja ampliação a havia condenado? Que interações se podem construir a partir de uma velha construção isolada num canteiro central de uma via expressa? Diferentemente daqueles que têm acesso pelas grandes vias, como têm os bairros e alguns grandes equipamentos locais, esta construção não é acessível pela via, o que o torna parte dela própria e não mais do bairro. Se por um lado ela não tem mais relação com seu *locus* original, permanece nostalgicamente na

⁸ O istmo funcionou até o século XIX como única ligação entre as cidades e abrigava o sistema defensivo colonial, além de ter sido por onde passou a procissão realizada em graças ao fim da ocupação holandesa, no século XVII.

imagem local. Isolado, sua antiguidade é ainda mais evidente e sua aura mais intocável. Em sua paralisia, é a negação da velocidade da estrada. Mas nem mesmo seu uso pode recolocá-la como parte do bairro, pois qualquer coisa instalada nela servirá a rodovia e ao mesmo tempo se servirá dela. Não é, no entanto, um *espaço vivido*.

Deste modo, optou-se por também não aprofundar a pesquisa em relação a estes dois bens – Os Casarões Rosa e da Cidade Tabajara – ficando com o grupo que se considerou atender os critérios anteriormente expostos, composto pelos conjuntos arquitetônicos da Rua de Santa Tereza e Rua Duarte Coelho; o Convento de Santa Tereza; a Capela de Santana de Rio Doce; a Casa da Pólvora; o Convento de Santo Amaro; e a Capela de Santana do Engenho Frágoso, ficando de fora a Fábrica Tacaruna, o Forte do Buraco, o Casarão Rosa e o Casarão da Cidade Tabajara.

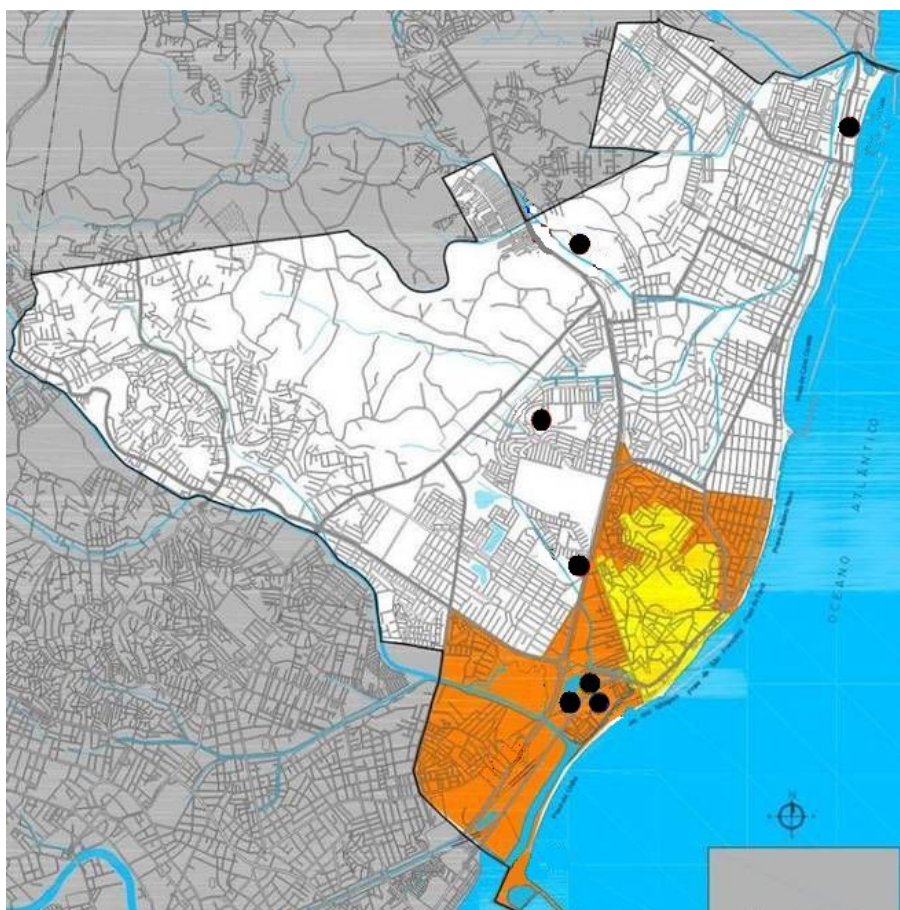


Figura 24 localização dos bens selecionados

Os bens selecionados encontram-se em bairros cujos desenvolvimentos remontam às diferentes morfologias locais: a Capela de Santana de Rio Doce, quase encontra num loteamento litorâneo; as Ruínas do Convento de Santo Amaro e da

Casa da Pólvora, localizadas em vilas construída pelo Estado; as Ruínas da Capela de Santana do Fragoso em uma ocupação informal, sendo possível, desta forma, analisar comparativamente diversas situações de confronto entre a preservação e a urbanização.

3.3 ÁREAS ENVOLTÓRIAS

Os bens culturais arquitetônicos são nesse trabalho os marcos físicos a partir do qual se busca estudar as relações com os espaços urbanos. Assim, a escolha dos bens a serem estudados não é suficiente, sendo preciso definir as áreas com os quais eles serão confrontados. Para tanto, utilizou-se, como referência inicial, o próprio zoneamento que cada um dos bens apresenta para sua caracterização e proteção, definidos na lei municipal nº 4849/92.

As zonas, geometricamente definidas, definem os parâmetros que devem ser atendidos pelas construções locais, circundantes ao bem, de modo a evitar prejuízos ao mesmo, principalmente de ordem visual. Em outras palavras, definem o modo como as formas deveriam se subordinar a um elemento pré-existente e tido como mais importante. Não garantem, entretanto, sua realização, como também não garantem a extensão do valor histórico ou qualidade ambiental pressuposta no bem, como identifica MENEZES (in MORI, 2006). A idéia do zoneamento está, também, atrelada a uma idéia de funcionalização de uma parte da cidade, neste caso a função de dar condições a preservação do Patrimônio Cultural. Adotá-la como recorte é, portanto, assimilá-la de forma distorcida.

Uma segunda referência, já mencionada anteriormente, é o **bairro**, porém entendê-lo como uma divisão normativa do território municipal também não satisfaz a condição de estabelecer os *lugares* dos monumentos mesmo que como uma idéia inicial. Um bairro do ponto de vista legal pode abranger porções do território bastante extensas e que podem não estabelecer conexão com o bem considerado como marco. Pode também englobar morfologias diversas, ou seja, espacialidades diversas que podem indicar uma mudança para uma área com outro caráter. Outro problema é que os seus limites não correspondem necessariamente aos limites físicos e psicológicos que as pessoas atribuem como observa LYNCH (1999).

O autor define os bairros como “áreas razoavelmente grandes da cidade, nas quais o observador pode penetrar mentalmente e que possuem algumas

características em comum” (op.cit., p.74). Na mesma linha, ROSSI reforça a idéia de unidade temática ao definir *área-estudo* como “uma porção da área urbana que pode ser definida ou descrita recorrendo-se a outros elementos da área urbana tomada em seu conjunto” (2001, p.62). Seria preciso, dentro dessa perspectiva, buscar identificar nas áreas envoltórias uma possível unidade de tipologias e morfologias que permitissem definir as áreas das quais fazem parte os bens.

Fazendo referência direta aos casos em estudo, vimos anteriormente, que os limites de bairro se aproximam dos limites dos empreendimentos que os deu origem, assim seria possível identificar nos bairros de Olinda elementos que podem ser tomados com definidores de conjuntos morfológicos coerentes, suficientemente grandes e que, pela natureza das ocupações, correspondem de forma aproximada às formas predominantes dos bairros.

Cabe lembrar, que estas são áreas onde se buscou encontrar relações entre os monumentos e áreas de entorno, que *a priori* atenderiam a condição de *espaço vivido*, sem que isso implique necessariamente numa conformação de um *lugar*.

3.3.1 Convento de Santa Tereza e arredores

A escolha de se estudar conjuntamente o Convento de Santa Tereza e os arruados históricos próximos se deve primeiramente a existência de vínculo fundacional dos mesmos: as casas no entorno do Convento abrigavam pessoas ligadas à igreja, fossem fiéis ou trabalhadores. Outro fator relevante é a proximidade dos mesmos, o que possibilita uma análise em conjunto.

Dentre as áreas de estudo é a que apresenta tipologias mais diversas, com construções oitocentistas e do século XX, residenciais e comerciais – concentradas ao longo da avenida Olinda, com portes e volumetrias variadas – além do Convento de Santa Tereza, como seu elemento de destaque.



Figura 25 Área de estudo no bairro de Santa Tereza

3.3.2 Capela de Santana do Rio Doce

A Capela localiza-se na porção litorânea do bairro, caracterizada pela ocupação residencial, originalmente de veraneio, e que se estende do mar até o canal que separa a faixa litorânea da parte interior do bairro, predominantemente ocupada por conjuntos habitacionais. Desta forma, a área estudada restringe-se ao trecho do bairro compreendido neste intervalo, limitada pela Avenida Gov. Carlos de Lima Cavalcanti, principal via desta parte do bairro. A ocupação é predominantemente unifamiliar, com poucos prédios de apartamentos. Na avenida, encontram-se construções comerciais de maior porte.



Figura 26 Área de estudo no Bairro de Rio Doce

3.3.3. Ruínas da Capela de Santana do Fragoso

A Capela, situada no bairro de Jardim Fragoso, encontra-se em área de ocupação irregular, sem urbanização consolidada. Seu entorno, caracterizado por construções precárias, apresenta limites físicos parcialmente definidos, sendo limitado por um canal e pelo conjunto de construções ao longo da via que forma uma barreira ao acesso visual e também de pessoas e veículos. Afastando-se da via principal, a ocupação vai ficando mais esparsa tornando o limite do bairro indefinido.

Nesse contexto, a área estudada foi estabelecida pelo percurso entre a via principal e a Ruína, incluindo-se a ocupação do morro onde se encontra até sua base. A urbanização local é precária, como também são as construções, predominantemente residências unifamiliares.



Figura 27 Área de estudo no Bairro de Jardim Fragoso

3.3.4 As Ruínas do Convento de Santo Amaro e o Santuário da Mãe Rainha

O caso das Ruínas do Convento de Santo Amaro é peculiar, pois estas se encontram dentro de espaço fechado, privado, mas de uso público, inserido num bairro originado pela construção de uma vila popular cujas características da morfologia permanecem. Assim, buscou-se na delimitação da Vila a referência para a delimitação da área de estudo. É também predominantemente ocupada por residências unifamiliares.



Figura 28 Área de estudo no Bairro de Ouro Preto

3.3.5 Ruínas da Casa da Pólvora

Inserida na divisa de uma área militar com uma das vilas populares de Olinda, encontra-se numa área apenas parcialmente consolidada, porém em posição privilegiada do relevo, de onde se tem ampla visão da cidade.

Assim, a área de estudo foi definida de forma a compreender o seu domínio da paisagem e sua relação com a urbanização, incluindo assim a área desocupada entre o morro e o canal e o trecho da ocupação no entorno mais imediato, formado por residências unifamiliares.



Figura 29 Área de estudo no Bairro de Jardim Brasil

4. MEMÓRIA E LUGARES

Neste capítulo abordaremos as relações entre o patrimônio e suas áreas envoltórias, enfocando as questões relativas à ambiência dos bens, as condições de sua conservação e percepção do patrimônio nestas áreas. Nestas análises partimos de alguns pressupostos sobre as possíveis relações entre os elementos em estudo. Primeiramente a possibilidade de que o ambiente urbano, transformado ou conservado, contribui para a conservação e apropriação dos bens culturais, construindo assim uma relação positiva entre estes e o lugar. Um segundo pressuposto diz respeito à possibilidade de construção de significância dos bens isoladamente a seu contexto, embora este tenha se alterado. Por fim a possibilidade que o patrimônio não constitua em seu contexto num elemento memorial, o que chamaremos de não-monumento¹.

Antecipamos que foi verificado, através de entrevistas, que há um sentimento geral no reconhecimento das partes que apresentam algum valor para a população. Quando argüidos sobre a existência de patrimônio histórico em Olinda, as respostas fornecidas sugerem que há um reconhecimento de patrimônio, por parte dos moradores e usuários.

Tabela 01

“O (A) Sr. (a) sabe sobre a existência de Patrimônio Histórico em Olinda?”

Bem Tombado	Bairro	Resposta		Total
		SIM	NÃO	
Convento de Santa Tereza e Casario	Santa Tereza	10	1	11
Capela de Santana	Rio Doce	8	2	10
Ruína da Capela de Santana	Jardim Fragoso	3	4	7
Ruínas do Covento de Santo Amaro	Ouro Preto	7	0	7
Casa da pólvora	Jardim Brasil	9	1	10
	total	36	9	45

Este reconhecimento, no entanto, não se repete em todos os casos quando a mesma pergunta é feita com relação às áreas estudadas:

¹ O termo é análogo a idéia de não-lugar, desenvolvida por AUGÉ (2003), para quem os espaços em condição transitória de depreciação das referências históricas, identitárias e relacionais não são lugares.

Tabela 02

“O (A) Sr. (a) sabe sobre a existência de patrimônio Histórico neste lugar?”

Bem Tombado	Bairro	Resposta		Total
		SIM	NÃO	
Convento de Santa Tereza e Casario	Santa Tereza	9	2	11
Capela de Santana	Rio Doce	4	6	10
Ruína da Capela de Santana	Jardim Fragoso	2	5	7
Ruínas do Convento de Santo Amaro	Ouro Preto	3	4	7
Casa da pólvora	Jardim Brasil	3	7	10
	Total	21	24	45

Poderíamos falar em diversas causas para esta inversão, sem dúvida relacionada à supervalorização do Sítio Histórico, que ao mesmo tempo em que valoriza os mais próximos, como o convento de Santa Tereza, desvaloriza os mais distantes, como a ruína da capela de Santana, em Jardim Fragoso. Outro fator de influencia neste resultado é o estado de conservação dos bens, uma vez que os mais bem conservados apresentam um maior reconhecimento por parte da população.

Outras variáveis podem ser incluídas nessa análise, como o grau de degradação da vizinhança, a participação dos bens culturais na construção do espaço urbano ou a atuação dos órgãos de preservação ou ainda variáveis de natureza não arquitetônica, como o nível de instrução da população, dado que não foi investigado.

As especificidades de cada caso na construção de uma relação de significância com o local onde se encontra são abordadas a seguir, enfocando os aspectos referentes à conservação e ambiência dos respectivos bens culturais e à percepção e apropriação deles dentro dos recortes espaciais.

4.1 RESIGNIFICAÇÕES

As mudanças no espaço urbano impõem aos elementos que permanecem a condição de serem resignificados para terem sua continuidade assegurada. Mudanças nos usos, nas formas e nas relações com o entorno são exemplos de situações a que são submetidas as formas arquitetônicas no intuito de reconduzi-las a um novo estatuto.

Às ocupações primárias em áreas periféricas ao Sítio Histórico de Olinda foram impostos tecidos que modificaram a estruturação espacial estabelecida inicialmente pela implantação dos empreendimentos ligados a colonização. A permanência destes elementos, em meio ao tecido alterado, implicou que fossem ajustados às morfologias urbanas e às organizações da sociedade.

Destaquemos dois casos: A capela de Santana de Rio Doce e as Ruínas do convento de Santo Amaro no bairro de ouro preto. O primeiro caso delineia-se pela sobreposição de tecido urbano sobre uma ocupação não consolidada, esparsamente ocupada e precariamente construída, onde se situava a capela.

Como igreja de pescadores fora localizada próxima ao mar para o qual também se direciona seu frontispício. Para o sítio de pescadores era o elemento primário, pelo seu destaque na paisagem local e por sua construção, feita para durar mais que as habitações dos próprios pescadores.



Figura 30 Capela de Santa de Rio Doce antes da ocupação do bairro

A ocupação de seu entorno redefiniu os nexos existentes entre o edifício e o sítio onde se insere. Primeiramente pelo fim da amplitude do espaço circundante, agora delimitado pelas construções, algumas das quais com proporções que conflituam com o destaque da capela. Segundo por que o novo traçado impunha formas delimitadas para seu acesso e visualização, definidos pela malha regular das ruas. Terceiro pela transformação da estrutura social local com a substituição dos pescadores pela ocupação sazonal de classe média e posteriormente por moradores fixos, à medida que a urbanização da cidade se intensificou.

Não foi suprimida, entretanto a relação entre a capela e o mar, elemento da construção de sua significação original e que permanece, intermediado agora pela praça e pela rua que separa a capela da praia (figura 31).



Figura 31 ocupação atual do entorno imediato

Decerto, não é mais a igreja dos pescadores, porém, seu bom estado de conservação, como também o do seu anexo e da praça contígua, permitem que a comunidade reconheça nela sua importância para a vida religiosa e para a qualidade do espaço urbano. Importância que não se reflete, entretanto no conhecimento de seu valor patrimonial e seu reconhecimento na construção histórica da cidade.

Durante as entrevistas foi possível identificar que a Capela é objeto de interesses individuais em sua permanência, considerando-a um elemento não destacado no bairro, cuja perda não alteraria a importância local. Apenas as pessoas mais ligadas aos trabalhos sociais da capela demonstram um maior apreço por ela.

Frequentadores, como o Sr. Natanael Marinho, têm na capela a referência para sua vida. Atuou na recuperação da Igreja e da praça em frente, quando estas estavam sem manutenção. O Sr. Natanael atribui a aproximação com a igreja a recuperação de sua vida pessoal e por isso participa até hoje das ações sociais desempenhadas nela. Entretanto, não a reconhece como parte da história de Olinda

ou do bairro, pois fora desprezada pela população, tendo, segundo o próprio Natanael, sua história reescrita a partir da recuperação².

A praia, esta sim, recebe uma maior consideração por parte das pessoas. Em que pese sua importância para a origem do bairro, em sua ocupação original, como vila de pescador e na posterior, como bairro de veraneio, o mar e praia continua até hoje como o principal elemento local, tendo modificada sua apropriação. O mar não é mais o local de trabalho e sim do lazer, refletindo a mudança da relação humana com a natureza. Relação que se reproduz na separação física entre a área urbana e a praia com um muro e no acesso a capela, antes feito pela areia, hoje calçado e direcionado pelo desenho da praça.

Assim, embora tombada, a Capela de Santana de Rio Doce não tem o reconhecimento da população como um patrimônio. Apesar do seu valor documental para a história da cidade e seu bom estado de conservação e acesso, a mesma não é apropriada pelos frequentadores – da capela e da praia – por esses motivos. Consideremos também que as entrevistas sugerem que aqueles que usam a praia – de modo geral, moradores de outros locais - não são os mesmo que usam a igreja – predominantemente moradores.

Apesar do pouco valor patrimonial, estes reconhecem que a Capela deve permanecer, como permaneceu ao processo de ocupação do bairro, mesmo sem proteção legal. Acredita-se que apenas foi por seu valor de uso e pela aceitação da religião por parte daqueles que promoveram o loteamento que esta permaneceu.

O caso das Ruínas do Convento de Santo Amaro apresenta-se como um caso mais complexo, pois envolve um bem cultural cujo uso efetivo não é mais possível e por que se encontra dentro de uma propriedade privada, de caráter religioso e cujo uso coletivo cria ao mesmo tempo constante acesso - permitindo a fruição mas também a depredação – e conflito simbólico tanto pela substituição da ordem religiosa, quanto pela assimilação de um elemento arquitetônico vulgar como local de rito.

² O Sr. Natanael, ao longo da entrevista, deixou claro desconhecer a história da capela e também um absoluto desinteresse em sabê-lo, por considerar que o momento atual da igreja, recuperada e em pleno uso é mais importante.

As ruínas, remanescentes da ocupação, pelo convento, de um dos promontórios do entorno da então Vila de Olinda, encontram-se hoje situados no platô onde ocorrem as atividades públicas do Santuário da Mãe Rainha Três Vezes Admirável, congregação religiosa sem vínculos com os Oratorianos de São Felipe Neri, que deram origem ao Convento. Em um sítio alto, com grande visibilidade do bairro circundante – útil as necessidades defensivas quando da construção original – o platô define o espaço de celebrações voltadas para o pequeno templo, cuja arquitetura é recorrente em outros santuários. Arborizado e calçado, o platô recebe seus visitantes espalhados em sua extensão, sem definição de espaços diferenciados inclusive para as ruínas, que se misturam com as pessoas. Não há assim, destaque aos remanescentes que são parte indiferenciada do espaço de conagraçamento religioso.



Figura 32 Platô do Santuário



Figura 33 Vista do bairro a partir do Santuário

Difere-se apenas um das três paredes em pedra, que recebeu em sua face voltada para o pequeno templo a inscrição (figura 34):

“Esta é a pedra preciosa. Esta é a pedra angular”

Extraída do livro bíblico de Isaias (28:16), que evoca a pedra angular, diversas vezes evocada no novo testamento e que significa ao mesmo tempo o vértice de uma construção, a pedra chave de uma abóbada cuja soltura pode fazê-la demoronar sobre alguém ou mesmo as pedras rejeitadas numa obra. É, segundo o Padre responsável pelo templo, uma metáfora a figura de Jesus Cristo, que rejeitado pelos homens se tornou a base do cristianismo.



Figura 34 A pedra angular

É aos pés dessa inscrição que diversos freqüentadores do templo oram ajoelhados como que diante de um altar. É, analogamente a arquitetura das igrejas tradicionais existentes em Olinda cidades, um altar lateral, onde o fiel pode realizar um ritual solitário em meio a massa.

A construção rejeitada do convento dá suporte à criação de um novo espaço religioso, tal qual a pedra angular, objetivando a intenção dos atuais ocupantes quando adquiriram o terreno. Segundo o mesmo Padre, as ruínas afloradas do convento motivaram a escolha do terreno, pois possibilitava a reafirmação dos valores religiosos e também da continuidade da presença católica no bairro, definido pelo sacerdote como carente de trabalho espiritual. Mais, relaciona a rejeição da pedra angular à dos habitantes locais.

A adoção da ruína como símbolo dessa redenção foi, segundo o padre, realizado a partir de um longo ritual de benção, que envolveu instâncias locais da igreja, a sede dos templos da Mãe Rainha e o Vaticano, culminando com benção do Papa João Paulo II. Assim, as ruínas do convento transfiguraram-se em um lugar do sagrado para os católicos.

Um lugar dentro de outro, cuja existência é a repercussão de um processo global de culto à figura da Mãe Rainha Três Vezes Admirável e que encontra em diversas outras cidades e países locais de realização. Ao mesmo tempo em que é um enclave em um bairro empobrecido tornando-se um de seus principais de fluxo, inclusive de turismo religioso – peregrinos – em nível nacional.

4.2 A MEMÓRIA COMO DIFERENCIAL

Os casos estudados apresentaram-se de modo geral como bens isolados no contexto urbano, limitando sua participação na sua construção. No caso do Convento de Santa Tereza e o casario em seu entorno, por ser um conjunto arquitetônico, diferentemente dos demais, verifica-se uma maior proporção dentro da área de estudo, tornando-se uma parte diferenciada desta. É a partir desta diferenciação que abordaremos o conjunto arquitetônico formado pelo Convento (figura 35) e pelo casario a ele associado.



Figura 35 Convento de Santa Tereza

O conjunto é formado pela igreja, convento e pelo casario, acredita-se, construído para abrigar trabalhadores ligados ao templo e também fiéis, moradores da vila, configurando-se como um ponto de expansão do núcleo urbano, na direção do Recife. Trata-se assim, de uma ocupação tardia que ainda mantém a tradição colonial de desenho da cidade, baseado na presença de uma igreja e de um caminho entre ela e outro ponto do assentamento, também marcado pela presença de um edifício singular.

Em torno do convento a ocupação se organizou em duas linhas, a primeira continua à ligação com o núcleo principal, passando ao largo do convento; a segunda perpendicular ao primeiro eixo, onde morariam os escravos pescadores do convento, instalados em trecho visível a frente do convento. O terreno alagadiço não facilitou o desenvolvimento do local, que servia de ligação para o Recife, já emancipado no momento da conclusão do conjunto. A divisão fundiária reproduz a lógica da Cidade Alta, como terrenos estreitos e compridos, com, neste caso, quintais alagados, permitindo aos moradores o contato com a água de onde poderiam extrair crustáceos.



Figura 36 Rua Duarte Coelho

O casario é, de modo geral, composto por construções de tipologia residencial tradicional, térreas ou assobradadas, ocupando a testada do lote. Seu estado de conservação é heterogêneo, com imóveis conservados e mantendo seus elementos

ornamentais característicos e outros com elevado grau de degradação e mesmo de abandono (figuras 36 e 37).

A linearidade do traçado, para ligação com o Recife, levou a utilização do caminho pra implantação do bonde a vapor, conectando os centros das duas cidades. Posteriormente foi implantado o bonde elétrico, mantendo-se o traçado e aumento a importância do local na ligação entre as duas cidades.

O Convento ocupa posição privilegiada, tanto no domínio do local quanto na conexão visual como o núcleo principal, dentro do princípio tradicional, colocando-se como uma referência à distância. Sua construção, de porte muito superior ao das demais, apresenta características da arquitetura religiosa tradicional como o adro, o destaque ao frontispício em contraposição a simplicidade dos demais setores do edifício, a planta de sua nave em profundidade, como convinha a liturgia corrente. Seus elementos estilísticos e construtivos revelam também sua vinculação a um período específico da produção arquitetônica, fazendo deste um marco também da história da construção da cidade. Abriga até hoje as atividades litúrgicas, como missas, batizados e casamentos e também atividades sociais, ligadas ao trabalho pastoral.



Figura 37 Rua de Santa Tereza

O conjunto, entretanto, encontra-se hoje parcialmente desconectado e com seu entorno descaracterizado por consequência do processo de ocupação do local,a

partir da abertura da Avenida Olinda, em 1933, que criou um novo caminho de acesso entre Recife e Olinda, mudando assim escala das construções e dos fluxos.

A abertura da avenida permitiu ao longo do tempo a implantação de uma série de empreendimentos comerciais, cuja dimensão não era compatível com a estrutura urbana existente na parte mais antiga da cidade, encontrando assim na abertura da avenida e dos loteamentos por ela atendidos, condições de implantação. Hoje, encontram-se, ao longo do percurso, construções de diversas tipologias e finalidades, incluindo lojas de carros, motéis, serrarias e postos de gasolina, que se aproveitam do grande fluxo.



Figura 38 Aspecto da Avenida Olinda

Como os loteamentos não contemplavam todas as áreas existentes, parte dos bairros ficou ociosa e foi ocupada de forma espontânea a partir da Rua de Santa Tereza na direção do rio Beberibe.

O sítio originalmente alagado foi praticamente todo ocupado, permanecendo apenas resquícios dos corpos d'água em dois pontos: atrás das casas da Rua de Santa Tereza e atrás do convento e de partes das casas da Rua Duarte Coelho, mantendo assim parcialmente a estruturação áreas aterradas – casas - áreas alagadas existente desde os primórdios da ocupação local.

Permanece também o caráter de espaço de passagem que gerou o assentamento, porém em uma escala, pode-se dizer, incompatível com o sentido gregário da construção do assentamento no seu momento de origem. Mesmo

estando na conexão entre o Recife e Olinda, a ocupação deste local reproduz a lógica que estrutura o desenho tradicional da cidade, ainda que tardiamente e que só é quebrada com a abertura da avenida, introduzindo outra concepção de sistema viário.

Não foram encontrados registro sobre o parcelamento do bairro, porém identifica-se a concentração de lotes de maior dimensão lindeiros à avenida, enquanto os lotes residenciais foram concentrados em porções mais interiores, resguardados do impacto dos veículos.

São evidentes os contrastes entre o 'arruado' original e o loteamento posterior, do ponto de vista das tipologias, formas de crescimento e escalas, criando um espaço dividido entre o novo e antigo, condição reproduzida pelo zoneamento urbano, voltado à proteção visual do conjunto monumental da Cidade Alta e a proteção do Convento e do casario.

Fazem parte, nesse sentido, da área mais diretamente ligada ao Sítio Histórico, ao qual é também o mais subordinado seja por sua origem, seja por constituir a zona de proteção do seu entorno.

Permitem, pelo seu reconhecimento como antigo, pré-existente à ao bairro como se configura hoje, a interpretação da história urbana, muito fortemente ligada, em Olinda, ao seu sítio principal, de maior dimensão e complexidade, ainda que o Convento de Santa Tereza seja exemplo para estudos arquitetônicos.

O casario local, assim, é desvalorizado pela historiografia e negligenciado pela conservação, ao contrário do casario da cidade alta, reconhecido como elemento significativo da urbanística de origem colonial, que, insistimos, é a mesma desenvolvida neste caso.

Mesmo diante do quadro de descontextualização descrito, o conjunto formado pelo Covento, arruamento e casario é considerado pela população um dos sítios Históricos da cidade. Dentre os entrevistados, os moradores e usuários mais antigos destacam que apesar do desconhecimento sobre o crescimento histórico da cidade são lugares onde viveram pessoas e aconteceram fatos localmente importantes, que fazem parte de uma memória oral.

Histórias de infância, eventos sociais, lembranças do cotidiano pretérito e da mudança da feição da cidade, como as do morador que relatou a degradação dos imóveis vizinhos e do medo que sentia de tudo aquilo se perder, pelo descaso dos proprietários e dos governos. Caso também de uma ex-moradora que sempre

voltava para rever a família, no local onde viveu boa parte da vida e que por isso não saia de lá.

Rememorações que criam enraizamentos, deixando de ser apenas uma lembrança, tornando-se elemento de ligação das pessoas com o lugar onde vivem. São desta forma, associadas pelos moradores à qualidade do espaço, onde puderam viver tais momentos e que por sua escala e seus atributos estéticos são ainda valorizados por eles, diferentemente dos espaços mais novos do bairro para os quais não foram encontrados vínculos dessa natureza.

4.3 NÃO-MONUMENTOS

Considerar a idéia do não-monumento não significa invalidar seu caráter patrimonial ou desmerecer seu tombamento, mas sim colocar sua significação como tal a partir da idéia de culto, da ritualização da memória que compõe a noção do monumento. Examinamos essa condição a partir dos exemplos da Capela de Santa de Frago e da Casa da Pólvora, ambos coincidentemente ruínas.

Como vimos, NORA estabelece que a construção do lugar de memória demanda a sua adoção por um ritual, através do que são conectadas as dimensões material, funcional e simbólica do mesmo fato. Se a função do lugar de memória é 'parar o tempo', 'bloquear o trabalho do esquecimento', não basta, segundo NORA a vontade de memória, mas realizá-la nas dimensões citadas acima.

O lugar, em sua dimensão material é o suporte físico da memória, que condiciona seu uso e de onde se infere o simbolismo. Porém não dimensão funcional sem o uso efetivo e não há reconhecimento simbólico sem a existência de um arcabouço cultural. O ritual que nos fala NORA é a prática ou o conjunto de práticas que assimilam o simbolismo do espaço, com suas formas e através do seu uso.

Propõe-se entender as duas ruínas em questão dentro dessa idéia de construção do lugar de memória, considerando que é possível identificar que pode haver práticas ligadas a definição do objeto como bem patrimonial, operadas por agentes institucionais. E pode também haver praticas nas quais as construções são adotadas, apesar de não objetivadas num tombamento ou outras ações preservacionistas, fazem dos lugares portadores de significados memoriais para determinados grupos.

O critério primário de seleção dos bens nesse estudo foi a existência de uma proteção legal, que definem os bens como parte do patrimônio de um povo, seja os moradores de uma cidade, região ou país. Assim, estamos falando de bens tombados, ambos pelo órgão municipal.

É possível, entretanto falar em outras formas objetivas de 'culto' patrimonial, que não o tombamento, como adoção do bem como objeto de estudo histórico ou artístico, ou submetê-lo a ações conservacionistas e restaurativas e finalmente sua musealização, como um grande processo de transformação do simples edifício em patrimônio.

Desta forma, é preciso identificar como se deram estas ações ao longo do processo patrimonial destes dois casos. O panorama das ações preservacionistas dos bens periferizados em Olinda reflete as políticas de preservação que privilegiam as áreas centrais, não havendo sistemática de atuação fora do Sítio Histórico (MOREIRA, 2006).

A Capela de Santana de Fragoso (figura 39), tombada durante a formação do sistema municipal de preservação do patrimônio e foi arruinando-se mesmo após sua consolidação. Quando estabelecida sua proteção encontrava-se em condição de uso, apesar de abandonada, perdendo aos poucos sua inteireza, primeiro com a queda do telhado e depois com o arruinamento da fachada, paulatinamente vandalizada³.

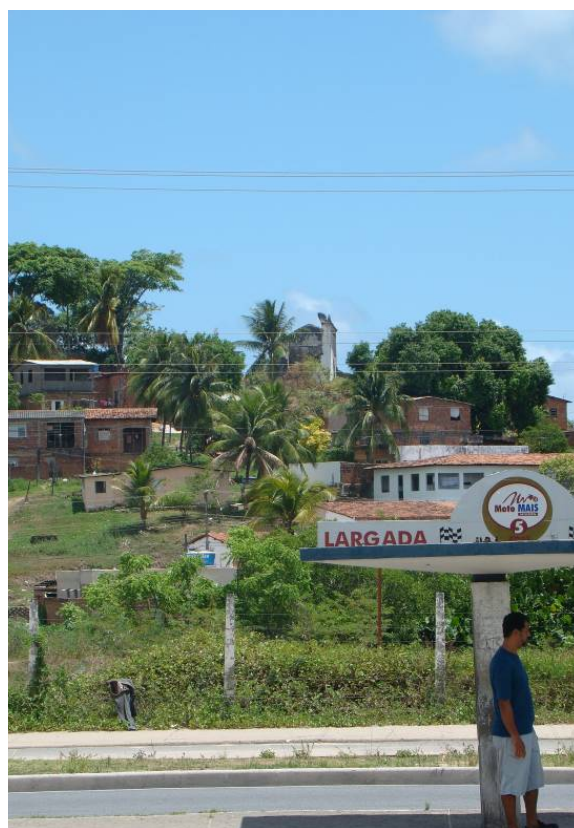


Figura 39 Ruína da Capela de Santana (ao centro) e entorno

³ Acredita-se que o material da fachada tenha sido roubado pelos próprios moradores da vizinhança, para construção de casa, porém não há confirmação documental.

Não foram realizadas, ao longo das duas décadas que transcorreram no seu arruinamento, ações emergenciais ou inventários, ações comuns ao processo de tombamento. Como também não foram coibidas as ações de vândalos, os usos inadequados do imóvel, tampouco a urbanização predatória do entorno (figura 40).



Figura 40 Ruína da Capela de Santa e a escavação do morro

O bairro foi ocupado de forma espontânea, a partir do loteamento de parte do terreno, sem qualquer instalação de infra-estrutura viária, elétrica ou de saneamento, tornando-o precário. O descontrole da ocupação do local levou, na última década ao risco iminente de desabamento do que restou da Capela, pela escavação desordenada da encosta do morro onde a ruína se situa.

A Casa da pólvora t (figura 41) teve tombamento simultâneo, que já a protegia como uma ruína, definindo os parâmetros para ocupação de seu entorno. Não foi, porém alvo de políticas e ações para sua conservação e adequação ao entorno urbanizado, este de forma mais consistente e estável do que o entorno da Capela de Santana de Fragoso.

Urbanizado pela construção de uma vila popular, o entorno da Casa da Pólvora não contemplou formas que valorizassem a presença da ruína, sequer adequando seu acesso, mais precário que o do restante do bairro. A ruína situa-se em área desocupada no fim das ruas transversais ao acesso principal do bairro, sem sinalização indicativa de sua presença. Também não foi, desde o tombamento,

objeto de qualquer ação conservativa, convertendo-se hoje num elemento degradado e degradante do espaço urbano.



Figura 41 Ruína da Casa da Pólvora

Não há, portanto, a partir do conjunto de práticas ligadas ao patrimônio a apropriação das duas ruínas, ainda que tombadas. A ausência política de conservação ou mesmo a inoperância dos agentes patrimoniais, o poder público municipal, sobretudo, revela a dificuldade de admiti-los como lugares de memória, uma vez que não se encontram dentro do circuito onde se encontram outros bens tombados, em Olinda, cujos atributos são constantemente reafirmados e sua conservação está sempre em pauta.



Figura 42 Entorno da Ruína da Casa da Pólvora

A condição de desvalorização dentro das políticas de conservação por que passam os dois casos em questão refletem-se na apreciação dos mesmos pelos moradores e usuários dos bairros onde se situam. Em ambos os casos, verificou-se o desconhecimento de parte dos entrevistados sobre a existência de patrimônio nos respectivos bairros, com o agravante de que em Jardim Fragoso, onde ficam as ruínas da Capela de Santana, mais pessoas responderam não conhecer patrimônio na cidade.

Não caberia neste trabalho discutir todas as possíveis razões dos entrevistados ignorarem até mesmo o Sítio Histórico. Mas considerando que a situação das ruínas dentro do contexto urbano influencia mais a apropriação popular do que as atividades dos órgãos de patrimônio, é possível reconhecer que, no caso da Casa da Pólvora, o distanciamento dos moradores da mesma leva a sua negação enquanto referência cultural.

Os moradores afirmam que, por ficar isolada da parte mais movimentada do bairro, a ruína se transformou em local de atividades criminosas, como o consumo de drogas e ocultação de roubo. Por conta disso, a ruína foi apelidada pejorativamente de “paredão”, em alusão ao que é visível acima do mato que tomou a antiga construção.

Ademais, a palavra 'paredão' não encontra em nossa cultura significado positivo⁴, sendo associada à obstrução, ao impedimento e até mesmo a morte por fuzilamento. Condição que se contradiz nas intenções dos entrevistados em relação à conservação da ruína: cem por cento afirmou que prefere vê-lo conservado, ainda que não o reconheça como patrimônio.

De forma semelhante é para a Capela de Santana de Fragoso, que também tem unanimemente afirmada a sua conservação, mesmo que pessoas que a conhecem como um patrimônio, não atribuam significado a ela, além de também a considerarem um obstáculo, não a passagem, mas a exploração do solo urbano para a construção de casas.

Não se pode deixar de considerar, sobre este aspecto, que não há quem queira algo degradado próximo a sua casa, preferindo que estejam em bom estado mesmo que não seja para seu uso. O caso de Jardim Fragoso, onde predominou o desconhecimento pelo patrimônio em geral, mostra que a perspectiva de melhorar o bairro não importa se as coisas são ou não relevantes para a história ou cultura, mas sim para a necessidade dos grupos de valorizar o seu espaço e de fazer presente o poder público.

Não há, portanto, uso realizado ou significado atribuído, pelos moradores e usuários dos respectivos bairros que possa ser colocado na perspectiva da construção do lugar de memória a partir dos casos selecionados neste estudo, ainda que estes sejam institucionalmente reconhecidos como um patrimônio local.

⁴ Apenas quando associada à eficiência dos goleiros é possível se fazer uma associação positiva do termo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como os moradores de Macondo, esquecemos, mas para que não nos percamos das coisas que nos cercam, as rotulamos e, depois, para que não esqueçamos para que nos servem, etiquetamo-las afim de que nós ou nossos sucessores continuem sabendo que são essas coisas, pois afinal elas não falam.

Ao contrário dos Buendía, que ainda vivem e dependem dos objetos em esquecimento, rotulamos e etiquetamos coisas que precedem a nossa existência e em muitos casos não fazem mais parte de nossas vidas, dos espaços que estamos construindo e, assim, tentamos falar por elas e por que devemos lembrar-nos delas.

Evocou-se na citação o esquecimento para falar da memória, pois é quando escolhemos o que vamos (e como vamos) lembrar que também escolhermos o que esquecer. E foi nessa dialética entre a memória e o esquecimento, ou pelo menos o não uso da memória, que se pautou esse trabalho, ao tratar de monumentos, conjuntos arquitetônicos e ruínas que são o patrimônio cultural em uma cidade, mas que nem sempre fazem parte de sua rememoração.

Ao buscar compreender as relações entre o patrimônio cultural e a cidade, foi preciso inicialmente construir um quadro sobre a memória e entender de que memórias se está falando quando se fala de patrimônio, a relação entre a memória individual e coletiva, como os grupos operam com a memória e como se fundamentam as suas relações com o espaço.

Vimos que memória nos conecta com nosso passado, nos fazendo perceber a passagem do tempo e nos dando certeza de uma existência anterior e das relações de causalidade que nos faz quem somos, tanto individual quanto coletivamente. E é na instância coletiva da memória que se estabelecem as disputas sociais pelo controle da memória e do esquecimento, processo do qual faz parte a construção do patrimônio, como forma estável de memória, baseada no espaço construído.

Foi a partir das deduções de HALBWACHS, que se entendeu a relação mútua entre a memória e o espaço, a via de mão dupla de construção de significados, na qual a memória encontra sua condição material: o lugar, segundo conceito-chave deste trabalho.

E foi através da adoção do lugar como “porção do espaço a qual são atribuídos significados” que se permitiu uma análise, a partir da idéia de um lócus culturalmente definido e da idéia de lugar como oposição a totalidade, de onde derivaram as condições do patrimônio como lugar em si, na escala arquitetônica; o lugar onde o patrimônio está, na escala urbana; e o lugar na fruição do patrimônio, nas diferentes escalas de significação, do municipal ao global.

Neste sentido buscou-se construir uma relação entre o patrimônio e as diferentes construções do lugar, entendendo assim que sua significação acontece não em função

unicamente de suas qualidades ou estado de conservação, mas em função das condições de uso do solo urbano e de inserção em processos que transpõem a escala local.

Enquanto lugar de memória, o patrimônio depende de condições materiais, funcionais e simbólicas para que sua valoração e apropriação aconteçam de forma plena, sendo, para tanto, objeto de culto, baseado no reconhecimento do passado nos elementos do espaço e na sua assimilação em processos de construção e afirmação da memória, na construção de identidades.

O caso estudado – o patrimônio cultural fora do Sítio histórico de Olinda – foi, nesse sentido, analisado com o objetivo de identificar os impactos dos processos de urbanização; identificar modos de apropriação e uso dos bens culturais e identificar os significados atribuídos a eles, a partir do estudo retrospectivo de sua construção e da cidade e do estudo de seu estado atual.

Observando como se deu a ocupação de Olinda vemos que as construções hoje reconhecidas com patrimônio foram antecipações de uma urbanização, que não se realizou de forma a dar continuidade à estruturação pré-existente, uma vez que a organização social mudou, particularmente em suas motivações econômicas, base do tripé que gerou a cidade: a vila, o porto e as plantações.

Parte da modificação dessa lógica territorial se deveu a uma mudança na hierarquia entre os núcleos urbanos a partir do século XVII, que levou Olinda a ser secundarizada, sendo posteriormente submetida a crescimentos demandados pelo Recife, cuja mancha urbana se espalhou pelos territórios vizinhos, ao longo do século XX.

São do momento inicial da ocupação os bens culturais em estudo, como também é Sítio Histórico, revelando assim a adoção do mesmo recorte histórico para formar todo o patrimônio da cidade, produzindo assim um passado comum para todo município.

Passado comum, presente diferente. Em sua dimensão e consistência, o Sítio Histórico se configura como um lócus mais resistente às pressões de urbanização, diferentemente dos bens isolados, que sofreram com o seu abandono pelo ocaso da estrutura produtiva e defensiva instalada no território, além dos impactos das ocupações de seu entorno, associado ao processo tardio de proteção do patrimônio, como se pôde verificar.

Os espaços urbanos, antes áreas rurais, foram transformados mais intensivamente ao longo do século XX, período de urbanização generalizada do país, em momentos descontínuos e de forma heterogênea, além de desprovido de intenções de assimilar as preexistências em seu desenho. Deste modo, os bens arquitetônicos estudados apresentavam modificações significativas de seus entornos, que em nada contribuíram para sua conservação, deixando-os de modo geral isolados do tecido urbano.

A exceção feita a Capela de Santana de Rio Doce, cujo entorno, apesar de modificado, cria condições favoráveis a seu uso, além de valorizar sua visibilidade, o patrimônio local tem no tecido sobreposto um elemento descaracterizante, primeiro por que modificaram os sítios de assentamento; segundo, por que influenciam no acesso ao bem; e terceiro por que implicaram na substituição dos grupos que primeiro construíram, pensaram e habitaram os espaços.

Não se pode deixar de considerar que a cidade como um todo está modificada, em sua morfologia, retalhada em diversas unidades diferentes, e em sua dinâmica de crescimento, uma vez que fora submetida à expansão do Recife.

Certamente os contextos urbanos, diferenciados pelas formas de crescimento e os diferentes estados de conservação do patrimônio, levaram aos diferentes modos de apropriação marcados pela dualidade abandono e uso, independente do estado em que se encontram. É possível verificar situações diferentes inclusive se confrontarmos apenas as ruínas elencadas no conjunto, com exemplos de desprezo por um lado e de resignificação por outro.

Sobre este aspecto pesa definitivamente o lugar onde o patrimônio se encontra, ou seja, as condições materiais e sócio-culturais que permitem que sejam apropriados. Vimos casos em que o entorno permite, a partir de uma recriação do caráter do espaço, uma nova aproximação daquele bem. São os casos da Capela de Santana de Rio Doce e da Ruína do Convento de Santo Amaro, cujo desenho do entorno não o valoriza, mas sim seu uso, tendo inclusive propiciado sua resignificação.

Deve ser levado em conta também as políticas de preservação, assunto abordado apenas tangencialmente nesse trabalho, mas cujo alcance reproduz a hierarquização do patrimônio pela esfera de tombamento, com privilégios aos que são reconhecidos mundialmente – em Olinda, o Sítio Histórico – em detrimento daqueles com tombamento municipal, mesmo dentro das instituições locais. Desigualdade que se reproduz na agenda de ações de conservação, na captação de recursos e na valorização e reafirmação dos atributos de cada um dos bens isoladamente.

Mesmo aqueles que apresentam melhores condições de fruição, sofrem com a concentração das atenções – e dos recursos – no chamado ‘conjunto monumental’, parte do Sítio Histórico de interesse internacional, sendo assim mantidos por ações de seus proprietários e de frequentadores.

Foram diversas as significações dadas aos bens em estudo, primeiramente seu reconhecimento como histórico, para a interpretação da história social e urbana de Olinda, justificativa dos tombamentos municipais e também do tombamento nacional, no caso do Convento de Santa Tereza, cujo valor histórico é reconhecido também pelos moradores e entrevistados que o associam ao casario próximo. Localmente, a história que se constrói

pela reprodução dos critérios de reconhecimento dos valores do Sítio Histórico, na intenção de se criar um passado comum a todo território, como já afirmamos.

Não é através da história, no entanto, que se constroem as significações em escala comunitária. Vimos que os usos atuais do solo se sobrepõem a origem histórica dos bens recriando as condições de criação de significado. São os valores cultural e de uso que fazem da Capela de Santana uma presença positiva em Rio Doce. É pela assimilação dentro da dinâmica particular do lugar onde está, o Santuário, que as ruínas do Convento de Santo Amaro se convertem em elementos significativos do espaço.

Mas é possível também falar em não-significações, como nos casos das ruínas da Capela de Santana de Fragoso e da Casa da pólvora, as quais não são atribuídos valores que permitam sua assimilação pela população como algo mais do que restos de uma construção.

Há nessas situações alguma relação entre a significação dos bens e identificação da existência de lugares? Primeiramente, há que se reconhecer que nem todos os bens tombados são percebidos como lugares. A falta de práticas que envolvam os dois últimos casos citados impede a afirmação de seus atributos e sua apropriação por parte da população, que os vê como interferências na qualidade do bairro.

Seria perigoso afirmar, dentro das circunstância dessa pesquisa, que os bairros onde estão os casos acima seriam desprovidos de significados, porém é possível identificar, com maior certeza, o desinteresse dos moradores pelos locais de moradia e até pela idéia de cultura.

“isso aqui é só lugar de pobre”

“isso aqui devia ser esquecido. Já é...”

Foram respostas comuns dos entrevistados quando perguntados sobre como viam o bairro. Como pensar em memória e patrimônio num contexto desses? Não há vontade de memória, não há também lugar de ou para a memória.

Ainda que a pobreza e aculturação aflijam também outras áreas da cidade, bairros como Ouro Preto e Rio Doce apresentam características que permitem uma melhor relação como seu patrimônio. Primeiramente, em ambos os caso não há pressão sobre os bens culturais, pois estes têm seus espaços definidos. Segundo, por que a condição urbana dos entornos imediatos propicia seus acessos e gera, por si, os fluxos que vão alcançar e interagir com a ruína do Convento e a Capela de Santana.

Rio Doce, como é um bairro residencial, tem na presença da igreja um dos seus elementos de construção da idéia de cotidiano, ao mesmo tempo em que ela depende da proximidade de seus fiéis.

Ouro Preto tem no Santuário um lugar simbólico, que dá ao bairro, dormitório dentro da estrutura produtiva, a condição de local de peregrinação e religiosidade. Religiosidade esta que se sobrepôs a história.

Em termos de existência de um lugar, em Santa Tereza identificou-se que é através da memória que este se constrói, uma vez que parte do Bairro é vista como um lugar de memória. Lá se reconhece o passado no espaço, que serve de cenário para as lembranças dos moradores e subsídio para interpretação histórica. Certamente a apreciação isolada de cada uma das construções do conjunto não permitiria o mesmo resultado.

Assim, pode se afirmar que é através dos lugares que são construídos os significados do patrimônio, não só pela influencia objetiva de sua forma material, mas pela interação objetos-grupos sócias que eles criam, através da qual são disseminados os significados.

Neste sentido, entendemos que, independente dos níveis de tombamento e também da existência de ações de preservação, é através da apropriação da comunidade – moradores e freqüentadores – que se constrói formas legítimas de patrimônio e que é, conseqüentemente, através dela que se alcança sua conservação.

BIBLIOGRAFIA

- AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma nova antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 2003. 3ª ed.
- BALTAR, Antônio Bezerra. **Diretrizes de um plano Regional para o Recife**. Recife, 1951.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- BOYER, M. Christine. **The city of the collective memory**: its historical imagery and architectural entertainments. Cambridge: The MIT Press, 1994.
- BRITO, Marcelo. **Gestão de áreas urbanas degradadas**: paradigmas para permanência e recuperação urbana em núcleos históricos. Brasília, 1996.
- CARNEIRO, Ana Rita Sá. “métodos de análise dos bens materiais naturais e culturais visando a conservação”. In: ZANCHETTI, Silvio Mendes. **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002. pp. 143-147
- CASTELLO, Lineu. **A percepção de lugar**: repensando o conceito de lugar em arquitetura e urbanismo. Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 2007.
- CAVALCANTI, Vanildo. **Olinda do Salvador do Mundo**. Recife: 1986.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**: o direito a cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- CURY, Isabelle (org). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: Iphan, 2000.
- CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70, 1971.
- DUARTE, Fábio. **Crise das matrizes espaciais**. São Paulo: Perspectiva/ FAPESP, 2002.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986. 2ª edição.
- FONSECA, Maria Cecília Londres da. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2005.
- FREYRE, Gilberto. **Olinda**: 2º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1980.
- GIOVANNONI, Gustavo. **L'urbanisme face aux villes anciennes**. Paris: Edition du Seuil, 1998.
- GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: Ensaios de geopolítica da cidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- GOUVEIA, Ronaldo Guimarães. **A questão metropolitana no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006

HAYDEN, Dolores. **The power of place: Urban landscapes as public history.** Cambridge: The MIT press, 1995.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Revista Espaço & Debates.** São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, ano XVI, n.39, 1996.

HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e conferências.** Petropolis: Editora Vozes, 2008. 5ª Ed.

HUYSSSEN, Andréas. **Seduzidos pela memória.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

ICOMOS. **Declaración de Foz do Iguaçu.** Curitiba: ICOMOS Brasil, 2008.

JODELET, Denise. "A cidade e a memória". In: DEL RIO, Vicente, DUARTE, Cristiane Rose, RHEINGANTZ, Paulo Afonso. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/PROARQ, 2002.

JOKILEHTO, Jukka. "conceitos e idéias sobre conservação". In: ZANCHETI, Silvio Mendes. **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002. pp 11-19.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 1995. 3ª ed.

LACERDA, Norma. "Os valores das estruturas ambientais urbanas: considerações teóricas". In: ZANCHETI, Silvio Mendes. **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002. pp. 59-64.

LACERDA, Norma. "Globalização e identidades locais". In: ZANCHETI, Silvio Mendes. **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002. pp. 91-94.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003. 3ª ed.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades: conversações com Jacque Lebrun.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LE MOS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LYNCH, KEVIN. **A boa forma da cidade.** Lisboa: Edições 70, 1999.

LYNCH, KEVIN. **De qué tiempo es este lugar?** Para una nueva definición del ambiente. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 1972.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, 1981- . n°17, p. 63-201. nov. 1998.

MAUTNER, Yvone. "A periferia como fronteira de expansão do capital". In: DEAK, Csaba SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs). **O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. pp. 245-260.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654.** São Paulo: Editora 34, 2007.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **A cartografia holandesa do Recife**: Estudo dos principais mapas do período 1631-1648. Recife: IPHAN/MEC, 1976.

MENEZES, J. L. M. Olinda: evolução urbana. In: CARITA, H.; ARAUJO, R. (Coord.) Coleção de estudos do universo urbanístico português – 1415-1822. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

_____. Olinda e Recife – 1537/1630. Recife: s.n., s.d. (Mimeo.)

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. “A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equivocados e alcance da preservação do patrimônio cultural”. In: MORI, Vitor Hugo. **Patrimônio**: atualizando o debate. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2006.

MILET, Vera. **A teimosia das pedras**: um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental no Brasil. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1988.

MOREIRA, Clarissa da Costa. **A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação**: cenários para o porto do Rio. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

MOREIRA, Daniel. **O Lugar da memória na periferia de Olinda**. Gestão do patrimônio. Monografia de conclusão de curso de especialização. Olinda: CECI, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, 1981-. n.º10, p. 07-28. dez. 1993.

NOVAES, Ferdinando. **Olinda, evolução urbana**. Recife: Fundarpe, 1990.

_____. **Olinda**: evolução ecológica. Recife: Fundaj, 1978.

OLINDA. Lei 4.849/92, Legislação Urbanística dos Sítios Históricos de Olinda. Olinda: FCPSHO, 1992.

OMEGNA, Nelson. **A cidade colonial**. 2ª ed. Brasília: EBRASA, 1971.

PANERAI, Philippe. **Análise Urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

PELEGRINI, Sandra C. A. FURNARI, Pedro Paulo. **O que é Patrimônio Cultural Imaterial**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

PINA MOREIRA, André Renato. **O culto ao passado e a evolução dos conceitos e das políticas de preservação** - uma amostragem retrospectiva com ênfase sobre o processo em Pernambuco e Olinda. Resenha Final da disciplina Intervenções em Áreas Históricas. Recife: MDU/UFPE, 1999.

_____. **Um estudo sobre as transformações dos espaços de habitação do sítio histórico de Olinda**. Dissertação (mestrado). Recife: UFPE, 2006.

PONTUAL, Virgínia. “Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas”. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, n. 42, 2001. pp 417-434.

PONTUAL, Virgínia. “A referencia cultural e o planejamento da conservação”. In: ZANCHETI, Silvio Mendes. **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002. pp 99-104.

PONTUAL, Virgínia et al. “Desafios à interface da interpretação com a conservação do Patrimônio Cultural: o caso do Istmo de Olinda e Recife – Brasil” in: **Textos para discussão**. Série 3 – Identificação do Patrimônio Cultural. Olinda: CECI, 2007

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil: 1500/1720**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

_____. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

RIKWERT, Joseph. **A sedução do lugar: a história e o futuro da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RUSKIN, John. **A Lâmpada da memória**. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2008.

SANT'ANNA, Marcia. Parecer nº 005/06 – Registro da Feira de Caruaru. Brasília, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Pensando o Espaço do Homem**. 5ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

_____. **Da totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Paulo. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.

SILVA, Fernando Fernandes da. **As cidades brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade**. São Paulo: Petrópolis/EDUSP, 2003.

SCHULZ, Sônia Hilf. **Estéticas urbanas: da polis grega à metrópole contemporânea**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Atica, 1992.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

_____. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

THORNBERG, Josep Muntañola. **La arquitectura como lugar**. Barcelona: Ediciones UPC, 1998.

VAZ, Lílian Fessler. JACQUES, Paola Berenstein. “Reflexões sobre o uso da cultura nos processos de revitalização urbana.” **Anais do IX encontro nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro: ANPUR, vol.2, 2001.

YOUENAR, Marguerite. "That Mighty Sculptor, Time" in: PRICE, Stanley Nicholas; TALLEY JR., M. Kirby; VACCARO, Alessandra Melucco (orgs.). **Historical and philosophical issues in the conservation of the cultural heritage**. Los Angeles: The J. Paul Getty Trust, 1996.

ZANCHETTI, Silvio Mendes, MILET, Vera. "Gestão e conservação do Sítio Histórico de Olinda: 1938 -2006" in: **Textos para discussão**. Série 1 – Gestão da Conservação. Olinda: CECI, 2007.

APENDICES

APÊNDICE A – FICHA DE ENTREVISTA

APENDICE B – RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

LOCAL: _____ DATA FOLHA

IDADE: _____ SEXO: _____ ESCOLARIDADE: _____ OCUPAÇÃO: _____

RELAÇÃO COM O LOCAL (mora, trabalha, estuda, visita): _____

ACESSO À INFORMAÇÃO (jornal, TV, rádio e internet): _____

1. A QUANTO TEMPO MORA/TRABALHA/ESTUDA/VISITA NESTE LUGAR?

2. POR QUE O(A) SR.(A) ESCOLHEU ESTE LUGAR PARA MORAR/TRABALHAR/ESTUDAR/VISITAR?

3. ESTE LUGAR TEM ALGUM VALOR OU SIGNIFICADO PARA O(A) SR.(A)?

SIM NÃO QUAL(IS)

4. DESCREVA EM POUCAS PALAVRAS ESTE LUGAR (elementos de destaque, limites, sensações)

5. QUE ATIVIDADES O(A) SR.(A) FAZ AQUI? (caminhar, descansar, comprar, etc.)

6. QUAL PARTE PARA O(A) SR.(A) É MAIS IMPORTANTE? POR QUÊ? O QUE O(A) SR.(A) FAZ LÁ?

7. O (A) SR. (A) SABE SOBRE A EXISTÊNCIA DE PATRIMONIO HISTORICO EM OLINDA?

SIM NÃO

8. COMO O(A) SR. (A) SE RELACIONA COM O SITIO HISTORICO (CIDADE ALTA)?

- FREQUENTA/ADMIRA MUITO
 GOSTARIA DE FREQUENTAR MAIS
 NÃO SE INTERESSA

9. O(A) SR.(A) SABE SOBRE A EXISTÊNCIA DE UM PATRIMONIO HISTORICO NESTE LUGAR?

SIM NÃO

(Caso negativo ir para a pergunta 9)

EM CASO
AFIRMATIVO

10. O QUE SABE SOBRE ESTE MONUMENTO?

11. ESTE MONUMENTO TEM ALGUM VALOR OU SIGNICADO PARA O(A) SR.(A)?

SIM NÃO QUAL(IS)

12. COMO QUE O(A) SR.(A) ACHA QUE AS OUTRAS PESSOAS VEEM ESSE MONUMENTO?

13. O QUE O(A) SR.(A) ACHA QUE DEVERIA SER FEITO COM ESSE MONUMENTO?

CONSERVADO DEMOLIDO TRANSFORMADO EM OUTRA COISA

10. QUE IMPORTÂNCIA TEVE PARA O(A) SR.(A) SABER DA EXISTENCIA DE UM MONUMENTO?

MUITA
 POUCA
 NENHUMA

11. O QUE O(A) SR.(A) ACHA QUE DEVERIA SER FEITO COM ESSE MONUMENTO?

CONSERVADO DEMOLIDO TRANSFORMADO EM OUTRA COISA

14. PARA O(A) SR.(A) QUE ESTE LUGAR É UM DOS SÍTIOS HISTÓRICOS DE OLINDA?

SIM NÃO

15. PARA O(A) SR.(A) ESTE LUGAR DEVERIA SER USADO POR:

MORADORES TURISTAS NÃO DEVE SER UTILIZADO

16. COMO O(A) SR.(A) GOSTARIA QUE ESTE LUGAR FOSSE LEMBRADO?

OBSERVAÇÃO DO ENTREVISTADOR:

APENDICE B – RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

“O (A) Sr. (a) sabe sobre a existência de Patrimônio Histórico em Olinda?”

Bem Tombado	Bairro	Resposta		Total
		SIM	NÃO	
Convento de Santa Tereza e Casario	Santa Tereza	10	1	11
Capela de Santana	Rio Doce	8	2	10
Ruína da Capela de Santana	Jardim Fragoso	3	4	7
Ruínas do Convento de Santo Amaro	Ouro Preto	7	0	7
Casa da pólvora	Jardim Brasil	9	1	10
	total	36	9	45

“O (A) Sr. (a) sabe sobre a existência de patrimônio Histórico neste lugar?”

Bem Tombado	Bairro	Resposta		Total
		SIM	NÃO	
Convento de Santa Tereza e Casario	Santa Tereza	9	2	11
Capela de Santana	Rio Doce	4	6	10
Ruína da Capela de Santana	Jardim Fragoso	2	5	7
Ruínas do Convento de Santo Amaro	Ouro Preto	3	4	7
Casa da pólvora	Jardim Brasil	3	7	10
	Total	21	24	45

“Este lugar tem algum significado para o (a) Sr. (a)?”

Bem Tombado	Bairro	Resposta		total
		SIM	NÃO	
Convento de Santa Tereza e Casario	Santa Tereza	7	4	11
Capela de Santana	Rio Doce	9	1	10
Ruína da Capela de Santana	Jardim Fragoso	3	4	7
Ruínas do Convento de Santo Amaro	Ouro Preto	5	2	7
Casa da pólvora	Jardim Brasil	7	3	10
	total	31	14	45

Qual elemento é atribuído como o mais importante do lugar

Bem Tombado	Bairro	Resposta		
		Bem tombado	Elemento do lugar	Elemento mais citado
Convento de Santa Tereza e Casario	Santa Tereza	1	2	Praça
Capela de Santana	Rio Doce	1	9	Praia
Ruína da Capela de Santana	Jardim Fragoso	0	6	Comércio
Ruínas do Convento de Santo Amaro	Ouro Preto	0	7	Santuário
Casa da pólvora	Jardim Brasil	0	10	Praça
	Total	2	34	

“Este monumento tem algum valor ou significado para o (a) Sr.(a)?”

Bem Tombado	Bairro	Resposta		total
		SIM	NÃO	
Convento de Santa Tereza e Casario	Santa Tereza	5	4	9
Capela de Santana	Rio Doce	3	1	4
Ruína da Capela de Santana	Jardim Fragoso	1	1	2
Ruínas do Convento de Santo Amaro	Ouro Preto	2	1	3
Casa da pólvora	Jardim Brasil	2	2	4
	Total	13	9	22

“O que o(a) Sr.(a) acha que deveria ser feito com esse monumento?”

Bem Tombado	Bairro	Resposta		
		Conservado	Demolido	Transformado em outra coisa
Convento de Santa Tereza e Casario	Santa Tereza	8	0	3
Capela de Santana	Rio Doce	10	0	0
Ruína da Capela de Santana	Jardim Fragoso	7	0	0
Ruínas do Convento de Santo Amaro	Ouro Preto	6	0	1
Casa da pólvora	Jardim Brasil	5	0	5
	Total	36	0	9

ANEXOS

ANEXO A – DECLARACION DE FOZ DO IGUAÇU. ICOMOS, 2008



DECLARACIÓN DE FOZ DO IGUAÇU

Los presidentes y miembros de comités nacionales de ICOMOS de Argentina, Brasil, Chile, México y Paraguay, conjuntamente con el Vicepresidente de ICOMOS para América se reunieron en la ciudad de Foz do Iguaçu, Brasil, los días 29, 30 y 31 de mayo de 2008, con el fin de reflexionar sobre la noción de “Espíritu del Lugar”, tema central de la XVI Asamblea General del ICOMOS a desarrollarse en Québec en octubre de 2008.

Los participantes expresan su agradecimiento al ICOMOS Brasil y a ITAIPU Binacional por la organización de este foro y a partir de las discusiones desarrolladas, aprueban las siguientes conclusiones.

1. Sobre la noción de “Espíritu del Lugar”.

La noción de “Espíritu del Lugar” está vinculada a la interacción de componentes materiales e inmateriales de los entornos naturales y/o construidos por el ser humano. Se trata de un aspecto esencial, ya que, por su misma definición un “lugar” no es cualquier espacio, sino un espacio caracterizado por su singular identidad. En este sentido, el “espíritu” es el aliento vital que expresa tal identidad, resultado de la relación entre una determinada cultura y el sitio en que se desarrolla. Entre los elementos componentes o con incidencia en el “Espíritu del Lugar”, se han identificado los siguientes:

- a) Las características del entorno geográfico y del medio natural.
- b) El patrimonio natural sacralizado a través de los significados dados por las comunidades.
- c) El modo particular en que se ha desarrollado, a través del tiempo, la relación entre las comunidades y el medio natural, expresada en paisajes culturales, ciudades, espacios urbanos y rurales.
- d) Los lugares apropiados por el ser humano, tales como los espacios abiertos urbanos y rurales, escenarios de la vida comunitaria y de sus manifestaciones espirituales.
- e) Los espacios construidos que expresan un modo particular de resolver las necesidades para el desarrollo de la vida humana.



Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Icomos/Brasil

Conseil International des Monuments et des Sites
International Council on Monuments and Sites

- f) Los componentes materiales que inciden en la particular identidad de los espacios urbanos, tales como pavimentos, forestación, señalización, iluminación y mobiliario urbano.
- g) Las diversas funciones y vocaciones que, a través del tiempo, se han desarrollado en los espacios configurados por el ser humano.
- h) Los procesos sociales que se hacen patentes en la producción y reproducción de los bienes culturales.
- i) Los aportes sucesivos que provienen de diversas culturas y que caracterizan a América Latina.

2. La importancia de comprender el “Espíritu del Lugar”.

La identificación de los componentes materiales e inmateriales que definen el “Espíritu del Lugar”, resulta esencial para la preservación de la identidad de las comunidades que han creado espacios de interés histórico-cultural y los han transmitido a través de las generaciones.

El estudio, el análisis y la comprensión de los componentes del lugar son los recursos adecuados para definir acciones que tienden a la preservación, entendida como la acción que permite la manifestación del espíritu.

3. Amenazas contra el “Espíritu del Lugar”.

Los participantes del Foro han identificado una serie de amenazas contra el “Espíritu del Lugar”, entre las que cabe citar:

- a) Las presiones inmobiliarias que, particularmente en áreas urbanas, atentan a través de la especulación en el uso y explotación del suelo, contra los áreas de interés histórico y cultural, sus entornos, así como a sus valores esenciales.
- b) La incorporación de usos incompatibles con el carácter o el significado tradicional de los sitios, incluyendo el comercio informal.
- c) La inserción en áreas de interés histórico y cultural y sus entornos, de edificios o conjuntos edilicios y otros elementos que no tienen en cuenta su carácter o sus valores históricos y/o culturales.
- d) La remoción o pérdida de edificios, espacios abiertos y elementos que caracterizan el “Espíritu del Lugar”.
- e) La provisión y uso de infraestructura, equipamientos o mobiliario urbano ajenos, por su diseño o materiales de construcción, al carácter de los sitios.



Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Icomos/Brasil

Conseil International des Monuments et des Sites
International Council on Monuments and Sites

En este sentido, se han mencionado, a modo de base para la discusión, casos concretos de amenazas al “Espíritu del Lugar”, en varias ciudades Latinoamericanas, entre los que cabe mencionar:

- a) La especulación inmobiliaria que genera la excesiva densificación y verticalización de la ciudad de Salvador, Brasil, en el entorno del Sitio del Patrimonio Mundial.
- b) Las presiones inmobiliarias y de tráfico vehicular en la ciudad de Brasilia, Brasil, que afectan la integridad del Plano Piloto, Sitio del Patrimonio Mundial.
- c) El proyecto de construcción de un Centro Cultural en la ciudad de Valparaíso, Chile, sin consideración por las preexistencias del sitio y los valores del entorno Sitio del Patrimonio Mundial.
- d) El proyecto de construcción de un Centro de Exposiciones y Convenciones en la ciudad de Puebla, México, en un área de alto significado histórico, que forma parte del Sitio Patrimonio Mundial.
- e) Las construcciones provisionales y de una pista de patinaje sobre hielo en el Zócalo de la Ciudad de México, Sitio del Patrimonio Mundial.
- f) Las alteraciones de los santuarios de Chalma, Estado de México y San Juan de los Lagos, Jalisco, así como de la zona de Bracho en la ciudad de Zacatecas, México, Sitio del Patrimonio Mundial.
- g) El descontrol edilicio, de tráfico vehicular y de publicidad en el entorno de la Manzana Jesuítica de Córdoba, Argentina, Sitio del Patrimonio Mundial.
- h) El proyecto de ampliación de estadios de fútbol en el Paseo del Bosque en la ciudad de La Plata, Argentina, que pone en riesgo los valores históricos y ambientales del área.
- i) El inadecuado proyecto de construcción de una cárcel regional en el entorno del circuito turístico y cultural denominado Caminho de Pedra en Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Brasil.



Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Icomos/Brasil

Conseil International des Monuments et des Sites
International Council on Monuments and Sites

4. Recomendaciones.

Los participantes en el Foro acuerdan las siguientes recomendaciones:

- a) Que el concepto “Espíritu del Lugar” sea incorporado en los procesos de planificación urbana y territorial, como medio para la preservación integral de paisajes naturales y culturales, así como de ciudades y áreas urbanas con valores históricos y/o culturales.
- b) Que la legislación urbana, planes y proyectos de nuevos desarrollos, en entornos naturales y construidos por el hombre, tengan en cuenta el potencial impacto sobre el “Espíritu del Lugar”.
- c) Que los sistemas de valores y las prácticas sociales de las comunidades sean comprendidos y respetados como parte del “Espíritu del Lugar”.

Por todo lo anterior se recomienda que las autoridades competentes en los casos citados, extremen las precauciones para evitar acciones y/o procesos que puedan afectar el “Espíritu del Lugar” de estos sitios.

Foz do Iguaçu, Parana, Brasil 31 de mayo de 2008

